



ACADEMIA MILITAR

Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria

Capacidade do emprego de *Quick Reaction Force* em Ambiente Multinacional -

Estudo de Caso: Teatro de Operações do Afeganistão

Autor: Aspirante de Infantaria João Lisboa

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria ‘CMD’ António Cancelinha

Co-Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria ‘CMD’ Alexandre Varino

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018



ACADEMIA MILITAR

Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria

**Capacidade do emprego de *Quick Reaction Force* em Ambiente
Multinacional -**

Estudo de Caso: Teatro de Operações do Afeganistão

Autor: Aspirante de Infantaria João Lisboa

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria 'CMD' António Cancelinha

Co-Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria 'CMD' Alexandre Varino

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018

EPÍGRAFE

“The soldier is the Army. No army is better than its soldiers. The Soldier is also a citizen. In fact, the highest obligation and privilege of citizenship is that of bearing arms for one’s country”

George S. Patton Jr

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que me acompanharam neste longo caminho, e que acima de tudo nunca caíram em esquecimento. Que o tempo não partilhado convosco, valorize o percurso e o sentimento de missão cumprida.

AGRADECIMENTOS

O Trabalho de Investigação Aplicada é o culminar da formação de um Oficial dos Quadros Permanentes, quer no Exército quer na Guarda Nacional Republicana, e mesmo ainda quer de carácter individual, não poderia ser completado sem o apoio de diferentes pessoas, que irei mencionar neste breve texto.

Ao Orientador, Tenente-Coronel António Cancelinha, por ter aceite este desafio comigo no cumprimento desta missão, orientando-me ao longo do desenvolvimento deste trabalho, não só academicamente, mas também na sua essência militar. Garantiu a motivação e a perseverança para a conclusão e o resultado pretendido deste trabalho, demonstrando sempre toda a disponibilidade para o que fosse necessário.

Ao Coorientador, Tenente-Coronel Alexandre Varino, pela sua orientação e disponibilidade durante todo o processo de realização deste trabalho ainda que desempenhando funções de comando no estrangeiro. A sua orientação inicial e constante foi sempre decisivo para o cumprimento dos objetivos predispostos.

Ao Tenente-Coronel Gomes Ribeiro e ao Major Araújo e Silva, que na categoria de Diretores de Curso, e camaradas mais antigos, prestaram sempre uma disponibilidade constante, tornando-se pilares fundamentais não só na fase embrionária do projeto do TIA, mas também na integração da essência do que é ser um Oficial de Infantaria. Um sincero obrigado pelo apoio, aprendizagem e camaradagem.

A todos os oficiais com quem tive a oportunidade de partilhar experiências e conhecimentos para que este trabalho tivesse o nível de concretização pretendido. Que o esforço dedicado, e o objetivo alcançado faça jus ao tempo e valor partilhado por vós.

À minha família, com especial carinho à minha mãe, que em vários momentos abdicou de si para que eu pudesse ter o sucesso que tenho hoje.

A todos o que não mencionei, que diretamente ou indiretamente partilharam comigo este longo caminho, e que nunca no esquecimento ou desapego caíram na minha vida.

Um sincero e humilde obrigado a todos vós.

João Paulo Gonçalves Lisboa

Aspirante de Infantaria

RESUMO

O presente trabalho de investigação incide sobre o tema “Capacidade do emprego de *Quick Reaction Force* em Ambiente Multinacional - Estudo de Caso: Teatro de Operações do Afeganistão”.

O objetivo desta investigação será identificar um modelo padrão, de uma *Quick Reaction Force*, que possa, com as necessárias adaptações modulares, ser usado como base de partida para o emprego em futuros Teatros de Operações. Pretende-se analisar as principais características que uma *Quick Reaction Force* deverá possuir, pertencente a uma Força Nacional Destacada, para satisfazer as capacidades que tipicamente são exigidas a este tipo de força em ambiente multinacional.

Atualmente, o enquadramento conceptual de emprego deste tipo de forças não está fortemente desenvolvido, nem completamente adequado ao que é o emprego operacional de uma *Quick Reaction Force* em ambiente multinacional. A limitação de enquadramento conceptual, e a sua sobreposição parcial ao emprego operacional, faz com que seja necessário definir a adequação deste tipo de forças de forma a conceptualizar doutrinariamente qual a sua utilidade no campo de batalha.

Sendo assim, para a realização deste trabalho foi escolhido o método hipotético-dedutivo, de forma a estruturar todo o processo de investigação. Foi realizada uma revisão bibliográfica de forma a enquadrar conceptualmente a temática em questão, assim como a análise documental. Foram recolhidos dados através da realização de vinte e duas entrevistas, sendo que o seu tratamento se fundamentou no valor qualitativo das mesmas. Os resultados obtidos permitiram identificar as principais potencialidades e limitações quanto ao seu emprego, assim como as diferentes capacidades que uma *Quick Reaction Force* deverá possuir de forma a cumprir com as tarefas exigidas a este tipo de força. A capacidade de emprego deste tipo de força terá um conjunto de variáveis, nomeadamente as capacidades da tipologia de força pela qual é constituída, restrições de emprego e tarefas atribuídas à mesma, assim como as condicionantes presentes num ciclo que contempla o Aprontamento, Atuação Operacional e Regeneração da Força.

Palavras-Chave: QRF, TO, ISAF, NATO, Afeganistão, Capacidades, Operações.

ABSTRACT

This research paper focuses on the topic "The Employment of a Quick Reaction Force in a Multinational Environment - A Case Study of the Afghan Operations Theater."

The purpose of this research will be to identify a standard model of a Quick Reaction Force that can, with the necessary modular adaptations, be used as a starting point for employment in future Operations Theaters. It is intended to analyze the main characteristics that a Quick Reaction Force must possess, belonging to a National Highlighted Force, to satisfy the capabilities that are typically required for this type of force in a multinational environment.

Currently, the conceptual framework of employment for this type of force is not strongly developed, nor is it fully adequate for the operational use of a Quick Reaction Force in a multinational environment. The limitation of conceptual framework, and its partial overlap to operational employment, makes it necessary to define the adequacy of this type of forces in order to doctrinally conceptualize their usefulness on the battlefield.

Thus, for the accomplishment of this work the hypothetical-deductive method was chosen, in order to structure the entire research process. A bibliographical review was done in order to conceptually frame the theme in question, as well as the documentary analysis. Data were collected through twenty-two interviews, and their treatment was based on their qualitative value. The results obtained allowed to identify the main potentialities and limitations regarding their use, as well as the different capabilities that a Quick Reaction Force should possess in order to comply with the tasks required for this type of force. The employability of this type of force will have a set of variables, namely the capacities of the type of force by which it is constituted, employment restrictions and tasks attributed to it, as well as the constraints present in a cycle that contemplates the Readiness, Operational Employment and Regeneration of Force.

Keywords: QRF, ISAF, TO, NATO, Operations, Capabilities, Afghanistan.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE GERAL	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE QUADROS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xiii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xvi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	6
1.1. Abordagem da Conflitualidade	6
1.1.1. Enquadramento histórico-militar	6
1.1.2. Afeganistão – Caracterização Geográfica e Cultural.....	8
1.1.3. Ameaças do TO do Afeganistão	9
1.2. NATO – Organização e Missão	12
1.2.1. Intervenção e atuação da NATO/ISAF	12
1.2.2. Missão da NATO/ISAF	15
1.2.3. Tipologia de Operações da NATO/ISAF no TO do Afeganistão	16
1.2.4. NATO/ISAF – Intervenção de Portugal como FND	18
1.3. Conceito de Emprego de Forças de Reserva	19

1.3.1. Emprego de Força Quick Reaction Force	20
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	22
2.1. Enquadramento	22
2.2. Método de Abordagem	22
2.3. Procedimento de Pesquisa	24
2.4. Tipologia das Fontes de Informação, Instrumentos e Técnicas de Recolha de Dados	25
2.5. Delimitação do Universo e Tipo de Amostragem	25
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO	27
CAPÍTULO 3: ATUAÇÃO E EMPREGO DA QRF/FND/ISAF NO TO DO AFEGANISTÃO	27
3.1. Enquadramento – Estrutura e Comando NATO/ISAF	27
3.2. Organização e Aprontamento da Força.....	28
3.2.1. Emprego Operacional de Forças Comandos.....	31
3.2.2. Emprego Operacional de Forças Pára-quedistas.....	33
3.3. Tarefas da QRF/FND/ISAF	35
3.4. QRF/FND/ISAF – Análise de Participação no TO.....	36
CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
4.1. Enquadramento	40
4.2. Análise das Entrevistas	40
4.2.1. Análise de Entrevistas – Comando Operacional da QRF/FND.....	42
4.2.2. Análise de Entrevistas – Complemento Investigacional.....	47
4.3. Discussão dos Resultados	48

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	50
5.1. Enquadramento	50
5.2 Verificação de Hipóteses	50
5.3. Resposta a Perguntas Derivadas	51
5.4. Resposta à Pergunta de Partida	53
5.5. Confirmação dos Objetivos da Investigação.....	54
5.6. Reflexões Finais.....	55
5.7. Limitações da Investigação.....	57
5.8. Investigações Futuras.....	58
BIBLIOGRAFIA	59
APÊNDICES	I
APÊNDICE A – ESTRUTURA DE <i>REGIONAL COMMAND</i> (RC) NO AFEGANISTÃO – ATUALIZADO EM 22 DE OUTUBRO DE 2009	II
APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DE TAREFAS QRF – FONTE BIBLIOGRÁFICA	III
APÊNDICE C – TAREFAS GENÉRICAS DE QRF	IV
APÊNDICE D – CAPACIDADES/TAREFAS ESPECÍFICAS DA QRF/FND/ISAF NO TO DO AFEGANISTÃO	V
APÊNDICE E – SOBREPOSIÇÃO DA ATIVIDADE OPERACIONAL/ATIVIDADE DA QRF/FND/ISAF	VI
APÊNDICE F – MODELO DE APRONTAMENTO DO EXÉRCITO ESPECÍFICO PARA QRF.....	VII
APÊNDICE G – GUIÃO DE ENTREVISTA – FUNÇÃO DE COMANDO OPERACIONAL.....	VIII
APÊNDICE H – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA	XII
APÊNDICE I – CORPO DE QUESTÕES – COMPLEMENTO DE INVESTIGAÇÃO	XIII
APÊNDICE J – RESPOSTAS AO CORPO DE QUESTÕES DO GUIÃO DE ENTREVISTA – FUNÇÕES DE COMANDO OPERACIONAL	XIV

APÊNDICE K – RESPOSTAS AO CORPO DE QUESTÕES DO GUIÃO DE ENTREVISTA – COMPLEMENTO DE INVESTIGAÇÃO.....	XXV
APÊNDICE L – MODELO CONCEPTUAL DE EMPREGO DE QRF.....	XXVIII
APÊNDICE M – ORGANIZAÇÃO DE UMA COMPANHIA DE COMANDOS PARA QRF	XXIX
APÊNDICE N– ORGANIZAÇÃO DE QRF PARA FORÇAS PÁRA-QUEDISTAS..	XXX
APÊNDICE P – CAPACIDADE DE EMPREGO DE UMA QRF/FND	XXXI
APÊNDICE Q – ENTREVISTA: USMC MAJOR BARRET BRADSTREET	XXXII
ANEXOS	XXXVI
ANEXO A – ESTRUTURA DE RC DA ISAF NO AFEGANISTÃO DESDE 2010	XXXVII
ANEXO B – MATRIZ DE CONTIGÊNCIAS DE EMPREGO DE FORÇAS DE RESERVA.....	XXXVIII
ANEXO C – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DAS CAPACIDADES DE PORTUGAL NA ISAF	XXXIX
ANEXO D – ESTRUTURA DE COMANDO DA ISAF	XL
ANEXO E – ESTRUTURA DE COMANDO DA ISAF - AGOSTO DE 2009.....	XLI
ANEXO F – DISTRIBUIÇÃO DAS CAUSAS DE FERIDOS (EUA) NO AFEGANISTÃO	XLII
ANEXO G – DISTRIBUIÇÃO DAS CAUSAS DE MORTES (EUA) NO AFEGANISTÃO	XLII
ANEXO H – ÁREAS DE OPERAÇÕES DOS GRUPOS DE AMEAÇA.....	XLIII
ANEXO I – ESTRUTURA DE COMANDO E CONTROLO (C2) DA QRF/ISAF	XLIV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1: Tarefas genéricas de uma força QRF.....	IV
Figura n.º 2: Capacidades/Tarefas exigidas da QRF/FND/ISAF no TO do Afeganistão.....	V
Figura n.º 3: Sobreposição da atividade operacional/atividade da QRF/FND/ISAF	VI
Figura n.º 4: Modelo de Aprontamento do Exército específico para QRF.....	VII
Figura n.º 5: Modelo Conceptual de Emprego da força QRF	XXVIII
Figura n.º 6: Organização de uma Companhia de Comandos para força QRF	XXIX
Figura n.º 7: Organização de QRF para Forças Pára-quedistas.....	XXX
Figura n.º 8: Capacidade de emprego de uma força QRF/FND	XXXI
Figura n.º 9: Estrutura de RC da ISAF no Afeganistão desde 2010.....	XXXVII
Figura n.º 10: Distribuição Temporal das Capacidades – Portugal na ISAF.....	XXXIX
Figura n.º 11: Estrutura de Comando na ISAF	XL
Figura n.º 12: Estrutura de Comando da ISAF Agosto 2009 – Atualizada.....	XLI
Figura n.º 13: Distribuição das Causas de Feridos (EUA) no Afeganistão	XLII
Figura n.º 14: Distribuição das causas de Mortes (EUA) no Afeganistão.....	XLII
Figura n.º 15: Áreas de Operações dos Grupos de Ameaça	XLIII
Figura n.º 16: Estrutura de Comando e Controlo (C2) da QRF/ISAF.....	XLIV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1: Resposta à questão nº1 da Entrevista – Função de Comando Operacional	XIV
Quadro n.º 2: Resposta à questão nº2 da Entrevista – Função de Comando Operacional	XV
Quadro n.º 3: Resposta à questão nº3 da Entrevista – Função de Comando Operacional	XVI
Quadro n.º 4: Resposta à questão nº4 da Entrevista – Função de Comando Operacional	XVII
Quadro n.º 5: Resposta à questão nº5 da Entrevista – Função de Comando Operacional	XVIII
Quadro n.º 6: Resposta à questão nº6 da Entrevista – Função de Comando Operacional	XX
Quadro n.º 7: Resposta à questão nº7 da Entrevista – Função de Comando Operacional	XX
Quadro n.º 8: Resposta à questão nº8 da Entrevista – Função de Comando Operacional	XXII
Quadro n.º 9: Resposta à questão nº9 da Entrevista – Função de Comando Operacional	XXII
Quadro n.º 10: Resposta à questão nº10 da Entrevista – Função de Comando Operacional	XXIII
Quadro n.º 11: Resposta à questão nº1 da Entrevista – Complemento de Investigação	XXV
Quadro n.º 12: Resposta à questão nº2 da Entrevista – Complemento de Investigação	XXVI
Quadro n.º 13: Resposta à questão nº3 da Entrevista – Complemento de Investigação	XXVI
Quadro n.º 14: Resposta à questão nº4 da Entrevista – Complemento de Investigação	XXVII

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1: Principais ameaças ambientais no Afeganistão.....	11
Tabela n.º 2: Perguntas Derivadas e Hipóteses de Investigação Formuladas.....	23
Tabela n.º 3: Atividade Operacional da QRF – Período 2005-2008 e 2010.....	37
Tabela n.º 4: Descrição da Amostra das Entrevistas	41
Tabela n.º 5: Estrutura de Regional Command (RC) no Afeganistão – Atualizado em 22 de outubro de 2009.....	II
Tabela n.º 6: Levantamento de Tarefas QRF	III
Tabela n.º 7: Matriz de Contingências de emprego de Forças de Reserva.....	XXXVIII

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndices

Apêndice A: Estrutura de Regional Command (RC) no Afeganistão – Atualizado em 22 de outubro de 2009

Apêndice B: Levantamento de Tarefas QRF – Fonte Bibliográfica

Apêndice C: Tarefas Genéricas de QRF

Apêndice D: Capacidades/Tarefas Específicas da QRF/FND/ISAF no TO do Afeganistão

Apêndice E: Sobreposição da Atividade Operacional/Atividade da QRF/FND/ISAF

Apêndice F: Modelo de Aprontamento do Exército Específico para QRF

Apêndice G: Guião de Entrevista – Função de Comando Operacional

Apêndice H: Declaração de Consentimento para realização da Entrevista

Apêndice I: Corpo de Questões – Complemento de Investigação

Apêndice J: Resposta ao Corpo de Questões do Guião de Entrevista – Funções de Comando Operacional

Apêndice K: Resposta ao Corpo de Questões do Guião de Entrevista – Complemento de Investigação

Apêndice L: Modelo conceptual de emprego de QRF

Apêndice M: Organização de uma Companhia de Comandos para QRF

Apêndice N: Organização de QRF para Forças Pára-quedistas

Apêndice P: Capacidade de Emprego de uma QRF/FND

Apêndice Q: Entrevista: USMC Major Barret Bradstreet

Anexos

Anexo A: Estrutura de RC da ISAF no Afeganistão desde 2010

Anexo B: Matriz de Contingências de emprego de Forças De Reserva

Anexo C: Distribuição Temporal das Capacidades de Portugal na ISAF

Anexo D: Estrutura de Comando da ISAF

Anexo E: Estrutura de Comando da ISAF – agosto de 2009

Anexo F: Distribuição das causas de feridos (EUA) no Afeganistão

Anexo G: Distribuição das causas de mortes (EUA) no Afeganistão

Anexo H: Área de Operações dos grupos de ameaça

Anexo I: Estrutura de Comando e Controlo (C2) da QRF/ISAF

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AC- **A**nti-**C**arro

AFSHQ – **A**llied **F**orces **S**upreme **H**eadquarters

AIA – **A**fghan **I**nternal **A**uthority

AKA – **A**s **K**nown **A**s

AM – **A**cademia **M**ilitar

ANA – **A**fghan **N**ational **A**rmey

ANP – **A**fghan **N**ational **P**olice

ANSF – **A**fghan **N**ational **S**ecurity **F**orces

AO – **Á**rea de **O**perações

AOC – **A**llied **O**perations **C**ommand

AP – **A**nti-**P**essoal

ASB – **A**dvanced **S**upport **B**ase

C2 – **C**omando e **C**ontrolo

CAS – **C**lose **A**ir **S**upport

CBRN – **C**hemical, **B**iological, **R**adiological and **N**uclear

CCN – **C**omandante do **C**ontigente **N**acional

CEME – **C**hefe do **E**stado-**M**aior do **E**xército

CEMGFA – **C**hefe do **E**stado-**M**aior **G**eneral das **F**orças **A**rmadas

CFT – **C**omandante das **F**orças **T**errestres

CIMIC – **C**ivil-**M**ilitary **C**o-**O**peration

COMIJC – **C**ommander of **I**SAF **J**oint **C**ommand

COMISAF – **Commander of ISAF**

CP – **Checkpoint**

CRC – **Crowd Riot Control**

CRO – **Crise Response Operations**

CSTC-A – **Combined Security Transition Command Afghanistan**

ECOSF – **Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças**

EDP – **Equipment Donation Programme**

EOD – **Explosive Ordnance Disposal**

ESAC – **European Supreme Allied Commander**

EUA – **Estados Unidos da América**

FA – **Forças Armadas**

FND – **Força Nacional Destacada**

FOB – **Forward Operating Base**

FSB – **Forward Support Base**

GoA – **Government of Afghanistan**

GPS – **Global Positioning System**

GrComb – **Grupo de Combate**

H – **Hipótese**

HiG – **Hizb-I Islami Gulbuddin**

HN – **Host Nation**

HQN - **Haqqani Network**

HVT – **High Value Target**

IED – **Improvised Explosive Device**

IEDD – **I**mprovised **E**xplosive **D**evice **D**isposal

IFAK – **I**ndividual **F**irst **A**id **K**it

IRF – **I**mmEDIATE **R**esponse **F**orce

ISAF – **I**nternational **S**ecurity **A**ssistance **F**orce

JISR – **J**oint **I**ntelligence **S**urveillance and **R**econnaisance

KIA – **K**abul **I**nternational **A**irport

KMNB – **K**abul **M**ultinational **B**rigade

LN – **L**ead **N**ation

LRO – **L**ong **R**ange **O**ptics

NAC – **N**orth **A**tlantic **C**ouncil

NATO – **N**orth **A**tlantic **T**reaty **O**rganization

NEO – **N**on-**C**ombatent **E**vacuation **O**perations

NTM – **N**otice **T**o **M**ove

NU – **N**ações **U**nidas

OC - **O**rganizações **C**ivis

OE – **O**bjetivo **E**specífico

OG – **O**bjetivo **G**eral

OI – **O**rganização **I**nternacional

OMLT – **O**perational **M**entoring **L**iaison **T**eams

PD – **P**ergunta **D**erivada

POHRF – **P**ost **O**perations **H**umanitarian **R**elief **F**und

PP – **P**ergunta de **P**artida

PRT – **P**rovidential **R**econstruction **T**eam

QRF – **Quick Reaction Force**

QST – **Quetta Shura Taliban**

RC – **Regional Command**

RCC – **Regional Command Centre**

RCFTIA – **Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação**

RCIED – **Remote Controlled Improvised Explosive Device**

RCS – **Regional Command Structures**

RF – **Reaction Force**

ROE – **Rules Of Engagement**

RPG – **Rocket Propelled Grenade**

RR – **Reaction Force**

RRF – **Rapid Reaction Force**

SATCOM – **Satellite Communications**

SF – **Striking Force**

SOE – **Special Operations Element**

SSR – **Security Sector Reform**

TACP – **Tactical Air Control Party**

TCCC – **Tactical Combat Casualty Care**

TCF – **Tactical Combat Force**

TIA – **Trabalho de Investigação Aplicada**

TN – **Território Nacional**

TO – **Teatro de Operações**

TTP – **Tactics Techniques and Procedures**

T-TP – Tehriki-Taliban Pakistan

UAV – Unmanned Aerial Vehicle

UEBrig – Unidade Escalão Brigada

UEC – Unidade Escalão Companhia

UNSC - United Nations Security Council

US – United States

UXO – Unexploded Ordnance

VCP – Vehicle Check Point

INTRODUÇÃO

O respetivo Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), intitulado “Capacidade do emprego de *Quick Reaction Force* em Ambiente Multinacional - Estudo de Caso: Teatro de Operações do Afeganistão”, faz parte integrante do término e conclusão do ciclo de estudos dos mestrados integrados da Academia Militar (AM), na obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria.

Relativamente à justificação da escolha do tema, foi selecionada uma temática de investigação que garantisse a motivação pessoal constante para o desenvolvimento do trabalho, e que pudesse contribuir no âmbito prático e conceptual para o Exército Português, mais concretamente para as forças que desempenham as tipologias de operações abordadas neste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). Tendo em conta a escassez doutrinária e aplicação prática desta temática, e o constante emprego de uma *Quick Reaction Force* (QRF) em Teatros de Operações (TO) recentes com relevância militar para o país, este trabalho enquadra-se no contexto operacional atual.

Neste momento, com a diversidade de emprego das Forças Armadas (FA), nomeadamente o Exército, torna-se cada vez mais importante a adequação de recursos, quer humanos quer logísticos, bem como deve ser eficiente de forma a cumprir com as exigências por parte das Organizações Internacionais (OI) a que pertencemos, como é o caso da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO). Com o desenvolvimento deste TIA, será possível analisar as capacidades específicas que uma força desta natureza deverá possuir, assim como quais as suas potencialidades e vulnerabilidades no emprego em ambiente multinacional. Esta análise terá como objetivo criar um impacto na estruturação das Forças Nacionais Destacadas (FND), e conseqüente emprego como QRF em futuros TO.

Tendo em conta a delimitação do período e TO a abordar, nomeadamente o Afeganistão de 2005 a 2008 e 2010, a atuação da FND/QRF sofreu algumas reestruturações não só nas suas capacidades no cumprimento das missões atribuídas, assim como nos recursos empregues no mesmo. Esta reestruturação deve-se principalmente da adaptação às características do TO, a nível geográfico e populacional, assim como à ameaça inerente à tipologia de operação a desempenhar pela FND.

“Nesta tipologia de Força (QRF), cujo *core business* era sobretudo actuar em situações *in extremis* em apoio de outras forças (ISAF ou ANSF), as acções de *Civil-Military Co-Operation* (CIMIC) não são as que mais se adequam à sua forma de emprego, contudo foram realizadas algumas operações neste âmbito (participação directa ou em apoio de outras forças) (GCEME, 2011, p. 350)”

Independentemente das tarefas atribuídas através das Diretivas remetentes ao emprego da FND/QRF, esta tinha de cumprir determinadas missões em apoio a outras forças, sendo-lhe necessária reestruturar temporariamente a sua organização, assim como os meios a utilizar. Tendo em conta esta versatilidade, as suas potencialidades e vulnerabilidades não eram facilmente identificadas, estavam diretamente relacionadas com a necessidade da força integrante, assim como o TO em questão. Para além das suas capacidades, *Rules of Engagement* (ROE) e tarefas atribuídas à FND/QRF, as forças possuíam CAVEATS¹ tendo em conta as suas características e o meio envolvente (GCEME, 2011), nomeadamente a incapacidade de cumprir com as especificidades operacionais em terreno montanhoso, e sob condições severas do inverno, sendo necessário a intervenção de meios de transporte de pessoal capazes, assim como coordenações prévias das forças vizinhas e da *Host Nation* (HN).

Relativamente à delimitação do tema de investigação, “o processo de delimitação do tema só é dado por concluído quando se faz a sua limitação geográfica e espacial, com vistas na realização da pesquisa.” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 218), de forma a compreender no limite de páginas constituintes deste trabalho, o tema é limitado ao período de 2005 a 2008, e 2010, e ao TO do Afeganistão, e ao emprego da FND/QRF.

Ainda que a força integrante portuguesa na *International Security Assistance Force* (ISAF), contemplasse outras capacidades participantes como o Destacamento Sanitário, Destacamento C-130, *Tactical Air Control Party* (TACP) (Cardoso et al., 2014), entre outros, tornava-se demasiado extensivo, e fora da esfera da escolha do tema, a investigação das mesmas.

O objetivo geral (OG) desta investigação, e respetivo trabalho de campo, será a análise das capacidades de uma FND/QRF, identificando a melhor organização, formação e treino de acordo com a tipologia da força que mais se adequa, e subsequentes potencialidades e limitações. É imperativo a identificação destas capacidades, visto que o emprego das FND é constante e a sua adaptação aos diferentes desafios terá de ser rápida e eficaz/eficiente.

¹ Restrições ao emprego da força.

“A Transformação é, assim, um processo de reforma estrutural que deve de prosseguir...garantindo o emprego do Exército com oportunidade, eficiência e eficácia, perspectivando o êxito das missões atribuídas, garantindo a segurança das tropas, com os meios de combate e meios de apoio apropriados, nos Teatros de Operações a que for destinado, permitindo uma actuação conjunta e combinada e dispondo da necessária capacidade de sustentação logística em pessoal e material” (Ramalho, 2006 cit. In Amaral, 2009)

Os objetivos específicos (OE), tendo em conta a viabilidade do tema, produzir conhecimento acerca das capacidades inerentes a uma FND/QRF, de acordo com a tipologia das forças do nosso Exército, de forma a identificar uma estrutura eficiente ao emprego desta força. De acordo com este OE, resultaram os seguintes:

OE1: Verificar a conflitualidade do TO do Afeganistão, e a intervenção da NATO e consequente emprego de determinada tipologia de operações.

OE2: Analisar o TO do Afeganistão de forma a criar um padrão de ameaças, em que as forças intervenientes na resolução apresentem capacidades para fazer face às mesmas.

OE3: Analisar e complementar o quadro conceptual do emprego de uma QRF, identificando as suas principais capacidades, limitações e potencialidades.

OE4: Descrever a atuação das FND/QRF no período delimitado, identificando as alterações sofridas na sua organização e estrutura, e estabilização da eficiência do seu emprego

OE5: Criação de uma estrutura base, tendo em conta os meios, formação, treino e força a utilizar de forma a satisfazer transversalmente, e num espetro mais abrangente, das exigências atribuídas às nossas FND.

Com a intenção principal de criar um fio condutor para o desenvolvimento do trabalho de investigação, e posteriormente a fase de exploração (Quivy & Campenhoudt, 2005) a “formulação de uma questão ou de um conjunto de questões iniciais é um procedimento (...) que orienta a recolha de informação” (Santos et al., p.56), sendo que para cumprir eficazmente com a sua função, de orientar a investigação de um trabalho, deverá apresentar qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência (Santos et al. 2016). Sendo assim, formulou-se a seguinte Pergunta de Partida (PP): “Que capacidades deverá ter uma FND/QRF para cumprir com as tarefas exigidas a este tipo de força num ambiente multinacional?”

Tendo então o tema delimitado, e respetivo enquadramento refletido na PP acima apresentada, surgem as Perguntas Derivadas (PD), que “apresentam um carácter mais concreto (...) permitindo de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 124).

PD1: Como se caracteriza o TO do Afeganistão tendo em conta o conflito e as ameaças inerentes?

PD2: De que forma a missão e o emprego de uma QRF se diferencia da restante tipologia de forças?

PD3: Como se caracteriza a atuação das FND/QRF no TO do Afeganistão?

PD4: Quais as potencialidades e limitações de uma FND/QRF no TO do Afeganistão?

De forma a dar respostas às PD anteriormente referidas formularam-se as respectivas hipóteses (H), sendo que a “hipótese combina o problema e o objetivo numa explicação ou predição claro dos resultados esperados de um estudo.” (Fortin, 1996, p. 102).

H1: O TO do Afeganistão caracteriza-se pela presença de ameaças insurgentes impulsionadas por razões ideológicas religiosas radicais.

H2: Não existe convergência absoluta entre componente conceptual de como deverá ser empregue, e a componente operacional da força no TO.

H3: A FND/QRF atuará de acordo, não só com as tarefas incumbidas, mas também com factores geográficos, políticos e populacionais que poderão afetar o seu emprego.

H4: As potencialidades da FND/QRF estarão relacionadas com a tipologia das forças que a constituem, assim como as suas limitações serão o emprego operacional relacionado com as variáveis de missão e imposições pelo escalão superior.

A estrutura do TIA formula-se em cinco capítulos, divididos sucintamente em duas partes.

A primeira parte compõe o enquadramento teórico do trabalho, constituindo-se por dois capítulos, onde no primeiro é abordado o enquadramento conceptual da investigação, com base na revisão de literatura realizada, abordando os principais conceitos essenciais ao fundamento da estrutura do trabalho, como o paradigma conflitual atual referente ao TO do Afeganistão, as OI intervenientes no conflito, assim como a tipologia de operações e forças que decorrem na delimitação espacial e temporal apresentada.

O segundo capítulo apresenta a metodologia aplicada para a realização deste trabalho de investigação, apresentando uma introdução pertinente, o Método de Abordagem no qual o desenvolvimento do trabalho se fundamenta, a Pergunta de Partida e subsequentes Perguntas Derivadas que orientam a investigação, assim como a formulação de Hipóteses. De seguida são apresentados os Métodos do Procedimento, as Tipologias das

Fontes de Informação e os Tipos de Instrumentos Científicos utilizados no decorrer do estudo. Por fim, é apresentada a Delimitação do Universo de forma a consolidar o estudo.

A segunda parte deste trabalho de investigação apresenta a componente prática do estudo, iniciando no terceiro capítulo intitulado “Atuação e Emprego da QRF/FND/ISAF no TO do Afeganistão”. Será abordado o principal objetivo de toda a investigação, nomeadamente o estudo das capacidades, potencialidades e limitações de uma FND/QRF, complementada com a componente conceptual previamente recolhida e pela análise documental das fontes bibliográficas nacionais e estrangeiras.

Depois, no quarto capítulo, será realizada a apresentação, análise e discussão dos resultados, com base no conteúdo obtido através das entrevistas realizadas, assim como a bibliografia nacional e internacional obtida de forma a cimentar a investigação.

No quinto e último capítulo da investigação deste trabalho serão apresentadas as conclusões e recomendações, procedendo-se à verificação das hipóteses, à consolidação de respostas para as PD e para a PP, sendo que posteriormente será realizada uma reflexão final assim como algumas recomendações.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

1.1. Abordagem da Conflitualidade

1.1.1. Enquadramento histórico-militar

O Afeganistão apresenta uma história rica, para além da sua componente conflitual constantemente presente (Borges, 2011), sendo que desde a invasão soviética que o país apresenta direcionar-se para um subdesenvolvimento nítido, e com a retirada soviética em fevereiro de 1989, entrou num ambiente de disputas internas e guerra civil (Borges, 2011).

O regime Najibullah², apoiado pela assistência de segurança soviética, teve a capacidade de construir alianças por todo o território afegão, fortalecendo-se com um exército de 65.000 homens, uma força aérea de 200 aeronaves e helicópteros, assim como unidades de milícia bem pagas (Collins, 2011). Esta aliança, que fazia face aos Mujahidin³, constituía-se como uma força coesa e mais bem preparada do que estes grupos, constatando-se com o evento da falha de captura da cidade de Jalalabad no este do Afeganistão (Collins, 2011).

A grande diversidade cultural e religiosa, que levou ao aparecimento de um número variado de clãs e tribos, impediu que fosse criada uma organização política central, sendo que os grupos de Mujahidin, insurgentes fracionados “falhavam em cooperar uns com os outros, lutando ferozmente entre eles” (Collins, 2011, p. 34). A guerra civil que sucedeu de imediato em 1992 fez com que o país regredisse a uma época semelhante à idade média (Borges, 2011), tendo sido destruídas infraestruturas que mantinham a eletricidade, os hospitais, tratamento de águas, e um conjunto variado de elementos essenciais às necessidades da população. Face a este “desmembramento”, e desestruturação, as entidades que poderiam oferecer proteção à população eram as tribos e os clãs, abrindo caminho para uma presença religiosa fortemente apoiada no país.

² Najibullah, conhecido como Mohammad Najibullah, foi presidente do Afeganistão entre 1986 e 1992, de família Pashtun, era apoiado pela União Soviética, no conflito contra as forças Mujahidin. Foi forçado a sair do poder em 1992 pelos rebeldes Mujahidin, consultado em <https://www.britannica.com/biography/Mohammad-Najibullah>, no dia 5 de março de 2018, pelas 15:25.

³ Significa “Soldados de Deus”, e são um grupo descentralizado que lutavam em nome de diferentes entidades políticas e/ou comandantes (MCIA, 2004).

Entre 1992 e 1994, foi implementado um governo provisório de modo a permitir um governo estável do país, falhando posteriormente devido aos constantes conflitos entre os Mujahidin (Collins, 2011). Ahmed Shah Massoud⁴, ministro da defesa, ocupava então a cidade de Cabul, que por sua vez era factor de conflito e desejada por Hekmatyar, levando à morte de 30.000 habitantes e 100.000 feridos. Noutras cidades os conflitos eram reduzidos visto que eram governados por senhores da guerra (Collins, 2011).

No período entre 1994-2001 a ascensão talibã e o domínio étnico Pashtun apresentou-se como factor principal para a crescente conflitualidade e aumento das minorias afegãs, que por sua vez foram reconhecidas por algumas OI como a NATO, e por sua vez pelos Estados Unidos da América (EUA). Com as forças talibã apoiadas a nível de armamento e assessoradas pelo Paquistão, as cidades como Kandahar em 1994, Cabul em 1996 e Mazar-i-Sharif em 1998 foram capturadas e mantidas sob o seu controlo (Collins, 2011). Com o aparecimento d'Al Qaeda, organização liderada por Osama bin Laden foram realizados bombardeamentos a embaixadas americanas, no Quênia e na Tanzânia, no este de África, o que fez com que os EUA atuassem através de lançamento de mísseis a pontos cruciais no Afeganistão.

Com a consagração d'Al Qaeda, e reconhecimento de uma organização terrorista, fomentada pelos seus ideais islâmicos radicais, foram levados a cabo atos terroristas em território americano, nomeadamente os ataques ao *World Trade Center* a 11 de setembro de 2001 (Collins, 2011).

Estando debaixo da alçada do Tratado do Atlântico Norte, as forças ocidentais, completamente indignadas face aos ataques terroristas que, a 11 de Setembro de 2001, tiveram lugar na cidade de Nova Iorque, Washington D.C e Pensilvânia, foram apoiadas pela emissão da Resolução n.º 1386, de 12 de setembro de 2001 pelo *United Nations Security Council* (UNSC) (Maloney, 2003). Esta resolução condenava qualquer ato terrorista consequente dos ataques terroristas dessa data, mas também abriu caminho para a realização de operações militares no Afeganistão.

Foi então, após a Resolução n.º 1386, que a ISAF fora criada, sob a alçada inicial do Reino Unido, e posteriormente de outros países líderes da NATO, com o objetivo de se estabelecer por seis meses, para assistir a *Afghan Internal Authority* (AIA) na manutenção

⁴ Ahmad Shah Masood foi um comandante militar, reconhecido como o “Leão dos Panjsher”, que lutou contra a ocupação soviética, e as suas forças foram as primeiras a estabelecer um governo Mujahidin em Cabul, consultado em <http://www.afghan-web.com/bios/yest/asmassood.html> , em 5 de março de 2018, pelas 14:55.

da cidade de Cabul e as áreas adjacentes, para que a AIA e os elementos das Nações Unidas (NU) podem-se operar num ambiente seguro.⁵

1.1.2. Afeganistão – Caracterização Geográfica e Cultural

O Afeganistão, um país localizado na Ásia Central, designa-se oficialmente como República Islâmica do Afeganistão, tendo como fronteiras o Irão a oeste, Turquemenistão e Tajiquistão a norte, China e Paquistão a este e por fim o Paquistão a sul. A sua capital é Cabul, sendo que o tipo de governo apresenta ser uma República Presidencialista, atualmente governado por Ashraf Ghani⁶. Tem uma superfície de 652.090 Km², em que os idiomas falados distribuíem-se em 50% Dari, 35% Pashto, 11% Turcofonas e 4% são outros. A religião presente no Afeganistão é 99% Islamismo sendo 1% outras religiões (Cardoso et al., 2014).

Em 1996, aproximadamente 10.1 milhões de habitantes, que compunham 40% da população afegã era Pashtun, os Tajiks constituíam 25.3 %, como o segundo maior grupo étnico, seguido dos Hazaras com 18%, Uzebeques com 6.3%, Turcos com 2.5 % e por fim os Qizilbash com 1% (MCIA, 2004).

Contrariamente ao pensamento legal do Ocidente, o governo afegão afirma que “nenhuma lei pode ser contrária ao Islão” (Cardoso et al., 2014, p.8), refletindo claramente a firmeza religiosa do país. O entendimento da etnia assume um factor importante no entendimento de todo o Afeganistão e do seu povo (MCIA, 2004), estando organizado de acordo com uma variedade de fatores. Os Afegãos são motivados a resistir a influências externas, e apologistas da sua liberdade, sendo que a sua identidade étnica padece face à presença de um inimigo comum presente no seu território (MCIA, 2004).

O Afeganistão apresenta um clima continental com invernos muito frios e verões muito quentes, especialmente nas depressões montanhosas, que por sua vez cobrem uma vasta área do país (Cardoso et al., 2014). De forma geral é um país muito seco, sendo que a precipitação, para além de reduzida, ocorre apenas entre outubro e abril, sendo inclusive frequente as tempestades de areia.

⁵ Ponto 1 da Resolução n.º 1386 do CSNU, mandata a 20 de dezembro de 2001, e ao abrigo da Capítulo VIIº do Conselho das Nações Unidas.

⁶ Ashraf Ghani nasceu a 12 de fevereiro de 1949, é um economista, antropólogo e político afegão, desempenhando desde 29 de setembro de 2014 as funções de Presidente do Afeganistão (Salvado, 2014).

1.1.3. Ameaças do TO do Afeganistão

O TO do Afeganistão apresenta ser um país com um ambiente agressivo, quer a nível das ameaças constantes manifestadas pelos grupos terroristas, que materializam a sua atuação através do uso de minas e *Improvised Explosive Device* (IED) derivados de conflitos anteriores, quer ainda pelas condições geográficas e atmosféricas que o caracterizam.

Apesar dos esforços realizados pelas forças militares de desminagem desde a sua intervenção no país em 2001, o Afeganistão continua a ser um dos países mais minado no mundo, sendo que Cabul é a cidade mais minada do TO (ISAF, 2005). A maioria das minas implantadas no Afeganistão foi colocada durante a ocupação soviética e o subsequente regime comunista (1980-1992). Após o 11 de setembro de 2001, foram registados o uso limitado de minas por parte da Aliança do Norte, os talibãs e representantes d'Al-Qaeda, para além de *Unexploded Ordnances* (UXO) que resultaram do bombardeamento de BLU-97 (HRW, 2002). Independentemente da sua não-colocação, muitas fações no Afeganistão possuem instalações de armazenamento de minas Anti-Pessoal (AP), Anti-Carro (AC) e minas de conteúdo metálico reduzido, de rápido acesso (TRISA, 2010).

Muitas das minas presentes no Afeganistão foram colocadas numa disposição anelar, normalmente com o intuito defensivo de formar um perímetro em torno das cidades principais durante a guerra afegã-soviética. Grupos insurgentes anti-ISAF adotam técnicas de implementação de minas no terreno com o intuito de operar emboscadas às forças aliadas, sendo as pontes e vias com aquedutos os locais mais comuns para a sua colocação. Normalmente as áreas com minas presentes estão marcadas com pedras pintadas de vermelho, quer para que as forças da ISAF tenham conhecimento das mesmas, ou para que a população local possa alertar outras forças.

Os IED descrevem os dispositivos que foram fabricados de forma rudimentar e que contêm explosivos, ou químicos incendiários ou pirotécnicos, com o objetivo de destruir, desfigurar, distrair, amedrontar ou até mesmo servir de manobra de decepção de forma a executar emboscadas a tropas apeadas e/ou em deslocamentos. Este tipo de engenho é o mais utilizado pelos elementos terroristas do Afeganistão visto que apresenta uma variedade significativa de aplicações (TRISA, 2010).

Para além das ameaças instrumentais referidas, existem o elemento humano, nomeadamente os grupos que atuam e levam a cabo as ações com a utilização dos meios

apresentados com áreas de atuação distintas.⁷ O grupo *Quetta Shura Taliban* (QST), aliado dos taliban afegãos, é liderada por Mullah Omar, sendo que é considerado mais como uma rede do que uma organização insurgente, constituídos principalmente por Pashtuns do Afeganistão e do Paquistão. Este grupo pretende derrubar o governo de Karzai e restabelecer um regime talibã e o Estado Emirato do Afeganistão e é anti-forças NATO/US. Atua com ataques terroristas através de IED, ataques suicidas, bombardeamentos casuais, morteiros, lança-foguetes, assassínios, raptos, execuções, assaltos em grande massa e operações extensivas através da Internet (TRISA, 2010).

O grupo *Tehriki-Taliban Pakistan* (T-TP) é liderado por Hakimullah Mehsud, sendo uma mistura de grupos constituídos maioritariamente por Pashtuns do Paquistão. O objetivo deste grupo é derrubar o governo paquistanês e estabelecer um regime talibã e o Emirato Islâmico do Paquistão e é anti-forças NATO/US. Atua através de ataques simples e complexos que incluem IEDs, ataques suicidas, bombardeamentos casuais, morteiros, lança foguetes, assassínios, raptos, execuções, assaltos em grande massa, extorsão e rapto com o objetivo de resgate.

O grupo *Haqqani Network* (HQN) liderado por Jalaluddin Haqqani, com afiliações aos Taliban ainda que opera separadamente do T-TP, sendo que de acordo com o relatório Jane é o grupo insurgente com mais relevância (TRISA, 2010). Opera com semelhança ao grupo T-TP e QST.

O grupo *Hizb-i Islami Gulbuddin* (HiG) é liderado por Hekmatyar Gulbuddin (AKA Hikmatyar), sendo um grupo altamente armado e considerado extremista islâmico, operando como uma família de criminosos e como um ramo da al Qaeda. Apoiam os talibãs no Afeganistão e Paquistão. De entre as atividades semelhantes aos grupos anteriores destacam-se ações de emboscada a forças militares NATO/ISAF.

Reforçando a ação por parte destes grupos insurgentes existem grupos facilitadores e que suportam o radicalismo extremista, como a al-Qaeda, os Uzbeks, Chechens, Kashmiris e o Atores do Estado (TRISA, 2010).

Não com o mesmo impacto que os elementos referidos anteriormente, as ameaças ambientais também constituem fator de ameaça no Afeganistão, visto que poderão comprometer o estado físico e psicológico do elemento militar. Essas ameaças podem ser observadas pela seguinte tabela:

⁷ Ver Anexo H.

Tabela n.º 1: Principais ameaças ambientais no Afeganistão

Ameaça	Descrição
Fornecimento de Água	Infraestruturas inadequadas ao tratamento de águas
Contaminação Alimentar	Uso de fertilizantes não-processados no cultivo de alimentos
Poluição do Ar	Possível perto de locais de indústrias, e locais de queima rotineira de desperdícios
Contaminação Industrial e do Solo	Indústrias que possuem químicos ou matéria tóxica e depositam em aterros
Perigos Físicos e Geológicos	Atividade sísmica na zona de Cabul, e cheias repentinas devido ao derreter da neve na Primavera
Segurança de Tráfego e Condições Estradais	Estradas com más condições, veículos pouco seguros e fracos condutores
Cobras Venenosas, Escorpiões e Aranhas	Espécies variadas de animais venenosos e mortais
Doenças Gerais	DST, Malaria, Febre do Nilo, Leishmaniasis

Fonte: Elaboração Própria

Como mencionado anteriormente, as minas e os IED são os engenhos mais utilizados pelos grupos terroristas, resultando num número significativo de baixas e/ou feridos para as forças que atuam no TO. De igual forma a atuação por parte dos grupos terroristas através da execução de emboscadas, com a utilização de armas de fogo e *Rocket Propelled Grenade* (RPG), assim como o uso de artilharia e morteiros causa um número elevado de feridos⁸ e mortes⁹, nesta específica análise de forças americanas visto que eram as forças que operavam num ambiente mais hostil e propício às ameaças (TRISA, 2010).

⁸ Ver Anexo F.

⁹ Ver Anexo G.

1.2. NATO – Organização e Missão

1.2.1. Intervenção e atuação da NATO/ISAF

Através da Resolução n.º 1386 de UNSC, e com a conferência na cidade alemã de Bona, na qual originou o Acordo de Bona, foi possível juntar capacidades suficientes para se criar a AIA e a ISAF. Inicialmente a responsabilidade desta força era mantida pelos países participantes no Acordo, sendo a sua liderança posteriormente assumida pela NATO e ainda que autorizada pelo UNSC, nem é organizada, constituída nem fundada financeiramente pelas NU.

Os participantes na ISAF deverão providenciar o seu pessoal e meios e pagar por si mesmos (HSLSC, 2002). A missão principal desta força consistia em criar um ambiente de segurança em Cabul e as condições necessárias à reconstrução política e económica do país (Meneses, 2011). Para além desta missão, o UNSC solicitou aos Estados Membros que participam na ISAF a ajudar a AIA no estabelecimento e treino de novas forças afegãs e de segurança¹⁰.

Para além do Tratado de Bona, foi estabelecido posteriormente um Acordo Técnico-Militar, entre a ISAF e a AIA, com o objetivo de ser mantido um compromisso de cooperação entre as duas forças, a favor da erradicação do terrorismo, manutenção de um clima estável e seguro, assim como a implementação de um regime democrático na República Islâmica do Afeganistão (Meneses, 2011).

De acordo com o Plano de Operações explanado no Tratado de Bona e no Acordo Técnico-Militar, a missão da ISAF estendia-se em cinco fases gerais, sendo que na primeira consiste na Avaliação e Preparação das Operações em Cabul. A segunda fase consiste na expansão geográfica do espectro de atuação das forças militares da ISAF no TO, que se dividiu em quatro etapas:¹¹

- **Etapa 1:** Expansão a Norte com a autorização do *North Atlantic Council* (NAC), o *European Supreme Allied Commander* (ESAC) General James Jones a iniciar a expansão da ISAF ao assumir o controlo da *Providential Reconstruction Team* (PRT)¹² em Kunduz,

¹⁰ Consta na Resolução n.º 1386 do CSNU, mandata a 20 de dezembro de 2001.

¹¹ ISAF's Mission in Afghanistan (2001-2014) (Archived) consultado em https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69366.htm, no dia 20 de fevereiro de 2018 pelas 14:55.

¹² Conceito adotado pela ISAF de forma a eficaz e eficientemente ajudar a criar um ambiente seguro e estável e permitir a países membros, OI e Organizações Não-Governamentais (ONG) a cumprir com os seus papéis na assistência à reconstrução do governo afegão, consultado em https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69366.htm, no dia 20 de fevereiro de 2018 pelas 15:15.

sendo que as restante oito PRT a operar em 2003 no Afeganistão mantiveram-se sob o comando da *Operation Enduring Freedom*, a operação liderada pelos militares americanos. Em dezembro de 2003, o PRT de Kunduz foi colocada sob o comando da ISAF como projeto-piloto e primeiro passo na expansão da sua missão. Seis meses mais tarde, em 28 de junho de 2004, na Conferência NATO em Istambul, as forças aliadas anunciaram a criação de quatro novos PRT a norte de forma a consolidar a sua expansão.

Este processo foi concluído em 1 de outubro de 2004, marcando a conclusão da primeira fase da expansão da Área de Operações (AO) da ISAF, influenciando com maior impacto a segurança em nove províncias no norte do país;

- **Etapa 2:** Expansão a Oeste anunciada pela NATO a 10 de fevereiro de 2005, sendo que o processo começou oficialmente a 31 de maio de 2006, quando a ISAF assumiu o comando de dois PRT adicionais na província de Herat e Farah e de uma *Advanced Support Base* (ASB) em Herat. Com a operacionalização de outras dois PRT a Oeste em Chaghcharan e em Qala-e-Naw, completou-se a expansão da ISAF a oeste. Com esta operacionalização acumulada à expansão da região do norte, a ISAF garantiu assim a assistência de segurança a 50% do território afegão;

- **Etapa 3:** Expansão a Sul, com a aprovação do plano por parte dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO, em 2006, foram implementadas medidas de forma a que partir de 31 de julho de 2006 a organização assumisse o comando das forças na região a sul da coligação das forças lideradas pelos EUA. Desta forma expandiu-se para seis províncias adicionais – Daykundi, Helmand, Kandahar, Nimruz, Uruzgan e Zabul – assumindo o comando de quatro PRT adicionais. Desta forma, com o comando de treze PRT, a ISAF expandiu a sua AO para 75% do território afegão;

- **Etapa 4:** Expansão a Este, e desta forma assumir a responsabilidade total do país. Em outubro de 2006, a ISAF implementou a fase final da sua expansão, assumindo o comando das forças internacionais lideradas pela coligação dos EUA a este.

De modo a prosseguir com a sua missão, a ISAF, após o período de expansão entre 2005 e 2006, adotou o seguinte dispositivo¹³:

¹³ Ver Anexo D.

- Regional Command Capital (RC – C), com responsabilidade da *Area of Operations Kabul* (AO-K), com contingentes turco, italiano e francês;
- Area North Regional Command (RC – N), com responsabilidade da AO Norte, com contingentes alemão, sueco e norueguês;
- Area West Regional Command (RC – W), com responsabilidade da AO Oeste, com contingentes espanhol, italiano, norte-americano e lituano;
- Area South Regional Command (RC – S), com responsabilidade da AO Sul, com contingentes inglês, holandês, australiano, canadiano, norte-americano e romeno;
- Area East Regional Command (RC – E), com responsabilidade da AO Este, com contingente norte-americano.

No período da criação da ISAF, e de acordo com o disposto na Resolução n.º 1386 do UNSC, foi prevista que a força fosse projetada para o Afeganistão no decorrer de seis meses, sendo necessário que posteriormente o comando da força foi feita por uma *Lead Nation* (LN). Apesar dos esforços realizados pelas organizações intervenientes, foi difícil assumir o respetivo comando, pelo que foi tomada a decisão pública pela NATO que seria esta OI a liderar a ISAF, visão expressa pelo Ministro da Defesa alemão Peter Struck, afirmando que esta decisão iria resolver problemas logísticos e de comunicação (Maloney, 2003). O nome e a missão desta força foram mantidos, sendo que esta força continuou a ser mandata através das resoluções subsequentes emitidas pelo UNSC.

Para além da fase de expansão levada a cabo pela ISAF, a força tinha o objetivo de aumentar o seu papel no país, através do destacamento de forças de treino e de mentoria para o *Afghan National Army* (ANA) a vários níveis de comando.

Numa terceira fase seriam realizadas Operações de Estabilização de forma a garantir a manutenção e controlo das ameaças presentes no TO, nas quais Portugal, já na fase da expansão, participou com uma QRF (Unidade de Escalão Companhia) e um TACP, do período de agosto de 2005 a julho de 2008 e posteriormente de março de 2010 a setembro de 2010, em que as forças empregues, nomeadamente companhias de Comandos, e Pará-quedistas, se adequariam à tipologia de força empregue no TO em questão (Cardoso et al., 2014).

Numa quarta fase, a de transição, seria entregue o comando e controlo territorial às forças governamentais e militares afegãs, e por fim numa fase final a retirada dos contingentes militares do país (Cardoso et al., 2014).

1.2.2. Missão da NATO/ISAF

Enquadradas nas Operações de Estabilização, e de acordo com a missão definida pela Resolução n.º 1386 do UNSC, a missão da ISAF consistia essencialmente em Segurança, Reconstrução e Desenvolvimento, Governança e Contra-Narcóticos ¹⁴(ISAF, 2010). A Segurança consiste em:

- Conduzir operações de segurança e de estabilização juntamente com as *Afghan National Security Forces* (ANSF);

- Apoiar o ANA nas capacidades operacional juntamente com os EUA através das *Operational Mentoring and Liaison Team* (OMLT) que por sua vez apoiavam o treino e destacamento de operações com papel de aconselhamento. As OMLT possuem um papel importante entre as forças do ANA e ISAF, de forma a coordenar todo o planeamento de operações e assegurar que o ANA recebe o devido apoio. Para além de mentoria, também são fornecidas doações ao Exército Afegão, nomeadamente em equipamento, através do *Equipment Donation Programme* (EDP) da NATO, o *Allied Operations Command* (AOC) coordena todas as doações de equipamento em nome da ISAF. Também foi criado o ANA's *Fund* de forma a suportar os custos de transporte e instalação da doação de equipamentos, a compra de serviços para projetos de engenharia e construção, e treinos no interior/exterior do país;

- Apoiar a *Afghan National Police* (ANP) através da *Combined Security Transition Command Afghanistan* (CSTC-A) no treino de policiamento, a nível tático com meios de informação disponibilizada e aconselhamento informal e de mentoria;

- Desarmamento de grupos armados ilegais e reunindo todo o tipo de armamento ilegal, munições e cargas, sendo posteriormente catalogadas, e destruídas de forma a mitigar a ameaça e garantir segurança à população;

- Facilitar a gestão dos paióis de munições melhorando a capacidade de segurança física nas instalações do ANA, e no desenvolvimento da sua capacidade de gestão;

- Fornecer assistência pós-operação através da ISAF's *Post-Operations Humanitarian Relief Fund* (POHRF) de forma a fornecer apoio humanitário célere, a seguir a uma operação militar da ISAF. O apoio humanitário baseia-se na distribuição de

¹⁴ ISAF's Mission in Afghanistan (2001-2014) (Archived) consultado em https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69366.htm , no dia 21 de fevereiro de 2018 pelas 16:23.

comida, abrigo, medicamentos assim como a reconstrução de edifícios de instalações críticas.

Quanto à Reconstrução e Desenvolvimento esta é realizada através dos PRT, onde a ISAF apoia a reconstrução e o desenvolvimento no Afeganistão, assegurando as áreas onde o trabalho é realizado por trabalhadores nacionais e internacionais. Esta missão materializa-se com:

-Equipas civis e militares integradas nos PRT que garantem a segurança aos locais de reconstrução e de trabalho, e fornecem, em acrescento, as suas capacidades diplomáticas e económicas liderando as componentes políticas, económicas, humanitárias e sociais;

- Assistência Humanitária prestada pelos PRT a pedido do ANA, ou então das entidades regionais responsáveis, podendo ser realizadas missões de rendição distribuindo medicamentos, comida e mantimentos de inverno, de forma a ajudar a população a lidar com as condições atmosféricas severas nas diferentes partes do país.

Quanto à Governação a ISAF, através dos PRT ajuda as autoridades afegãs a fortalecer as instituições necessárias para estabelecer um bom governo e promover os direitos humanos. A principal tarefa dos PRT, nesta missão, é construir capacidade, apoiar o crescimento do governo e promover um ambiente em que o mesmo possa melhorar.

Por fim, Contra-Narcóticos, é uma missão que se reflete na adoção da Estratégia de Controlo de Drogas Nacional, de forma a controlar a circulação de drogas ilícitas, e impedir a produzir em grandes quantidades das mesmas.

1.2.3. Tipologia de Operações da NATO/ISAF no TO do Afeganistão

O Afeganistão, com a presença de grupos insurgentes como referidos anteriormente, a instabilidade do governo e da sua economia, corroborando com um nível de corrupção transversal a todos os níveis do patamar político-militar, enquadra-se no espectro de conflito no nível de Guerra Subversiva sendo “caracterizado como uma ação levada a cabo com o objetivo de derrubar pela força um governo ou poder instituído” (MDN, 2012, p. 2-2), sendo que o emprego de forças militares é necessário para que se garanta a estabilização do país ou região.

Tendo em conta a missão da ISAF que de acordo com a Resolução n.º 1386 do UNSC consistia em “assistir a Autoridade Interna Afegã na manutenção da segurança em Cabul e nas suas áreas adjacentes, para que a Autoridade Interna Afegã assim como o pessoal das NU pudesse operar num ambiente seguro” (UNSC, 2001) pode-se categorizar como uma Operação Militar no âmbito da Guerra Irregular.

Numa fase inicial da intervenção da ISAF ocorria uma luta violenta entre o Estado e os atores não-Estado nomeadamente os grupos insurgentes que pretendiam instaurar o Emirato Islâmico do Afeganistão através de atividades de subversão, e combate não convencional no meio da população (MDN, 2012). A ênfase da guerra irregular é na abordagem indireta, em que é evitada a confrontação direta entre as forças irregulares e forças regulares, com a finalidade de exaurir o adversário, quebrando-lhe a vontade e abdicando de algo que o adversário tem como objetivo (MDN, 2012).

As operações típicas neste espetro do conflito podem ser o apoio à defesa interna de países terceiros, em que abrange “o emprego de forças militares e policiais em programas de governos estrangeiros ou outras agências, a fim de proteger a sociedade da subversão, desordem e insurreição. As operações são conduzidas sob as modalidades de apoio indireto e apoio direto” (MDN, 2012, p. 2-9). Operações de Subversão em que se define como “a forma de guerra conduzida no interior de um território por uma parte dos seus habitantes ajudados e reforçados, ou não, do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou paralisar a sua ação” (MDN, 2012, p. 2-10).

A Contrasubversão que “abrange todas as ações militares, paramilitares, políticas, económicas, psicológicas e civis levadas a cabo por um governo para acabar com a subversão.” (MDN, 2012, p. 2-10).

O Combate ao Terrorismo que engloba as ações defensivas para reduzir os efeitos de um ataque terrorista, e pôr fim à Guerra Não Convencional sendo o “termo utilizado para englobar operações militares, normalmente de longa duração, predominantemente conduzidas por forças autóctones que são organizadas, treinadas, equipadas, apoiadas e dirigidas a partir do exterior do território.” (MDN, 2012, p. 2-12).

No caso do Afeganistão, a *Operation Enduring Freedom*, operação essa que permitiu abrir o TO do Afeganistão e o início da ISAF, foi levada a cabo por forças de operações especiais da coligação para derrubar o regime Talibã.

Dentro do espetro das Operações referido, existem vários tipos de operações sendo a que se enquadra neste caso serão as Operações de Estabilização que têm como tarefas

primárias estabelecer um ambiente seguro e estável, apoiar o restabelecimento da segurança, neste caso o AIA e o ANA, apoiar a governação e o desenvolvimento, restabelecer serviços essenciais, obter apoios para o governo da HN, e moldar o ambiente para permitir às autoridades da HN e às Organizações Cívicas (OC) desenvolver as suas atividades com sucesso (MDN, 2012).

1.2.4. NATO/ISAF – Intervenção de Portugal como FND

A perceção do funcionamento do sistema internacional e as suas relações entre as diferentes entidades da comunidade internacional, foi rapidamente alterada com os eventos do 11 de setembro de 2001, e Portugal não permaneceu indiferente. A ameaça não se apresentava limitada apenas pelas fronteiras territoriais, nem pelas barreiras conceptuais do que era a guerra convencional, tornando-se nítido que o inimigo não se materializava de forma clara, num conteúdo organizacional e estruturado (Palma, 2003). Sob a égide das Nações Unidas, e de acordo com o artigo 5.º do Tratado Atlântico Norte¹⁵ que “um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América Central será considerado um ataque a todas (...) no exercício do direito da legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da CNU, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas”. Independentemente da obrigatoriedade que Portugal tinha de assistir devido ao Tratado Atlântico Norte, a ameaça atingia indiretamente o país, sendo o seu apoio garantido desde o momento do ataque terrorista.

A Intervenção de Portugal pode-se diferenciar numa primeira fase com o empenhamento de FND com destino ao apoio logístico e ao comando das instalações aéreas. Numa segunda fase, com o empenho de unidades de combate, nomeadamente nos períodos de 2005 a 2008 e 2010. Numa terceira fase, em sobreposição com os períodos do empenhamento de unidades de combate, o empenho de forças de mentoria e ligação de equipas de formadores (Rodrigues, 2011).

Com a participação inicial de um Destacamento Aéreo (C-130) e uma Equipa Sanitária, com um total de 23 militares (Cardoso et al., 2014), Portugal encontra-se presente no TO desde 2002, em apoio da intervenção internacional do Afeganistão, com mais de 3200 militares já empenhadas desde a sua atuação. Destacam-se cargos como o porta-voz do Comandante da ISAF, Comando do *Kabul International Airport* (KIA), e as

¹⁵ Tratado Atlântico Norte, consultado em https://www.nato.int/cps/su/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt em 8 de março de 2018 pelas 16:10.

QRF (Rodrigues, 2011). Este tipo de forças, representada inicialmente por uma Força de Comandos atuava como força de reserva do Comandante da ISAF, representando uma missão de elevada responsabilidade no contexto da Coligação (Rodrigues, 2011). Foi até ao período de 2008, e isoladamente em 2010, que estas forças atuaram no TO do Afeganistão, constituídas por forças Comandos e Pára-quedistas.

Como referido anteriormente, numa terceira fase operacional, as unidades portuguesas das ISAF atuavam como OMLT. Estas unidades tinham como missão “o aconselhamento, *mentoring* e acompanhamento de unidades do ANA, que se encontravam em fase de levantamento, apoiando-as no plano de formação, no comando e controlo, no treino e na área logística” (Rodrigues, 2011). Serviam de ligação entre as unidades afegãs e os respetivos comandos, forças e OI, de acordo com as necessidades de carácter logístico e operacional.

1.3. Conceito de Emprego de Forças de Reserva

No âmbito da missão da NATO/ISAF, e de acordo com a expansão geográfica de atuação da força, é essencial possuir uma força capaz de atuar em pontos críticos de conflito de forma a mitigar o escalar da ameaça no local (JFLCC, 2003), e prevenir a proliferação de células de risco ao longo da AO do Afeganistão. Essas forças de reserva, de escalão até companhia, fornecem ao comandante da força a capacidade/possibilidade de repelir ameaças e ataques de pequena escala e em pequena dimensão geográfica, sendo que mantêm um nível de resposta nivelado que suporta a rápida mobilização de forças de infantaria ligeira em resposta a ameaças internas consistente com a legalidade e as ROE em vigor (JFLCC, 2003).

A uma força de reserva está atribuída um conjunto variado de tarefas, como manter a iniciativa da operação, aproveitar a vantagem de um sucesso inesperado e anular retrocessos táticos que ameaçam a integridade da operação das forças amigas (Chychota & Kennedy, 2014).

Dentro das forças de reserva, existem um conjunto de forças com distintos espectros de atuação, que irão definir a sua organização, equipamento e missão (Chychota & Kennedy, 2014), nomeadamente a QRF a *Rapid Reaction Force* (RRF), *Tactical Combat Force* (TCF), *Striking Force* (SF), *Reaction Force* (RF) e *Response Force*. A sua designação irá depender de vários fatores.¹⁶

¹⁶ Ver Anexo B.

1.3.1. Emprego de Força Quick Reaction Force

Com o desenvolvimento do ambiente operacional, a transformação de operações convencionais em operações não convencionais e irregulares, a percepção do comandante sobre o campo de batalha e todas as suas variáveis com absoluta certeza torna-se incerto. Torna-se importante ter à sua disponibilidade uma força de reserva, de forma a mitigar as dúvidas do emprego de forças em ambiente operacional, assim como garantir um plano de contingências caso a sua força se comprometa com uma situação crítica. Para isso, e dentro das forças de reserva, destaca-se a atuação de uma QRF.

Num contexto conceptual, não existe doutrina que defina exatamente o que consiste uma QRF, identificando-a apenas como uma força de reserva com uma resposta de reação elevada (Chychota & Kennedy, 2014). De acordo com a *Global Security Organisation* uma QRF pode-se caracterizar-se como “qualquer força que possua uma capacidade de resposta, num curto espaço de notificação, tipicamente em menos de quinze minutos”¹⁷ Consultando alguns manuais militares americanos, nomeadamente o FM 4-93.51 no capítulo 10, é possível identificar algumas capacidades e tarefas para quais uma força QRF terá de estar apta, nomeadamente na versatilidade e rapidez de emprego no ambiente operacional, estando equipadas e treinadas de acordo com as ameaças do ambiente operacional específico. Quer a sua constituição, organização e preparação irá sempre depender do seu objetivo de emprego, e das tarefas a quais estão incumbidas.

As operações das QRF compreendem cinco fases distintas, nomeadamente:

- **Planeamento e Treino:** Plano para executar e treinar operações de junção de força no qual os elementos da QRF terão um estado de prontidão e local a definir de reunião, com capacidade imediata de reagir à ameaça e/ou apoiar a força em conflito, garantindo o equipamento e preparação necessária para cumprir com a tarefa;

- **Prontidão e Movimento:** Emprego da QRF, no qual recebe a informação do local a atuar, abastece-se e prepara-se com o devido equipamento, inclusive o meio de transporte necessário, sendo que a capacidade de possuir uma viatura blindada atribuída com armamento pesado imperativo para a sua atuação;

¹⁷ Quick Reaction Force (QRF), consultado em <https://www.globalsecurity.org/military/agency/army/qrf.htm> em 8 de março de 2018 pelas 21:55.

- **Contacto no Local do Incidente:** Contacto efetivo com a ameaça, no qual a principal missão da QRF é repelir o adversário, mantendo um perímetro de defesa e garantindo que apenas se retira após a supressão da ameaça;

- **Execução e Comando:** Comando e Controlo (C2), no qual a força assume um perímetro coordenado com a força existente no local, sendo o objetivo principal do treino a coordenação das forças e respetivos fogos, assim como minimizar o risco de fratricídio. São aplicadas medidas de controlo de fogos de forma a controlar o uso de munições assim como a dispersão das forças. É pertinente referir que o comando total das forças é assumido pela entidade de comando da força que assiste no local, e não a força que se encontra em contacto com fogo inimigo, ou numa situação mais vulnerável;

- **Extração:** Consolidação e Recuperação, em que o objetivo será, após a supressão da ameaça, a reorganização e consolidação da força, estando em controlo o gasto das munições, possíveis baixas, material capturado e todas as variantes num cenário de combate.

Estas fases refletem não só o treino da força, mas de uma forma padrão, a sua atuação e emprego, sendo que a esta estão atribuídas tarefas comuns como Operações de Controlo de Tumultos, criação de um *Checkpoint* (CP), garantir segurança a um perímetro, tratamento e evacuação de baixas, evacuação de não-combatentes, entre outras¹⁸.

¹⁸ Ver Apêndice B.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

2.1. Enquadramento

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento e estruturação da presente investigação. A seguinte metodologia adotada enquadra-se de acordo com o tipo de investigação a seguir, sendo que a “investigação aplicada tem por objetivo encontrar uma aplicação prática para os novos conhecimentos, adquiridos no decurso da realização de trabalhos originais (Carvalho, 2009 cit in IESM, 2016, p.14).

A metodologia deve então orientar para a “busca da definição dos referenciais que precederam o momento atual, na análise da forma e das causas de transformação desses referenciais, e na pesquisa das interações dos homens e dos grupos de homens com os referenciais que os enquadram” (Santos, 2012 cit in IESM, 2016, p.15). De igual modo trará vantagens e enriquecimento ao valor do trabalho criando uma “sistematização de dados, a credibilidade dos resultados e a aceitabilidade pela comunidade científica (IESM, 2016, p. 14).

É pertinente referir o método a utilizar neste processo de investigação, sendo que explanará as ferramentas que abordaram o tema assim como os procedimentos operacionais que irão refletir as técnicas utilizadas, sendo que este pode definir-se como “o conjunto de atividades sistemáticas e racionais (...) que permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões” (Marconi & Lakatos, 2003, p.83). Diferencia-se da técnica visto que “a técnica é a parte respeitante aos instrumentos de recolha de dados, que conferem a operacionalidade ao método” (Carvalho, 2009 cit in IESM, 2016, p. 26)

Em sequência será apresentado o método de abordagem utilizado para esta investigação, o procedimento de pesquisa, a tipologia das fontes de informação e respetivo instrumento científico aplicado e por fim a delimitação do universo e o tipo de abordagem.

2.2. Método de Abordagem

De forma a iniciar uma investigação científica aplicada é necessário ter em conta uma das suas características fundamentais, nomeadamente a replicabilidade, “podendo esta conseguir-se através do desenvolvimento de diferentes estratégias” (IESM, 2016, p.20), e de acordo com as estratégias adotadas, surgiram variantes deste método, como o raciocínio

indutivo, dedutivo e hipotético-dedutivo, que são formas de raciocínio adotadas durante a investigação (IESM, 2016).

Tendo em conta o objetivo do trabalho de investigação, foi escolhido o método-hipotético dedutivo, sendo que inicialmente proposta por Karl Popper, defende que existem momentos pertinentes no processo investigatório, sendo esse o problema, derivado de conflitos antes das expectativas e teorias existentes, a solução proposta, refletidas nas hipóteses apresentadas, e por fim os testes de *falseamento*, as tentativas de refutação através de meios de observação e experimentação (Marconi & Lakatos, 2003). Este método é válido visto que “fundamenta-se na reunião de observações, factos e ideias, que validam as hipóteses” (Sarmiento, 2013, p.9). Foi de igual modo utilizado o método inquisitivo, visto que, devido às entrevistas realizadas, aplicaram-se interrogatórios de forma oral e escrita (Sarmiento, 2013).

Como referido anteriormente na introdução, este trabalho de investigação pretende responder à seguinte pergunta: Quais as principais características de uma QRF para satisfazer as capacidades que tipicamente são exigidas a este tipo de força em missões multinacionais?”

Tendo em consideração a respetiva PP, foi necessário formular PD de forma a descentralizar a dimensão do problema de investigação, e de forma a criar um raciocínio organizado e constante. De seguida, e tendo em vista o método científico escolhido, foram formuladas hipóteses às respetivas PD já que “a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.135).

De forma a estruturar com maior facilidade a correspondência entre as PD e respetivas hipóteses, é apresentada a seguinte tabela:

Tabela n.º 2: Perguntas Derivadas e Hipóteses de Investigação Formuladas

Perguntas Derivadas	Hipótese
PD1: Como se caracteriza o TO do Afeganistão tendo em conta o conflito e as ameaças inerentes?	H1: O TO do Afeganistão caracteriza-se com a presença de ameaças insurgentes impulsionadas por razões ideológicas religiosas radicais.
PD2: De que forma a missão e emprego de uma QRF se diferencia das restantes tipologia de forças?	H2: Não existe convergência absoluta entre a componente conceptual de como deverá ser empregue, assim como a componente operacional da força no TO analisado.

<p>PD3: Como se caracteriza a atuação das FND/QRF no TO do Afeganistão?</p>	<p>H3: A FND/QRF atuará de acordo com, não só as tarefas incumbidas, mas também com factores geográficos, políticos e populacionais que poderão afetar o seu emprego.</p>
<p>PD4: Quais as potencialidades e limitações de uma FND/QRF no TO do Afeganistão?</p>	<p>H4: As potencialidades da FND/QRF estarão relacionadas com a tipologia das forças que a constituem, assim como as suas limitações serão o emprego operacional relacionado com as variáveis de missão e imposições pelo Escalão Superior.</p>

Fonte: Elaboração Própria

Tendo em conta a importância que a informação revela para a estrutura do trabalho e de toda a investigação, foi utilizado como recurso principal bibliográfico fontes primárias que “são fontes originais e que não foram alvo de qualquer resumo ou interpretação por parte de outros investigadores ou críticos” (Freixo 2011, cit in IESM, 2016, p. 49).

2.3. Procedimento de Pesquisa

No caminho para a definição dos instrumentos de recolha e análise dos dados, é importante refletir sobre os vários desenhos de pesquisa (*Research Designs*) de forma a “centrar a atenção, indiretamente, nos diferentes procedimentos técnicos utilizados para proceder à recolha e análise dos dados.” (IESM, 2016, p.34).

Foi optado para a presente investigação a utilização do estudo de caso, onde o objetivo será a descrição rigorosa da unidade de observação, que é a principal preocupação do investigador (IESM, 2016). E tendo em conta a delimitação espacial e temporal, pode-se identificar como um estudo de caso coletivo, sendo o objetivo o estudo estudar um período e/ou coletivo de forma a aprimorar o conhecimento do universo a que pertence (Gil, 2002).

O estudo de caso realizado incide nas FND/QRF dos contingentes militares do TO do Afeganistão, no período de 3 de agosto de 2005 a 13 de agosto de 2008 e ainda de 14 de abril de 2010 a 28 de setembro de 2010 (Cardoso, 2014), onde serão analisados dados relativos à sua atuação, meios utilizados, tipologia de forças que compuseram os contingentes, tarefas, assim como a evolução da sua organização e missão no período referido.

Para tal será realizada uma pesquisa através de referências bibliográficas nacionais e internacionais sobre a atuação de QRF, assim como as principais diretivas dos contingentes, e análise às entrevistas realizadas aos oficiais de comando dos escalões da força, e a elementos estrangeiros críticos sobre esta temática.

2.4. Tipologia das Fontes de Informação, Instrumentos e Técnicas de Recolha de Dados

Relativamente à recolha de informação para a investigação deste trabalho, foi utilizada informação de índole bibliográfica e primária, nomeadamente as entrevistas. A utilização da informação bibliográfica torna-se crucial para a elaboração do trabalho de investigação, pois a revisão da literatura sobre o tema é baseada em diferentes fontes como autores e documentos (Sarmiento, 2013), e a informação primária é aquela que se pesquisa para um fim específico, podendo ser qualitativa quantitativa ou até mista (Sarmiento, 2013).

Serão analisados documentos militares que remetem à atuação das forças em estudo, assim como o quadro conceptual que define a componente operacional das mesmas. Para além da análise documental, o recurso a entrevista a Oficiais que possuíram funções de comando aquando a presença das FND/QRF no TO do Afeganistão irá permitir retirar informações através de dados primários “e elementos de reflexão muitos ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 192).

Para a realização da entrevista optou-se por um tipo de entrevista semi-estruturada¹⁹, visto não ser totalmente rigorosa nem inflexível, sendo que o entrevistador possui um referencial de perguntas-guias de forma a encaminhar o entrevistado para os objetivos das entrevistas (IESM, 2016).

2.5. Delimitação do Universo e Tipo de Amostragem

De forma a permitir uma centralização da atenção do investigador e do raciocínio metodológico do mesmo, torna-se pertinente a delimitação do universo que “consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenómenos etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns” (Marconi & Lakatos, 2003, p.223). Para que se possa realizar a análise do conteúdo é necessário seguir um determinado número de etapas, sendo imperativo numa fase inicial definir e delimitar claramente o universo, de forma *a posteriori* passar à fase de categorização, isto é a determinação das dimensões que serão

¹⁹ Ver Apêndice G.

analisadas (IESM, 2016). O tipo de amostragem “só ocorre quando a pesquisa não é censitária, isto é, não abrange a totalidade dos componentes do universo, surgindo a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população.” (Marconi & Lakatos, 2003, p.223). No surgimento da necessidade de investigar uma porção dessa população, é levantada uma amostra que consiste “no sub-conjunto de uma população ou de grupo de sujeitos que fazem parte da mesma população...uma réplica em miniatura da população alvo” (Fortin, 1996, p.202).

Neste trabalho de investigação o universo em estudo restringe-se aos oficiais que tiveram funções de comando nos contingentes militares das FND/QRF no período anteriormente referido. Tendo em conta a delimitação temporal, e a restrição de tempo do trabalho de investigação, os escalões a serem considerados serão de Pelotão até Batalhão, sendo que o último irá corresponder à entidade de comando do contingente militar português.

No processo de realização das entrevistas há-que ter em conta que “a entrevista é outro recurso importante para o investigador pois é, em certas áreas ou domínios, um fortíssimo instrumento de recolha de informação” (IESM, 2016, p. 84), e tendo em conta o objetivo da investigação, pretende-se “descobrir, por meio de definições individuais dadas, qual a conduta adequada em determinadas situações, a fim de prever qual seria a sua.” (Marconi & Lakatos, 2003, p.196) permitindo separar em duas componentes respetivas, os padrões éticos do que deveria ter sido feito, e considerações práticas do que é possível fazer, sendo a última de maior pertinência.

Como referido anteriormente, os entrevistados partilham características pertinentes e comuns ao trabalho de investigação, sendo essas a de comando em diferentes escalões de uma força FND/QRF, tendo a oportunidade de comandar tal força, e conhecendo as suas principais potencialidades e limitações no campo de batalha, de acordo com a sua tipologia de força.

Foram evitadas questões que pudessem remeter a outras unidades ou componentes militares que não contivessem informações oportunas e pertinentes ao trabalho de investigação, mas criada uma estrutura de entrevista semiestruturada de forma a criar a flexibilidade de diálogo entre o entrevistado e o entrevistador sempre com o consentimento²⁰ do primeiro.

²⁰ Ver Apêndice H.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 3: ATUAÇÃO E EMPREGO DA QRF/FND/ISAF NO TO DO AFGANISTÃO

3.1. Enquadramento – Estrutura e Comando NATO/ISAF

O Afeganistão, desde a aprovação da Resolução n.º 1386 do UNSC, tornou-se um TO para as forças aliadas pertencentes à ISAF, com a missão de garantir a segurança e um ambiente estável e seguro para a população, garantindo a continuidade do governo e a capacidade das forças militares e de segurança atuarem em conformidade com as diretrizes políticas do país (ISAF, 2012)

Na sequência da redução da presença d’Al-Qaeda e dos Talibã do Afeganistão, com o lançamento e consequente conclusão da *Operation Enduring Freedom*, levada a cabo pelos EUA, os líderes do Afeganistão reuniram-se na cidade de Bona, em dezembro de 2001, juntamente com o apoio internacional de forma a iniciar a reconstrução do país (Faria, 2013). A nova estrutura do governo foi criada através das Resoluções n.º 1386, 1413 e 1444 pelo UNSC, de forma a permitir o ANA e à ISAF operar em cooperação na área da capital, em Cabul e arredores. Ainda que atualmente a NATO tenha 28 países aliados, no período analisado tinha 26 países²¹, sendo que esses todos contribuíram com forças e meios de forma a garantir a continuidade da missão da ISAF.

Terminada a fase de expansão com o auxílio dos PRT, iniciou-se a fase de estabilização e reconstrução com o AOC da NATO sediado no *Allied Forces Supreme Headquarters* (AFSHQ) na Europa, localizado em Mons, Bélgica, e com *Regional Command Centre* (RCC) distribuídos pelas regiões do TO²² (ISAF, 2012).

Ao longo da operação mantida pela ISAF, e com as fases estabelecidas na Resolução n.º 1510 do UNSC, que permitia a expansão da atuação geográfica no TO, a estrutura de comando sofreu alterações desde a sua organização inicial até à atual estrutura em vigor com *Regional Command Structures* (RCS) que coordenam toda a atividade civil-

²¹ NATO Member Countries, consultado em http://www.nato.int/cps/en/natolive/nato_countries.htm em 21 de fevereiro de 2018 pelas 15:18 horas.

²² Ver Anexo D.

militar conduzida pelos militares no PRT e nas suas respetivas áreas de responsabilidade, sob o controlo operacional da ISAF.²³

Cada RC é assumido por uma LN composta por uma estrutura de C2 e uma *Forward Support Base* (FSB) que são essencialmente instalações logísticas, criadas para abastecer material sanitário, e uma instalação de transportes que permite assistir os PRT na sua missão delimitada pelo ANA. Atualmente existem seis RC, a Norte, Sul, Este, Oeste, Sudoeste e Capital.²⁴

Relativamente à hierarquia, os RC estão subordinados ao *Commander of ISAF Joint Command* (COMIJC), e por sua vez ao *Commander of ISAF* (COMISAF)²⁵. Esta estrutura consolidou-se a partir do momento em que o ANA e o AIA garantiu a capacidade de manter a sua operacionalidade em coordenação com o COMIJC. O *Special Operations Element* (SOE), tinha como objetivo a execução de operações de combate de contra-insurreição e eliminação de grupos terroristas e de crime organizado. Ao longo da expansão da ISAF, a estrutura de comando superior foi sendo desenvolvida de forma a adaptar-se às diferentes ameaças que surgiam na sua AO.

3.2. Organização e Aprontamento da Força

Uma QRF/ISAF deverá de ser constituída com uma organização que ofereça flexibilidade de manobra ao seu comando, mas que ofereça um grau de sustentação logística autónomo de forma a cumprir com determinadas tarefas de forma rápida e eficaz, sem depender constantemente de outras unidades fora da sua esfera de comando. Desta forma a QRF “constituiu-se com uma Seção de Comando, uma Companhia de Manobra, um Centro de Operações Tático, um Destacamento de Apoio de Serviços, sendo que todos os elementos pertenciam ao Exército, e ainda uma Equipa de Controladores Aéreos Avançados (TACP)” (Cardoso et al., 2014, p. 32). Esta estrutura operacional de pessoal da QRF/ISAF²⁶ permitia satisfazer com as exigências estabelecidas pela ISAF.

De forma a permitir a eficiência do seu emprego operacional no TO do Afeganistão, é necessário que a força cumpra com um conjunto de treinos e preparação, incidida no aprontamento da força. O aprontamento tem como objetivo “além da preparação física e tática (...) atenção para a proteção da força e relacionamento com autoridades civis e

²³ ISAF Regional Command Structure, consultado em https://www.nato.int/isaf/structure/regional_command/index.html em 21 de fevereiro de 2018 pelas 16:48 horas.

²⁴ Ver Anexo A.

²⁵ Ver Anexo E.

²⁶ Ver Anexo I.

militares existentes no território do Afeganistão” (Bartolomeu, 2008, p.8), de forma a preparar a força para cenários os mais semelhantes aos treinos efetuados em território nacional.

Desta forma, o modelo de aprontamento adotado pelo Exército²⁷ para esta força, foi estruturado em três fases, e realizado em Território Nacional (TN), sendo que todas as fases tinham objetivos específicos de forma a preparar a força para o cumprimento da missão (EME, 2017).

Na primeira fase, Administrativo-logístico, pretende-se preparar no âmbito administrativo e logístico, propriamente dito, assim como o aprontamento relativo aos requisitos operacionais individuais.

A segunda fase consiste num treino conjunto de toda a força, e a terceira e última fase a preparação para a projeção (EME, 2017).

No enquadramento operacional, a atuação e aprontamento assenta numa premissa em que a tipologia de força deverá ser uma de infantaria ligeira, com a versatilidade de ser empregue de forma flexível e rápida, havendo dois tipologias de forças que mais se adequavam ao emprego de QRF/FND, como referido anteriormente, sendo essas as Forças Comandos e as Forças Pára-quedistas.

Algo que foi referenciado, e isto foi consequência direta da tipologia de forças empregues, nomeadamente as Forças Pára-quedistas e Forças Comandos, a sua orgânica permitia enquadrar dentro das fases de aprontamento, uma preparação operacional a todos os níveis, individual, equipas e grupos, relativamente aos Comandos, e em Companhia. Este método de aprontamento permitia consolidar as especificidades do particular para o geral (Indivíduo, Pelotão para Companhia), otimizando a eficiência da sua preparação (EME, 2017).

O aprontamento faseado da força permitia uma integração modular de treino operacional que garantia uma formação correta e eficiente, desde o nível individual, até ao nível de companhia pretendido. Especificamente eram realizados um conjunto de treinos que garantissem à força uma atuação no TO ao qual seriam projetados (EME, 2017), sendo esses treinos os seguintes:

- Treino de tiro que era executado, preferencialmente com o armamento a ser utilizado no TO, de forma a acomodar o combatente as especificidades operacionais da

²⁷ Ver Apêndice F.

missão, sendo este realizado em diferentes condições, e em diferentes escalões (individual, equipa/esquadra/seção) com uso, ou não, das viaturas;

- Treinos de Procedimento de Comando garantindo assim aos Comandantes, a capacidade de distribuição correta e eficiente de tarefas, de acordo com as especificidades das funções dos seus subordinados;

- Treino de socorrismo que permitia formar o combatente na resolução de situações em que a força pudesse sofrer baixas ou feridos tendo em conta as possíveis ocorrências específicas do TO. Eram ministrados treinos com a utilização do *Individual First Aid Kit* (IFAK), com a possibilidade, no seu seguimento, de um módulo *Tactical Combat Casualty Care* (TCCC), criando um cenário em que o indivíduo deverá prestar os primeiros socorros a um elemento;

- Treino de comunicações onde versava a operação de todos os equipamentos de comunicação que seriam utilizados no TO, nomeadamente o Thomson, o ER PRC 425/VRC 470 e os restantes: Este treino implicava uma formação e conhecimento base da língua inglesa;

- Treino de condução, mais direcionado para os elementos que possuíam a carta de condução e a formação para as viaturas utilizadas no TO, que contemplava treinos durante o deslocamento, patrulhamentos mistos, assim como adaptação ao terreno característico do Afeganistão;

- Treino de navegação que era realizado maioritariamente com a utilização da viatura, visto que todos os deslocamentos usufruíam do uso da mesma. Contemplava treino de utilização de *Global Positioning System* (GPS), assim como outras ferramentas, como o *Google Earth* que permitia um planeamento de itinerários, eficaz e versátil;

- Treino de apontadores que se dividia em treino com armas principais das viaturas, familiarizando os elementos com o armamento, assim como para o correto funcionamento do mesm, e em treino de canhão, morteiro e LG Cougar, que devido à baixa disponibilidade desta tipologia de munições, o treino tinha de ser bem rentabilizado;

- Outros tipos de treino englobavam preparação linguística de termos técnicos em inglês, predominantemente utilizados na região de acantonamento da força, perceção e divulgação pormenorizada das ROE assim como procedimentos envolvendo todo o tipo de IEDs e bombistas suicidas.

Relativamente ao seu enquadramento documental, este é fundamentado pelas diretivas das FND, nomeadamente a Diretiva Operacional de S. Exa o General Chefe de

Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), a Diretiva de S. Exa Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), a Diretiva do Exmo. Comandante das Forças Terrestres (CFT) e a Diretiva da Unidade Aprontadora de Forças (UEBrig), que consiste na Brigada que recebe a responsabilidade principal de aprontamento, preparação e organização da força QRF/FND (EME, 2017). A documentação enquadrante irei definir especificamente o seu aprontamento, assim como as tarefas inerentes ao cumprimento da missão da força.

O esquema de escolha da UEBrig, à responsabilidade do CFT, basea-se essencialmente numa premissa de rotatividade, sempre tendo em conta as capacidades inerentes da tipologia de forças escolhidas, pertencentes aos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF) (EME, 2017). Algo relevante a referir, e isto deve-se ao facto de não existir uma estrutura definitiva para a constituição deste tipo de força, devido à falta de efetivo e infraestrutura para a mesma, é a falta de noção concreta das reais necessidades da FND. Isto reflete-se em determinadas limitações a nível de material e meios aquando o aprontamento da própria força (EME, 2017). Devido a este conjunto de factores, todo o planeamento, procedimentos administrativos-logísticos, assim como execução e supervisão do seu aprontamento, recai sobre o Comandante do Contigente Nacional (CCN), e nas diferentes capacidades da tipologia de força que comanda (EME, 2017).

No enquadramento operacional, a atuação e aprontamento assenta numa premissa em que a tipologia de força deverá ser uma de infantaria ligeira, com a versatilidade de ser empregue de forma flexível e rápida, havendo dois tipologias de forças que mais se adequavam ao emprego de QRF/FND, como referido anteriormente, sendo essas as Forças Comandos e as Forças Pára-quedistas.

3.2.1. Emprego Operacional de Forças Comandos

No âmbito do empenhamento de FND em ambientes internacionais, em que Portugal participou enquadrada nas diferentes OI a quais pertence, foi sempre necessário a existência de uma tipologia de forças de infantaria ligeiramente, altamente treinada para operar em situações de alto risco e com grande capacidade de sacrifício (EME, 2007).

As Forças Comandos são forças de infantaria ligeira, vocacionadas maioritariamente para operações convencionais essencialmente ofensivas “com capacidade de projeção imediata, elevada capacidade técnica e tática, grande flexibilidade de

emprego e elevado estado de prontidão, capitalizando a surpresa, velocidade, violência e precisão do ataque como factores decisivos” (EME, 2007, p. 8). O seu elevado estado de prontidão e a capacidade de se constituírem como unidades de intervenção em qualquer TO, particularmente em situações de elevado risco e intensidade elevada, fazem com que esta tipologia de forças seja adequado ao seu emprego no Afeganistão, e a respetiva missão de QRF.

Enquadradas na tipologia de operações NATO no âmbito do Art.5º do Tratado Atlântico Norte, podem participar num espetro variado de operações, sendo que de acordo com o seu empenho no TO do Afeganistão destacam-se as seguintes:

- Operações ofensivas, nomeadamente a execução de golpes de mão, de forma a garantir o isolamento do campo de batalha, destruição, captura ou impedir o reforço do inimigo, através de ataques a instalações críticas. Emboscadas e demolições, para interditar as linhas de comunicações, fintas e demonstrações e Segurança da Área da Retaguarda (SAR), como força de intervenção perante a ameaça de tropas especiais In, forças insurgentes e/ou terroristas (EME, 2007);

- Operações defensivas em que garantam a defesa de um ponto sensível, garantindo dispositivos de defesa em perímetro na profundidade do dispositivo de Forças Amigas, perante ameaças (EME, 2007);

- Operações em ambientes específicos de acordo com o equipamento disposto, e tendo em conta as suas características, estas forças poderão atuar em florestas, deserto, montanha, áreas edificadas e sob condições de visibilidade reduzida e temperaturas adversas (EME, 2007);

- Operações em território controlado pelo inimigo, que por norma são sempre executadas após infiltração na sua profundidade, podendo ainda executar missões *stay-behind operations* com vista a atuar na retaguarda In (EME, 2007);

- Operações de *Crise Response Operations* (CRO), nomeadamente evacuação de não combatentes, imposição de paz e manutenção de paz.

Para além da sua atuação no espetro de operações militares abrangentes, as Forças Comandos, de forma a garantir o seu emprego de acordo com os requisitos das missões atribuídas, deverão possuir de igual modo as seguintes capacidades orgânicas (EME, 2007):

- Efetuar deslocamentos montados em veículos orgânicos blindados;
- Conduzir ações de combate próximo com armamento portátil;
- Garantir proteção adequada a tripulantes, equipamento e material a possíveis ataques *Chemical, Biological, Radiological and Nuclear (CBRN)* e *Remote Controlled Improvised Explosive Device (RCIED)*;
- Transmissão e recepção de sinais de identificação de forças amigas terrestres, de forma a evitar o fratricídio;
- Integrar o sistema *Joint Intelligence Surveillance and Reconnaissance (JISR)*;
- Atuar sem reabastecimentos ou repletamentos por um período de 3 a 5 dias;
- Fornecer apoio médico e logístico integrado.

3.2.2. Emprego Operacional de Forças Pára-quedistas

No âmbito do empenhamento de FND em ambiente multinacional, assim como as Forças Comandos, as Forças Pára-quedistas também foram empregues como QRF no TO do Afeganistão, operando nos mesmos moldes e desempenhando as missões que lhe foram atribuídas.

As forças Pára-quedistas caracterizam-se como sendo uma força de infantaria ligeira, vocacionadas para operações convencionais, atuando com o seu potencial de combate, de forma rápida, flexibilidade na sua ação, e dotadas de uma capacidade de inserção no TO através do vector aéreo (EME, 2007). Estão capazes de conduzir e participar, dentro do espectro das operações militares, em operações ofensivas, defensivas e de transição, no âmbito das operações de apoio à paz, assim como aerotransportadas e aeromóveis. A sua tipologia de emprego, acompanhada pelos meios necessários às suas operações, fazem como esta força tenha um estado elevado de prontidão, assim como um grau de infiltração em linhas inimigas essenciais para a execução de missões em território inimigo, com o principal objetivo de comprometer a linha de comunicações In.

Inseridos na tipologia de operações da NATO sob a égide do art. 5º do Tratado do Atlântico Norte, as Forças Pára-quedistas estarão aptas a executar e/ou participar nas seguintes operações (EME, 2007):

- Operações Ofensivas que permitam a conquista de objetivos em profundidade com o intuito de manter a posse do terreno e/ou destruir forças inimigas, fixando-as e negando-lhes toda a liberdade de ação. Empregues em Golpes de Mão, Fintas e Demonstrações,

podendo criar um Ataque Deliberado utilizando o movimento torneante ou o envolvimento (EME, 2007);

- Operações Defensivas, onde cumprem qualquer missão que uma unidade de Infantaria Ligeira poderá realizar, com preferência em zonas de terreno não adequado a meios blindados (EME, 2007);

- Operações em Ambientes Específicos em que dispendo dos meios e equipamentos adequados, poderão atuar em zonas com áreas edificadas, florestas, deserto, montanha, sob condições de visibilidade reduzida, assim como em situações com condições meteorológicas adversas (EME, 2007);

- Operações em Território controlado pelo Inimigo, em que devido ao seu treino e capacidade de utilização do vetor aéreo, estão aptos para atuar em linhas inimigas com objetivo e efetivo adequado ao seu escalão (EME, 2007);

Para além das operações referidas, e num contexto operacional de média/baixa intensidade de CRO, estão capazes de participar na vertente de Operações de Apoio à Paz, nomeadamente de Manutenção e Imposição de Paz, Prevenção de Conflitos, Operações Humanitárias e *Non-Combatent Evacuation Operations* (NEO).

Relativamente à sua forma de emprego, e inseridos num contexto de atuação em QRF, tendo em conta as tarefas inerentes à mesma²⁸, esta força possui as seguintes capacidades orgânicas:

- Atuar em condições extremas de calor ou frio, e em condições meteorológicas e terreno adversas (EME, 2007);

- Efetuar deslocamentos montados em veículos orgânicos (EME, 2007);

- Realização de abertura manual de passagem de campos de minas, assim como destruição de obstáculos através dos próprios meios (EME, 2007);

- Condução de operações em terreno urbano (combate em áreas edificadas), patrulhamento montado ou apeado assim como operações de controlo de tumultos (EME, 2007);

- Proteção adequada ao seu equipamento, material e pessoal contra ameaças CBRN e RCIED;

²⁸ Ver Apêndice B.

- Transmissão e recepção de informação de forças amigas de modo a evitar o fratricídio (EME, 2007);
- Integração do sistema JISR (EME, 2007);
- Operações de reconhecimento, quer de dia quer de noite, de objetivos ou *High Value Target* (HVT), e subsequente disseminação para o devido escalão processar, analisar e integrar de forma adequada e eficiente ao processamento de informações (EME, 2007);
- Atuação sem reabastecimentos nem repletamentos durante 3 dias (EME, 2007);
- Garantir o apoio médico e logístico adequado (EME, 2007);

As capacidades desta tipologia de forças, e a forma de emprego adequado ao TO do Afeganistão, revela a sua adequação do cumprimento da missão como QRF, e cumprimento das tarefas estabelecidas pela ISAF.

3.3. Tarefas da QRF/FND/ISAF

A competência de uma força terrestre é representada pela sua eficácia de combate no campo de batalha, refletindo a sua preparação e treino para o cumprimento das missões que lhe são atribuídas (MDN, 2012). Torna-se necessário o desenvolvimento de tarefas adequadas, não só, ao tipo de emprego de força em atuação no TO, o enquadramento da tipologia de operações militares a executar, mas também as capacidades e missões atribuídas à unidade.

Deste modo a QRF/FND/ISAF tinha como missão “conduzir como Quick Reaction Force (QRF) do COMISAF, no apoio ao Governo do Afeganistão (GOA) e Autoridades Afegãs (ANA), no estabelecimento e manutenção de um ambiente seguro, facilitando a reconstrução do Afeganistão e contribuindo para a estabilidade regional” (Cardoso et al., 2014, p. 32). De um conjunto de tarefas específicas atribuídas a uma força QRF, de acordo com as Diretivas CFT, foram estipuladas um conjunto de tarefas específicas ²⁹a realizar no TO do Afeganistão, de acordo com as capacidades reunidas pela forma que iria atuar neste tipo de emprego, nomeadamente:

²⁹ Ver Apêndice D.

- Realização de operações e tarefas adicionais, incluindo o apoio a eventos e atividades do *Security Sector Reform* (SSR), designadamente patrulhas, eventos principais do governo e ações de ISTAR em áreas urbanas e rurais da região de Cabul;
- Realizar operações de *Crowd Riot Control* (CRC), de forma a controlar a atividade populacional e possíveis conflitos;
- Um comando e controlo descentralizado de forma a garantir flexibilidade de comando e manobra à respetiva força;
- Mobilidade terrestre de acordo com os meios disponibilizados à força assim como os orgânicos;
- Equipamento de sistema ACar e morteiros, *Long Range Optics* (LRO), TACP para *Close Air Support* (CAS) de aeronaves de asa fixa e de asa móvel;
- *Satellite Communications* (SATCOM) orgânico até ao nível de pelotão;
- Capacidade de emprego *Explosive Ordnance Disposal/Improvised Explosive Device Disposal* (EOD/IEDD), através do reforço do comando superior;
- Proteção e equipamento contra RCIED;
- Capacidade de ROLE I no desenvolver das suas operações;
- Auto-Sustenção de três dias;
- Devido às condições meteorológicas do TO, ser capaz de nos meses de inverno operar em terreno montanhoso, serem acompanhados por peritos METEO com serviço médico adaptado a essas condições, assim como a utilização de veículos adaptados à neve e com capacidade de transporte de um pelotão.

De acordo com a necessidade do COMISAF também deverá ser capaz de disponibilizar um pelotão com *Notice to Move* (NTM) de tempo definido (ex: 60 minutos), e/ou uma UEC (-)³⁰ com 90 a 120 minutos de NTM, devido ao seu efetivo e emprego de meios.

3.4. QRF/FND/ISAF – Análise de Participação no TO

De acordo com as tarefas atribuídas à QRF/FND/ISAF, ao longo dos períodos de emprego no TO do Afeganistão, a unidade manteve uma atividade operacional constante, de forma a, não só, desempenhar a sua missão e presença junto da população, mas também

³⁰ A utilização do Acrónimo UEC (-) significa a utilização de uma unidade de escalão companhia (cerca de 100 homens), mas com uma unidade de escalão pelotão dada a outra unidade/tarefa, reduzindo assim o seu efetivo de 100 (+-) para 2/3.

para manter o nível de proficiência técnica de todos elementos da sua unidade. De toda a sua participação no TO, desde o período de 2005 a 2008 e 2010, releva-se a seguinte atividade operacional de acordo com as tarefas e datas atribuídas (Cardoso et al., 2014), através da seguinte tabela:

Tabela n.º 3: Atividade Operacional da QRF – Período 2005-2008 e 2010

Tarefa	Operação
Patrulhamentos montados e apeados	Operação TUBARÃO – 23AGO05 a 16SET05 Operação CROW – 06MAR06 a 21MAR06 Operação TURTLE – 15JUN06 a 16JUL06 Operação WYCONDA OQAB I, II, III Operação PAMIR ENDURING PHASE – 29FEV08 a 11MAR08 Operação COBRA MOUNTAIN II – 19MAR08 Operação SOHIL LARAM IV – 18ABR08 a 09JUN08
CheckPoints	Operação TUBARÃO – 23AGO05 a 16SET05
Apoio a entidades/eventos governamentais	Operação SUPPORT NAPCE – 01SET05 a 19DEZ05
Vigilância/Reconhecimento	Operação OCTOPUS II – 17SET05 a 13OUT05 Operação BATS FLIGHT – 29DEZ05 Operação LONDON CALLING – 29JAN06 a 31JAN06 Operação WYCONDA OQAB I, II, III Operação ELYSIAN FIELDS – 01ABR07 a 06ABR08 Operação PAMIR ENDURING PHASE – 29FEV08 a 11MAR08
Defesa de HVT	Operação CALAMARI I, II, III – 29OUT05 a 01NOV05 Operação de segurança ao KAF – 02SET06 a 03NOV06
Atuação QRF	Operação SACEUS VISIT – 26FEV06 a 28FEV06 Operação AFGHAN HAPPY NEW YEAR – 20MAR06 a 22MAR06 Operação TURTLE – 15JUN06 a 16JUL06 Operação ORANGE – 23MAR08 a 29MAR08 Operação CRAZY BUFFALO – 23MAR08 a 03ABR08

CRC	Operação CHRISTMAS TREE EMBASSIES – 31MAR06
Escoltas	Operação CARRIER PIGEON CIS TEST – 09MAI06 Operação ORANGE
Force Protection	Operação TRIGGER II RT Operação VIKING – 08FEV07
Cerco e Busca	Operação RAT TRAP II Operação Escorpião 02JUN07 Operação HOOVER – 24MAI07 a 26MAI07 Operação VÍBORA – 02JUN07 a 10JUN07

Fonte: Elaboração Própria

Tendo em conta as atividades e tarefas genéricas de uma força QRF³¹, as capacidades exigidas³² a uma QRF/FND/ISAF através das Diretivas de aprontamento e constituição da força, podemos identificar que o emprego deste tipo de força no TO foi de acordo com as características da tipologia de forças empregues, assim como as operações realizadas. Esta sobreposição de atividade operacional³³ revela a adequabilidade da força no TO, assim como o potencial de poder executar um leque de operações para além das tarefas exigidas, de acordo com a missão atribuída.

No período em que a FND se constituiu como força QRF do COMISAF, e mais diretamente sob o seu comando no RC-C, demonstrou sempre possuir as capacidades necessárias para desempenhar as funções atribuídas de acordo com o tipo de força que era, assim como as diferentes tarefas que lhe eram designadas fora do seu âmbito de atuação. O seu emprego, atuação e desempenho foi sempre mantido no período de empenhamento, sendo relevado pelo Comandante da ISAF da altura, General David Richards tendo merecido o maior elogio por aquilo que realizaram taticamente, mas também pelo exemplo estratégico que colocaram num período tão crítico (Richards, 2014). Ao longo da sua atividade operacional e permanência no TO, a atividade genérica da QRF manteve-se, ainda que algumas das suas tarefas foram moldadas de acordo com a evolução da missão da ISAF, assim como a reconstrução evidenciada do Governo Afegão. Desde o seu aprontamento à atuação no TO, foram evidenciados vários eventos pontuais, relativamente

³¹ Ver Apêndice C.

³² Ver Apêndice D.

³³ Ver Apêndice E.

à preparação da força, a sua organização e respetiva utilização de meios e equipamentos que se tiveram de ajustar às necessidades do seu emprego.

Durante o aprontamento, consoante a tipologia de forças a ser empregue, nomeadamente as Forças Comandos e Forças Pára-quedistas, a sua organização³⁴ estabelecia-se genericamente com um: TACP, uma Seção de Comando, um Destacamento de Apoio de Serviços, e a respetiva Companhia como Unidade de Manobra. No caso das Forças Comandos a sua organização³⁵ diferenciava nitidamente da organização das Forças Pára-quedistas³⁶, oferecendo em diferença, uma maior flexibilidade de aglutinação de força, e atribuição de tarefas a pequenos escalões. Mesmo tendo em conta esta diferença de organização, ambas as forças estavam aptas de igual modo a cumprir com as tarefas inerentes a uma força QRF.

³⁴ Ver Anexo I.

³⁵ Ver Apêndice M.

³⁶ Ver Apêndice N.

CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Enquadramento

De forma a complementar a complementar a investigação desenvolvida através das ferramentas metodológicas previamente apresentadas, neste capítulo serão apresentados e descritos todos os dados obtidos através da realização das entrevistas. Procedeu-se à transcrição direta das gravações realizadas ³⁷durante as entrevistas, enquadradas nas questões apresentadas no guião³⁸ delimitando-se os factores/critérios pretendidos de acordo com os objetivos específicos do corpo das questões e analisou-se objetivamente esses dados.

4.2. Análise das Entrevistas

Para a realização da análise das entrevistas, procedeu-se inicialmente ao registo áudio das mesmas, efetuando a sua transcrição parcial de acordo com o corpo de questões apresentadas ao entrevistado. De seguida foram levantados os principais critérios a responder nas questões, sob a forma de excertos de forma a objetivar e consolidar as respostas recolhidas.

Relativamente à realização das entrevistas estas foram realizadas a vinte e dois militares, sendo que dezanove desses desempenharam funções de comando aquando do destacamento da QRF no período de atuação no Afeganistão desde comandantes de grupo/pelotão até comandantes da força. Dois militares desempenharam funções, respetivamente, de comando da força aprontadora, responsável pelo seu aprontamento, projeção e manutenção no TO, e comando operacional de forças no ambiente multinacional referido. Por fim, um oficial dos EUA³⁹, pertencente ao USMC que, embora não tenha desempenhado funções no TO do Afeganistão, desempenhou funções de comando de pelotão mecanizado de QRF no Iraque, fornecendo uma perspetiva complementar à investigação e respetivas conclusões a nível conceptual. As entrevistas aos dois últimos militares já enquadraram um guião⁴⁰ adequado aos critérios respetivos

³⁷ Gravações poderão ser consultadas no CD-ROM contendo o TIA.

³⁸ Ver Apêndice G e I.

³⁹ Ver Apêndice Q.

⁴⁰ Ver Apêndice I.

explanados nos objetivos da investigação, diferente daquele realizado aos dezanove militares que desempenharam funções de comando no âmbito operacional.

A seleção dos entrevistados esteve diretamente relacionado com o seu comando operacional, em diferentes escalões da QRF no TO, assim como o desempenho de funções neste ambiente operacional, com as mesmas FND, ainda que o seu conceito de emprego fosse diferente. Na seguinte tabela é descrito a informação dos entrevistados, assim como a associação a um número de forma a facilitar posteriormente a análise das entrevistas.

Tabela nº 4: Descrição da Amostra das Entrevistas

Nº	QRF/FND	Posto/Função	Nome	Situação Atual
1	1-6	Cor/Cmdt Un Aprontadora	Serronha	MGen – CFT
2	-	-	Duarte da Costa	CorTir – CFT
3	1	TCor/Cmdt	Dores Moreira	Cor – AM
4	1	Maj/Cmdt Comp	Afonso	Cor – EA
5	1	Cap/2ºCmdt Comp	Sousa Pinto	TCor – RCmds
6	1	Ten/Cmdt Grupo	Cardoso Ferreira	Cap – RTpt
7	2	Maj/Cmdt Comp	Ruivo	TCor – RCmds
8	3	Maj/Cmdt Comp	Capinha Henriques	TCor – BRR
9	3	Alf/Cmdt Grupo	Fernandes	Cap – RA4
10	4	TCor/Cmdt	Pipa de Amorim	Cor - RCmds
11	4	Maj/Cmdt Comp	Grilo	TCor – IUM
12	4/7	Ten/Cmdt Grupo	Luís	Maj – CFT
13	5	TCor/Cmdt	David Correia	TCor – BRR
14	5	Maj/Ferreira	Ferreira	TCor – Reserva
15	5	Ten/Cmdt Grupo	Morgado	Maj – RI10
16	6	Maj/Cmdt Comp	António Cancelinha	TCor – RCmds
17	6	Cap/2ºCmdt Comp	Moutinho Fernandes	TCor – EME
18	6	Ten/Cmdt Grupo	Coutinho	Maj – DF
19	6	Ten/Cmdt Grupo	Hélio Silva	Maj – RCmds
20	7	Cap/Cmdt Comp	Simões Pereira	Maj – EME
21	7	Ten/Cmdt Grupo	Faro	Cap – RCmds

Fonte: Elaboração Própria

Para realizar uma análise objetiva e organizada dos dados, ir-se á proceder à apresentação dos mesmos com o auxílio de quadros⁴¹, apresentando as respostas dos entrevistados de acordo com as questões. Primeiro serão analisadas as questões de acordo com o guião realizado aos militares com funções de comando operacional, e de seguida aos entrevistados cujo objetivo seria complementar os objetivos de investigação.

⁴¹ Ver Apêndice J e K.

4.2.1. Análise de Entrevistas – Comando Operacional da QRF/FND

Serão apresentadas neste subcapítulo os resultados obtidos através da utilização do Guião de Entrevista – Função de Comando Operacional (Apêndice G), sendo que os entrevistados desempenharam todas as funções de comando de forças no período em que a QRF/FND atuou no Afeganistão.

Relativamente à Questão n.º 1: “**Quais as principais dificuldades de atuação com que a força se deparou no TO do Afeganistão, tendo em conta a população, o terreno e as condições meteorológicas?**”, foram maioritariamente unânimes atendendo à identificação dos três factores, população terreno e condições meteorológicas como principais dificuldades de atuação e adaptação de forças no TO. Relativamente às condições meteorológicas identificaram-se algumas dificuldades a nível de adaptação fisiológica de todos os elementos da força, assim como a execução de determinadas tarefas juntamente com o equipamento e meios utilizados. As temperaturas por vezes limitavam a janela de atuação da força, assim como a utilização mais constante dos consumos logísticos (água e comida), relativamente ao caso de ações das patrulhas apeadas. Tendo em conta o terreno, este por vezes limitava a atuação e emprego das viaturas, visto que devido às características orográficas acentuadas, os itinerários a adotar por vezes condicionaram o período de deslocamento, assim como originaram alguns danos às viaturas. A população por si só, devido às diferenças culturais e ao tecido étnico variado, criava alguma dificuldade de aculturação das forças, que apenas com o tempo e com a execução de treinos e operações conjuntas, iriam ser mitigadas estas dificuldades. Também, a população relacionava-se com a ameaça insurgente, que por várias vezes se misturava com esta, dificultando a identificação de possíveis alvos.

No que respeita à Questão n.º 2: “**Na atuação da força no TO, com que tipo de ameaças se deparou, e de que forma eram mitigadas/anuladas as mesmas?**”, os entrevistados indicaram, de uma forma geral, que a ameaça insurgente e a ameaça IED como sendo as mais proeminentes no TO do Afeganistão. No caso da ameaça insurgente, poder-se-iam manifestar em diferentes grupos, nomeadamente na Al’Qaeda, os talibãs, o HQN, o HiG, alguns criminosos locais, assim como o *Warlords*, sendo que os seus interesses variavam desde ideologias religiosas, interesses económicos e territoriais, ou até mesmo políticos. Tendo em conta a ameaça IED, e todas as suas modalidades, esta apresenta-se na opinião dos entrevistados, como uma prática utilizada pelos insurgentes, resultante das *Technics Tactics and Procedures* (TTP) utilizadas. Estes ataques que

recorriam a estas técnicas, acompanhados por flagelações, alguns ataques suicidas, que por sua vez eram mitigados pelas forças da QRF através de planeamento detalhado recorrendo à informação e aos dados obtidos através dos relatórios das forças, de uma forma mais prática, a não utilização de itinerários de forma rotineira, quer pelo caminho propriamente dito, quer pelo horário a ser utilizado. Aumento de medidas de segurança nos locais em que se encontravam acantonadas, a constante criação de contingências para fazer face à ameaça diversificável e um alerta constante de procedimentos difundidos a todos os escalões.

Quanto à Questão n.º 3: **”As TTP da Força estavam ajustadas às ameaças no TO, bem como às suas diferentes formas de atuação. De que forma afetaram o desempenho da QRF?”**, os entrevistados concordaram de uma forma unânime que as TTP estavam ajustadas ao TO do Afeganistão, visto que eram atualizadas constantemente de acordo com a atuação das forças insurgentes, e com os relatórios obtidos por forças previamente presentes na região. Tecnicamente o desempenho da QRF nunca foi afetado de acordo com as TTP implementadas, visto que a sua organização era bem consolidada, e a sua atualização constante permitia uma adaptação adequada às ameaças presentes no TO, assim como as tarefas exigidas à força. O treino já no TO era sempre orientado para qualquer tipo de missões exigidas à força, assim como garantir a flexibilidade de atuação à força, um desempenho eficiente de emprego e uma vantagem sobre as ameaças.

No que concerne à Questão n.º 4: **“Tendo em conta a tipologia de forças nacionais que atuavam como QRF, que tipo de tarefas lhe eram incumbidas? A força em questão era mais adequada? Porquê?”** foram obtidas uma variedade de tarefas pelos entrevistados, que, considerando o período de atuação no TO, nunca foram variando significativamente de acordo com o conceito de emprego da força, coincidentes às tarefas previamente apresentadas⁴². Sendo uma força QRF, e estando como reserva, quer do COMISAF, no RC-C ou noutra região que lhe fora atribuída, que dependeu do período no TO, as suas tarefas identificavam-se principalmente de acordo com o seu conceito de emprego, tendo um NTM de acordo com o escalão da força a ser empregue. Tinha como tarefas a realização de patrulhamentos de reconhecimento à região, essencial para facilitar o seu emprego caso fosse ativada, demonstrações de força e patrulhas combinadas de presença, rendição de forças de quadrícula e reforço às mesmas, escoltas a altas entidades, quer do governo quer militares, algumas operações de busca a HVT que resultaram na

⁴² Ver Apêndice B.

apreensão de material e equipamento insurgente, e até mesmo montagem de algumas emboscadas, isto numa fase inicial do contingente, mas que nunca se materializaram. Visto que os entrevistados tinham funções de comando variadas, e a utilização das forças nunca foi de uma única tipologia. A força a ser empregue foi a mais adequada, tendo em conta o facto de ser uma tipologia de força de infantaria ligeira, com preparação e treino operacional elevado e adequado a uma força de intervenção de reserva, revelando um elevado estado de prontidão, capacidade de conduzir operações ofensivas, elevada flexibilidade e adaptação a diferentes ambientes operacionais hostis. Tendo em conta a sua organização, o factor de as Forças Comandos possuírem uma organização em que um grupo (UEP), se constituir por seis equipas de cinco homens, comandadas cada uma por um sargento, garante uma flexibilidade de emprego, comando e controlo mais fácil e adaptação a plataformas de emprego mais dinâmica, ainda que as Forças Paraquedistas garantissem a mesma eficácia de emprego. Um fator determinante para identificar a adequação da tipologia de forças condicionava-se mais pela plataforma de transporte utilizada, assim como a conduta no tipo de missão que lhe fosse atribuída.

Relativamente à Questão n.º 5: **”De que forma o treino operacional da força, nomeadamente o seu aprontamento, se adequou ao seu emprego no TO? Quais as principais diferenças/dificuldades?”**, de uma forma unânime os entrevistados afirmaram que o treino operacional inerente a cada uma das tipologias das forças, Comandos e Páraquedistas, foi adequado ao emprego no TO, assim como o seu aprontamento. As principais dificuldades refletem-se de um ponto de vista logístico, visto que a maior parte dos meios e equipamentos utilizados durante o treino não foram os mesmos que no TO. Houve reconhecimento tardio ao TO que dificultava a atualização das TTP a utilizar no aprontamento. Devido a situações inerentes à atividade operacional da Unidade e do ramo, nomeadamente cerimónias, período de férias, formações técnicas adicionais, a permanência total da força para efetivos de treino foi comprometida, afetando diretamente o tempo total de aprontamento e treino operacional. A falta de material idêntico dificultou ligeiramente a sua adaptação operacional aos meios do TO. Outro factor que dificultava o aprontamento remete-se ao facto de que a Unidade Aprontadora não ser enquadrada pela Unidade que realizou anteriormente a missão no TO, dificultando alguma disseminação de informação que permitia mais facilmente orientar o treino em prol da atividade operacional que se iria realizar.

Quanto à Questão n.º 6: **”Atendendo ao conceito de emprego da QRF, vertido nas Diretivas Nacionais e da NATO/ISAF, bem como as SOP do TO ou RC, de que**

forma era limitada a atuação operacional da QRF?”, as limitações apresentadas remetem a algo já abordado na investigação, nomeadamente aos CAVEATS. Outras limitações da sua atuação operacional remetem novamente às suas capacidades logísticas, em que a força QRF foi estruturada e limitada de acordo com as mesmas, e não de acordo com a sua missão. As ROE também estiveram sempre presentes como limitador de atuação operacional, mas que é transversal a todas as FND em ambiente multinacional.

Relativamente à Questão n.º 7: **”A atuação da força estava dependente dos recursos (matérias e humanos) disponíveis, do nível de treino e do ambiente operacional. Tendo em conta esses fatores, quais foram as principais limitações encontradas no seu emprego?”**, identifica-se uma forte lacuna logística que limita, não a eficácia de emprego da QRF, mas sim a sua eficiência. A nível de meios, a quantidade mínima é sempre adequada para o cumprimento da missão, ainda que posteriormente limite algumas capacidades operacionais adicionais da força. A falta de equipamentos de visão noturna não permitia que a força pudesse operar de forma eficiente durante 24 horas, limitando a sua atuação em períodos de visibilidade reduzida. Algum tipo de armamento inicialmente não se apresentava em quantidades adequadas para o desempenho da missão, limitando o grau de operacionalidade durante a realização de algumas tarefas. Alguns meios de empastelamento, de comunicações e até mesmo armamento não se apresentava num estado adequado ao emprego da força, quer a nível de quantidade quer a nível de funcionamento, algo que apenas no decorrer tardio das FND se culminou, quer pela aquisição através do canal logístico português, quer pelo reforço por outras forças presentes no TO e da ISAF. O seu emprego era principalmente limitado pela falta, ou pouca eficiência dos meios de comunicações utilizados, a limitação quantitativa de viaturas blindadas que dificultava o transporte total do efetivo da força e sua proteção, assim como o efetivo limitado do Módulo Sanitário e do Módulo de Manutenção que restringia o emprego da força em diferentes locais do TO.

No que concerne à Questão n.º 8: **“Dentro dessas limitações, ao nível logístico houve algum meio/equipamento que o Exército não teve a possibilidade de disponibilizar para ser empregue nas operações realizadas? Porquê?”**, os entrevistados maioritariamente referiram algumas das limitações logísticas previamente apresentadas na questão anterior, ainda que relativamente ao Exército, uma ambulância e viatura de recuperação blindada, um equipamento de comunicações satélite, e alguns equipamentos de forma a conseguir opera como *Immediate Response Force* (IRF), visto que tendo em conta o conceito de emprego de QRF, esta teria de ter a capacidade de operar

24/24. Relativamente às razões, não são do ambiente operacional ou do contingente, mas sim relacionadas com as capacidades gerais logísticas do próprio Ramo.

No que respeita à Questão n.º 9: **“A QRF deveria estar preparada para cumprir determinadas tarefas (conforme Diretivas de aprontamento). Em TO foi empregue em tarefas não treinadas no aprontamento? Quais as outras capacidades que a força tinha possibilidade de desenvolver?”**, de uma forma geral os entrevistados identificaram que todas as tarefas que foram treinadas aquando o aprontamento em TN foram empregues no TO do Afeganistão, possuindo ainda a capacidade de desempenhar outras tarefas no âmbito operacional, tendo em conta a tipologia de forças utilizada. Para além das tarefas atribuídas, a força tinha capacidade de realizar operações NEO, de CRC, operar como força de quadrícula, operações que inadvertidamente necessitassem de capacidade NBQ, e segurança a *Forward Operating Base* (FOB), que por sua vez chegou a ser realizada, recaindo sobre o âmbito das operações de defesa de ponto sensível. Devido a reforços que obtiveram em determinados períodos que atuaram no TO, nomeadamente com equipa EOD, valência CIMIC e ainda com comunicações SATCOM, foram identificadas essas capacidades na força QRF.

Por fim, no que concerne à Questão n.º 10: **“A organização da força era a mais adequada ao cumprimento das tarefas em que foi empenhada no TO? Quais eram as vantagens e limitações dessa organização, ao nível do comando e controle do seu emprego operacional?”**, a organização da força⁴³ tendo em conta a missão, e o conceito de emprego de QRF, os entrevistados identificam que a organização era mais que adequada para o cumprimento das operações, ainda que com algumas limitações que já foram previamente apresentadas. Poderia ter havido outras componentes modulares, que foram referidas, nomeadamente uma equipa especialista EOD de componente nacional previamente inserida na força, devido à presença de UXO e IED em todo o TO. Tendo em conta algumas operações, nomeadamente patrulhas, operações de *search and attack* e inclusive a segurança e manutenção de uma FOB, a presença de uma equipa *Explosive Detection Dogs* (EDD) seria essencial para revista a viaturas e pessoas, assim como a disponibilidade de elementos na força com valência CIMIC, INFOPS e PSYOPS. A utilização de *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV) também foi referenciada, ainda que na altura foi uma tecnologia pouco desenvolvida e utilizada. A nível de C2, a força era constituída de uma forma organizada e com uma estrutura consolidada, permitindo a todos

⁴³ Ver Anexo I.

os elementos, a todos os níveis desempenharem as respetivas funções de forma dinâmica e clara.

4.2.2. Análise de Entrevistas – Complemento Investigacional

Neste subcapítulo serão apresetados os dados obtidos através da utilização do Guião de Entrevista com o Corpo de Questões – Complemento de Investigação (Apêndice I.) Desta forma será analisada a informação, não delimitada ao desempenho operacional da força no TO do Afeganistão, mas tendo em conta as capacidades do emprego de uma força QRF, abrangendo mais diretamente os objetivos específicos da investigação.

Relativamente à Questão n.º 1: **“A atuação de uma força estava dependente dos recursos (materiais e humanos) disponíveis, do nível de treino e do ambiente operacional. Tendo em conta esses fatores, quais as principais condicionantes na projeção e sustentação deste tipo de força?”**, os entrevistados identificam que para uma força desempenhar determinada missão, terá de possuir determinadas capacidades inerentes ao seu emprego. Na sua projeção, a condicionante será a contratação ou não da capacidade de projeção estratégica ou não que se possua na altura, relacionada com as capacidades logísticas assentadas na instituição, e indiretamente com o Estado. Quanto à sustentação, estará relacionado diretamente com um planeamento detalhado e prévio tendo em conta as necessidades do âmbito logístico que a força terá assim como a subordinação da manobra logística à manobra tática da força. Tendo em conta o seu conceito de emprego tático, esta condicionará o apoio logístico, desde que a primeira se restrinja ao seu parâmetro de atuação operacional. Por fim, ao factor aleatório, isto é, ao conjunto de acontecimentos, ou situação inopinadas, que surjam fora da esfera de planeamento e previsão do comandante.

No que concerne à Questão n.º 2: **“Enquadrado no seu conceito de atuação, que tipo de vantagens traria para o Comandante da ISAF a sua ativação e emprego operacional?”**, os entrevistados claramente identificaram que uma força QRF traz ao seu comandante uma vantagem no campo de batalha indispensável. Esta força permitirá, sendo uma força de intervenção, resolver problemas que estão relacionados com a aplicação de potencial de combate num determinado ponto crucial de uma operação, permitindo o esclarecimento da situação, assim como auxiliar outras forças, desempenhando-as de combate.

Quanto à Questão n.º 3: **“Atualmente, no quadro conceptual de forças, o conceito de QRF reflete diretamente o seu emprego operacional nos TO? De que forma se diferencia do conceito de emprego de outras forças de reserva?”**, pode identificar-se que uma QRF não se enquadra como uma força de reserva, mas sim, como uma força de intervenção. A primeira é utilizada de forma a garantir a continuidade do cumprimento da missão de uma força, e a QRF, sendo uma força de intervenção, constitui-se como um elemento com um potencial de fogo, treino e equipamento que permite desequilibrar o potencial de combate de uma determinada zona, saindo do âmbito normal de atuação de uma força de quadrícula. Sendo assim o seu conceito de emprego, não reflete o seu emprego operacional no TO analisado.

Por fim, no que respeita à Questão n.º 4: **“Tendo em conta a definição de capacidade de força (Doutrina, Organização, Treino, Meios, Liderança, Pessoal, Instalações e Interoperabilidade), quais são os principais fatores a ter em conta para indentificar o grau e o nível de emprego operacional de uma força de QRF? De que forma uma FND está apta para cumprir esses critérios operacionais?”**, dentro dos fatores mencionados, o principal será a Interoperabilidade, visto que esta atravessa um conjunto de setores, desde comunicações, tática, procedimentos e outras TTP, armamento e outras valências que permitem a uma força atuar de forma eficiente em ambiente multinacional com outras forças. Outra serão as Instalações, que garantem a continuidade, adequação de emprego e desempenho em TO. É garantido *a priori* que esta força, em termos de Doutrina, Treino, Organização, Meios, Liderança e Pessoal, estando evidenciando na sua formação, treino operacional, organização e estrutura da sua Unidade assim como a capacidade de C2 inerentes aos elementos da força. Tendo em conta todos estes factores, uma FND adequa-se ao nível exigido pelas OI nas quais se inserem, e no ambiente multinacional em que é empregue.

4.3. Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos através da realização das entrevistas, que pela componente operacional, quer pelo complemento investigacional, vieram complementar na sua totalidade a investigação previamente realizada neste trabalho.

Tendo em conta o conceito de emprego deste tipo de força de QRF, a sua atividade operacional não se prendia totalmente ao seu enquadramento conceptual. De forma a fazer face às ameaças, nomeadamente os grupos insurgentes e as diferentes TTP que utilizavam,

a QRF assumiu uma presença mais dinâmica, e menos ligada à sua gênese conceptual. As suas condicionantes de atuação, prendem-se, numa fase inicial no seu aprontamento, que imperitavelmente é orientado e moldado de acordo com o padrão de ameaças presentes no TO, e com a Intenção do Comandante. Dentro de todos os resultados, o aprontamento revelou-se ser um factor fundamental para o desempenho da força em TO, sendo diretamente orientado pelo tempo de duração, meios utilizados e o planeamento para a sua execução. Os dados permitem identificar que o tempo de duração do aprontamento nunca é de acordo com o planeamento, visto que ocorrem condicionantes que o restringem. A adequação do aprontamento por vezes também é limitada devido à inadequação dos meios utilizados e o seu estado operacional.

A nível de tarefas, novamente, não estão diretamente relacionadas com o seu conceito de emprego, tendo a QRF realizado tarefas fora do âmbito de atuação, quer de reserva, quer de força de intervenção, mas sim como força de quadrícula, demonstrando a sua versatilidade. A presença desta força em teatro, tendo em conta o escalão, trará sempre uma vantagem operacional ao seu comandante, visto que este poderá empregá-la para esclarecimento de situação de uma determinada zona, desempenhar forças que se encontrem em combate, e desempenhar funções de reforço a outras forças, podendo até atuar em operações de forma independente.

Quanto ao desempenho operacional, e este factor interliga-se diretamente com o apoio logístico, nunca colocado em causa ou comprometido pelo mesmo. Eficácia de emprego foi sempre garantida, ainda que a eficiência possa ter sido condicionada pela valência logística. Existem grandes limitações, que devido às condicionantes inerentes das capacidades logísticas da instituição, forcem a força a adaptar-se e ajustar com os meios disponíveis, de forma a garantir o cumprimento da missão. Houve, evidentemente, uma evolução de aquisição de meios ao longo do período da atuação da QRF/FND no Afeganistão, que permitia assegurar, não só a continuidade do seu desempenho operacional, mas também garantir uma eficiência progressiva.

A sua organização constituinte permite garantir uma versatilidade de emprego ao seu comandante, e uma flexibilidade operacional que garante a sua eficácia no campo de batalha. O seu comando e controlo descentralizado dão flexibilidade aos seus comandantes e capacidade de reagir a determinados acontecimentos que possam surgir e exijam o emprego da força.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Enquadramento

Neste capítulo serão abordadas a verificação das hipóteses assim como a resposta às perguntas derivadas, e conseqüentemente à pergunta de partida. Serão apresentadas algumas reflexões finais, tendo em conta todo o processo de investigação, assim como as limitações da mesma, e apresentadas propostas para futuras investigações no âmbito deste tema.

5.2 Verificação de Hipóteses

Inicialmente, no processo de investigação deste trabalho, foram apresentadas algumas hipóteses de forma a responder às perguntas derivadas estabelecidas, sendo que neste capítulo serão verificadas, podendo ser confirmadas ou não. A sua confirmação foi concretizada com base na consolidação do enquadramento teórico, e análise documental, como sobreposição do processo de entrevistas realizados. As hipóteses tiveram como objetivo auxiliar a direção da investigação, e delimitar a nível conceptual e objetivos o que se pretendia com todo o processo apresentado.

Tendo em conta a H1: **“O TO do Afeganistão caracteriza-se com a presença de ameaças insurgentes impulsionadas por razões ideológicas religiosas radicais.”**, esta foi totalmente verificada através da sobreposição da informação obtida através da análise documental, e das entrevistas realizadas, sendo que as razões pela qual a presença se manifestava variava de acordo com os elementos identificados. As razões eram maioritariamente interesses individuais e/ou organizacionais, não se prendendo totalmente a ideologias religiosas, mas sim a interesse políticos e económicos pelo controlo regional parcial do território do Afeganistão, assim como a implementação de um Governo com determinadas características.

No que concerne a H2: **“Não existe convergência absoluta entre componente conceptual de como deverá ser empregue, e a componente operacional da força no TO.”**, esta hipótese foi confirmada parcialmente, através da realização de entrevistas aos militares com funções de comando operacional deste tipo de força. Algo que foi identificado na componente conceptual, é que o conceito de emprego de uma força QRF, que deveria ser apenas de reserva, apresenta várias valências que a tornam numa força mais flexível e mais versátil do que o seu conceito explana. A componente operacional

apresentada no TO do Afeganistão caracterizavam-na como uma força capaz de atuar numa vertente operacional diversificada, e não restringida apenas ao seu conceito de emprego de QRF.

Quanto à H3: **“A FND/QRF atuará de acordo com, não só as tarefas incumbidas, mas também com factores geográficos, políticos e populacionais que poderão afetar o seu emprego.”**, esta hipótese foi confirmada maioritariamente pela realização das entrevistas, tendo mais em conta as Questões n.º 1 e n.º 2 que abordavam estes factores de maneira objetiva, assim como a Questão n.º 4 e n.º 6 que remetiam à limitação do seu emprego operacional e às suas capacidades e valências da força. Algo que é inerente a uma FND, é que esta enquadra-se de acordo com as capacidades que lhe são exigidas pela OI responsável na resolução conflitual do TO. Sendo que de acordo com essas capacidades exigidas, irá ser constituída uma força que preencha esses requisitos, e garanta o cumprimento dessas tarefas. Por isso, a força em questão, a QRF, atuará de acordo com aquilo que é explanado pelas Diretivas de Aprontamento e da NATO/ISAF, condicionando sempre, a nível de atuação operacional, com os fatores inerentes geográficos, políticos e populacionais do TO.

Finalizando, e tendo em conta a H4: **“As potencialidades da FND/QRF estarão relacionadas com a tipologia das forças que a constituem, assim como as suas limitações serão o emprego operacional relacionado com as variáveis de missão e imposições pelo escalão superior.”**, confirma-se totalmente, sendo que foi identificado que a tipologia de forças empregues de infantaria ligeira, nomeadamente as Forças Paraquedistas e Comandos, garantiam um potencial de emprego de acordo com a sua tipologia. Obviamente que algumas imposições, quer restrições, nomeadamente os CAVEATS, ou as capacidades exigidas pela NATO/ISAF, irão afetar o emprego operacional da força. Outro fator que foi identificado e complementado nesta hipótese foi o fator logístico, que influencia diretamente o desempenho da força, quer a nível de meios e equipamento, diminuindo ou aumentando o seu potencial de acordo com a robustez de apoio que lhe é garantido.

5.3. Resposta a Perguntas Derivadas

Com o término da análise e verificação das hipóteses, são criadas as condições que permitem proceder às respostas das PD desta investigação.

Tendo em conta a PD1: **“Como se caracteriza o TO do Afeganistão tendo em conta o conflito e as ameaças inerentes?”**, pode identificar-se que o TO do Afeganistão é um país marcado por conflitos há muitos anos, sendo que depois da retirada da União Soviética em 1982, e com os constantes conflitos originados pela diversidade tribal presente na região, a proliferação das tribos e de diferentes grupos, fizeram aumentar a ameaça insurgente de uma forma exponencial. Este fator acumulado ao facto de ser um dos países mais minados do mundo, a diversidade étnica e cultural, as condições de sustentabilidade económica e social do país, fazem com que o Afeganistão seja uma região com ameaças não convencionais presentes, com fronteiras pouco ou mal estabelecidas e com a necessidade de garantia de estabilidade por parte do Governo Afegão. Caracteriza-se então pela predominância de grupos insurgentes, com agendas políticas bem definidas, e com modos de atuação e TTP com objetivo de criar o terror e a instabilidade na população.

Relativamente à PD2: **“De que forma a missão e o emprego de uma QRF se diferencia da restante tipologia de forças?”**, conceptualmente este tipo de força enquadra-se numa força de reserva, com a característica de possuir um elevado estado de prontidão e com a capacidade de projeção considerável, sendo que, de acordo com o conceito de reserva, a esta força não poderia ser atribuída qualquer tipo de tarefa, apenas estar preparada para atuar. Algo que é necessário estabelecer, é que o conceito de emprego de QRF não se sobrepõe na totalidade ao seu emprego operacional no TO analisado. A missão, genericamente é constituir-se como reserva de um comandante, mas poderão ser atribuídas determinadas tarefas, tendo em conta as capacidades exigidas a este tipo de força, e de acordo com a tipologia de forças pela qual é constituída. Tendo em conta estes fatores, a sua missão e emprego, por vezes, poderá assemelhar-se a de uma força de quadrícula, ou de reserva, ainda que a sua panóplia operacional seja vasta e pouco limitada.

No que concerne à PD3: **“Como se caracteriza a atuação das FND/QRF no TO do Afeganistão?”**, a atuação das FND/QRF no TO não se enquadrou totalmente no seu conceito de emprego operacional. Embora se constituía como reserva do COMISAF numa fase inicial, e posteriormente até foi atribuída ao RC-C, pronta para atuar em qualquer parte do TO, tendo um pelotão com NTM de 15min, e a companhia com 120min, de forma genérica, a sua atuação foi totalmente oposta a uma força de reserva estática. A nível de emprego operacional esta força, de acordo com as valências que possuía tendo em conta a tipologia de forças utilizadas, a sua estruturação, organização, meios e ainda as capacidades que lhe foram exigidas, esta atuou de forma dinâmica e presente ao longo de todo o período que permaneceu no TO. Dentro das capacidades que lhe foram exigidas

realizou operações no âmbito das OAP, operações defensivas relativamente à materialização de FOB, operações de apoio à população CIMIC, quando reforçada com essa valência, assim como um patrulhamento constante quer isolada, quer juntamente com outras forças no TO.

Quanto à PD4: **“Quais as potencialidades e limitações de uma FND/QRF no TO do Afeganistão?”**, esta deverá ser tratada com uma variável de condicionantes a ter em conta. Partindo sempre do princípio das capacidades que lhe foram exigidas pela NATO/ISAF como QRF, as suas potencialidades foram delimitadas. Mas tendo em conta as valências inerentes das tipologias das forças que foram empregues, Forças Comando e Paraquedistas, a estrutura pela qual ela foi definida, com o Módulo de Destacamento de Apoio de Serviços e o Módulo TACP, e ainda alguns reforços no âmbito do CIMIC, Comunicações e EOD que lhe foram disponibilizados, as suas potencialidades foram significativamente aumentadas. Limitações que poderiam ser identificadas, deverão apenas se restringir, e associar, às condicionantes logísticas do emprego da força. Durante o seu período de atuação do TO, de acordo com as capacidades exigidas à força, nunca houve uma tarefa em que estivessem impedidos de realizar, ainda com algumas limitações logísticas pouco significativas. Meios e equipamentos, ainda que permitissem o correto emprego e atuação da força, caso fossem em quantidade maior, e com maior elevado nível funcional e operacional, iriam garantir diretamente um aumento da potencialidade de emprego da força. Um fator que também delimita uma QRF/FND é a capacidade de projeção através de meios aéreos, que de acordo com o seu conceito de emprego operacional deveria ser imperativo e essencial a disponibilidade desses meios.

5.4. Resposta à Pergunta de Partida

Terminada a análise dos resultados obtidos através das diferentes etapas do processo de investigação, obtem-se então a resposta à pergunta de partida: **“Que capacidades deverá ter uma FND/QRF para cumprir com as tarefas exigidas a este tipo de força num ambiente multinacional?”**, que tendo em conta a tipologia de forças que as Forças Armadas possuem são muitas, mas que delimitadas a um emprego de força do tipo QRF, conseguem identificar-se com maior objetividade.

Relativamente às tipologias de forças que foram empregues como QRF, estas possuem um número significativo de valências que aumentam a capacidade deste tipo de força e o seu conceito de emprego. O facto de se constituírem como uma força de

infantaria ligeira, garante, *a priori*, uma capacidade de projeção e de organização mais flexível que outra tipologia de forças, tendo assim a possibilidade de se constituírem como uma força QRF dinâmica, capaz de executar uma variedade de ações no espectro de operações militares, no meio terrestre. O seu elevado estado de prontidão, capacidade de sustentabilidade, disponibilidade de meios aéreos e terrestres para a sua projeção, as capacidades de executar operações ofensivas e defensivas, tornam esta força num candidato adequado a um emprego de QRF. A nível de capacidades de uma QRF/FND, estas poderão desempenhar uma variedade de tarefas inerentes ao seu conceito de emprego, limitadas apenas pelo fator logístico, que mesmo assim, em ambiente multinacional, essa lacuna é colmatada com o reforço e apoio das forças conjuntas com que operam.

5.5. Confirmação dos Objetivos da Investigação

Tendo em conta os objetivos de investigação propostos no início deste trabalho, pode identificar-se o nível de conflitualidade presente no TO, que como referido, baseia-se numa atividade conflitual levada a cabo por grupos insurgentes, com agendas políticas e económicas bem definidas, que por sua vez criam um ambiente instável e perigoso para a população. Estes fatores levaram então à intervenção de OI, nomeadamente da NATO sob a forma da ISAF, empregando uma tipologia de operações no âmbito das OAP. A identificação objetiva das ameaças permitiu identificar um padrão de atuação, que exigia às forças intervenientes no TO um determinado conjunto de capacidades, enquadradas no âmbito das operações de estabilização, capazes de as mitigar.

A nível conceptual foi possível criar e estruturar um quadro que defina o emprego deste tipo de forças, o seu conceito e adequação a um ambiente operacional, assim como as principais capacidades que esta força tem, identificando as suas potencialidades que são superiores às suas limitações. Relativamente à atuação da QRF/FND, foi possível objetivar as capacidades que esta tinha, tendo em conta as tarefas a que lhe eram exigidas, a tipologia de forças que foi utilizada para a sua constituição e organização, assim como a eficiência do seu emprego operacional de acordo com as suas potencialidades e limitações identificadas.

No que concerne à sua estruturação⁴⁴, foi possível identificar uma que se adequa fiavelmente ao seu conceito de emprego, sendo que a nível de treino operacional, meios,

⁴⁴ Ver Apêndice L.

formação e organização, será inerente à força utilizada para se constituir como unidade de manobra da QRF. As suas capacidades modulares, tendo em conta o apoio de serviços, apoios de fogos, e respetivos aspetos relacionados com os mesmos, são de fácil adequação e aglutinação à força, exigindo apenas da sua adequabilidade aquando o aprontamento.

No que respeita à tipologia de forças utilizadas para o emprego desta força, tendo em conta o seu conceito de emprego, e atuação em ambiente operacional, as Forças Comandos revelam-se ter, dentro dos diferentes condicionantes da sua operacionalidade (doutrina, treino operacional, meios, organização e conceito de emprego), maior adequabilidade para serem empregues como QRF em TO. A característica inerente de se constituir principalmente para o desempenho de uma força de intervenção, cria uma elevada adaptabilidade à execução de tarefas atribuídas a uma QRF.

5.6. Reflexões Finais

Tendo em conta que todo o processo de investigação se remete ao estudo-caso do TO do Afeganistão, poder-se-ia delimitar a sua capacidade de atuação apenas a este ambiente operacional, mas com a evolução conflitual presente, a ameaça convencional deixa de ter um papel tão predominante nos conflitos de hoje, dando-se prevalência à atuação da ameaça insurgente, isto é, do adversário que não representa um país, uma organização ou uma Força Armada. Foi possível identificar que a atuação da QRF/FND no período de 2005 a 2008 e 2010, sofreu algumas alterações, maioritariamente a nível de emprego logístico. A necessidade de adaptação às diferentes ameaças do TO levou a que a força adequasse as suas TTP ao adversário, obrigando ao emprego e atualização de meios e equipamentos que fizessem face a estas dificuldades.

De forma a estruturar a Capacidade de emprego deste tipo de força, pode dividir-se num ciclo com 3 fases de emprego operacional. O Aprontamento da força, que contempla todas as variáveis e atividades necessárias para que a força esteja apta a ser projetada e a atuar no TO. A Atuação no Ambiente Operacional, assim como toda a sustentação inerente à manutenção do seu potencial de emprego. Por fim uma fase regenerativa, que já inclui a retração e adaptação ao ambiente nacional, e o seu respetivo emprego operacional tendo em conta a tipologia da força projetada.

Quanto ao Aprontamento, é possível identificar duas limitações principais, sendo essas a adequação temporal que a força tem para se preparar para desempenhar as diferentes tarefas no TO, assim como a adequação material, tendo em conta o apoio

logístico necessário para que a força treine de acordo com os meios que irá utilizar no ambiente operacional. Devido a um planejamento tardio, tendo em causa a necessidade de um enquadramento documental e legal que permita iniciar todas as componentes intervenientes no processo de aprontamento, a duração do mesmo por vezes é reduzido, dependendo fortemente da atividade e treino operacional que a força já possui no seu dia-a-dia. Para além deste fator, acumula-se a situação de eventos cerimoniais, de índole institucional e complementaridade de formação (ex: formação de condução em viaturas) que impedem que o efetivo total da força esteja presente no decorrer do aprontamento. O segundo fator referido, e de igual ou maior importância, é a disponibilidade logística dos meios e equipamentos utilizados no Aprontamento. Devido a essa lacuna, o aprontamento não permite uma total e eficiente adaptação operacional ao TO, visto que os meios utilizados neste, diferem daqueles utilizados durante esta fase de preparação.

A segunda fase, Atuação no Ambiente Operacional, reflete diretamente a preparação que a força tem aquando o seu Aprontamento, afetando ou não, o seu desempenho e eficiência no cumprimento da missão. De acordo com a tipologia das forças empregues, nomeadamente Forças Comandos e Forças Páraquedistas, o desempenho do cumprimento da missão nunca foi algo colocado em causa, adequando-se sempre às tarefas exigidas a este tipo de força. Algumas das limitações logísticas previamente mencionadas durante esta investigação, eram colmatadas com o reforço e apoio de outras forças presentes no ambiente multinacional. Este fator é algo evidenciado, e a ter em grande relevância, relativamente à capacidade de atuação da QRF/FND, nomeadamente a Interoperabilidade. Este fator permite que a força garanta uma adaptabilidade de interação e operacionalidade juntamente com outras forças, tendo uma eficiência extrema em operações combinadas, ou que exijam a utilização de meios não orgânicos à força. Relativamente à sua sustentação, cada vez mais se direciona para uma modularidade de apoio logístico, isto é, a alocação de recursos através de empresas civis que permitam garantir a sustentabilidade da força no âmbito logístico, isto em termos de alimentação, transporte de equipamentos e material, assim como de efetivo.

Por fim, a fase da Regeneração, é algo que neste ciclo poderá ser contestado, de um ponto de vista doutrinário da tipologia de força, assim como a limitações no âmbito dos recursos humanos, no qual a instituição neste momento se encontra. De acordo com as Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA) do Sistema de Forças (SF) para o Exército, são explanados determinados níveis de emprego operacional a cada força presente na instituição, exigindo um esforço de recursos humanos, que neste momento se

encontra limitado. Também, de acordo com a tipologia de forças, a sua capacidade e treino operacional permitem que estas estejam sempre prontas para atuar, necessitando apenas de um período de adaptação e descanso após o seu retorno a TN.

Tendo em conta este ciclo, e todas as variáveis intervenientes no mesmo, é possível identificar a Capacidade de Emprego⁴⁵ deste tipo de Força. Esta Capacidade estará relacionada com as capacidades inerentes à tipologia de forças que constituem a QRF, as tarefas que são exigidas e atribuídas para o cumprimento da missão num determinado ambiente operacional, as restrições que são estabelecidas entre a Forças e a OI pela qual será empregue, e ainda as capacidades que poderão ser adquiridas em TO, com a disponibilização de módulos complementares. Tendo em conta a definição de Capacidade adotada pela NATO, a força QRF possui todos os critérios exigidos para o cumprimento de tarefas atribuído a este tipo de força, destacando-se com relevância a Interoperabilidade como fator principalmente para atuar de forma eficiente em ambiente multinacional com outras forças.

Relativamente a uma estrutura conceptual, ainda que genérica, poderá sofrer alguns ajustes ligeiros, visto que o número de condicionantes é elevado. Mas, a sua génese, o seu conceito, estruturação assim como as suas valências, poderão ser identificadas de forma a criar um conceito de força padrão, com capacidades adequadas de emprego operacional, e com uma organização estruturada e apoiada logisticamente.

Cada vez mais, a ameaça em ambiente multinacional protagoniza um fator determinado para a adequação de emprego de forças em TO, sendo sempre necessário, de forma a fazer face à volatilidade do campo de batalha, um emprego de uma QRF. Uma força de intervenção que tenha o potencial de combate capaz de desempenhar forças em combate, esclarecer situações e ainda ter a flexibilidade de atuar como outros tipos de força que não só de intervenção. Estas capacidades de emprego fazem com que uma QRF seja uma força essencial para um comandante de forma a este garantir o potencial de combate, não só das suas forças, mas também o necessário para garantir a vantagem no cumprimento da missão.

5.7. Limitações da Investigação

Ao longo do processo de realização deste trabalho de investigação, uma das limitações encontradas foi a disponibilidade bibliográfica remetente ao enquadramento

⁴⁵ Ver Apêndice P.

conceptual, que tendo em conta o tema em questão era limitado. Esta limitação dificultou ligeiramente a sobreposição dos resultados obtidos, quer pelas entrevistas, quer pela análise documental realizada. De igual forma, a realização das entrevistas a oficiais estrangeiros foi limitada devida à dificuldade na obtenção de contactos de acordo com a especificidade dos objetivos da investigação.

5.8. Investigações Futuras

Para investigações futuras sugere-se um estudo mais aprofundado orientado para a criação de doutrina de emprego de uma força QRF, algo que, quer em manuais nacionais ou internacionais, nomeadamente nos Field Manuals são escassos. Abordar a possibilidade/capacidade que o Exército Português tem no emprego deste tipo de força, e na tipologia da forma de atuação, visto que a limitação logística foi identificada, podendo apenas ser capaz de projetar apenas uma FND/QRF para um determinado TO.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- Bartolomeu, C. (2008). *Comandos QRF/FND/ISAF*. Lisboa: Good Dog Design, Lda.
- Borges, H. (2011). *O Afeganistão* (1ª Edição). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- Cardoso, N., Domingos, P., Marino, L., Almeida, P., Bernardino, J., Fontoura, Ó., Roque, C., Soares, J., Quelincho, J., Rodrigues, A., Cardodo, É. (2014). *International Security Assistance Force – Portugal – 12 anos de participação na ISAF* (1ª Edição). Espinho: Tipografia Meneses.
- Collins, J. (2011). *Understanding War in Afghanistan*. Washington, D.C: National Defense University Press.
- Fortin, M. (1996). *O Processo de Investigação*. Loures: LUSOCIÊNCIA
- Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército [GCEME] (2009). *Transformação do Exército no Período 2007-2009*. Lisboa: EME
- Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército [GCEME] (2011). *Transformação do Exército no Período 2010-2011*. Lisboa: EME.
- Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM] (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IESM.
- ISAF (2005). *ISAF Handbook for Afghanistan*. ISAF
- Marconi, M., Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª Edição). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Marine Corps Intelligence Activity [MCIA] (2004). *Afghanistan Cultural Field Guide*. United States: Marine Corps Intelligence Activity.
- Prodanov, C. & Freitas, E. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (2ª Edição). Brasil: Universidade FEEVALE.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª Edição). Lisboa: Gradiva.
- Richards, D. (2014). *Taking Command*. Inglaterra: Headline Publishing Group.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Artigos

[JFLCC] (2003). Quick Reaction Force/Ready Reaction Force In *Department of the Army*. Acedido a 23 de fevereiro de 2018 em <https://fas.org/irp/doddir/army/pam380-1.pdf>

Chychota, M. & Kennedy, E. (2014). Who you gonna call? Deciphering the difference between Reserve, Quick Reaction, Striking, and Tactical Combat Forces. *Professional Forum*. Volume (1), 16-19

Faria, J. (2013). A NATO no Afeganistão. Pela primeira vez uma organização internacional dirige uma luta contra-subversiva. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 1-30

Human Rights Watch [HRW] (2002). Fatally Flawed: Cluster Bombs and Their Use by the United States in Afghanistan. *Human Right Watch Organization*. Acedido a 24 de fevereiro de 2018 em <https://www.hrw.org/report/2002/12/18/fatally-flawed/cluster-bombs-and-their-use-united-states-afghanistan>

International Security Assistance Force [ISAF] (2009). International Security Assistance Force (ISAF) In *Understanding War*. Acedido a 22 de Fevereiro de 2018 em [HTTP://WWW.UNDERSTANDINGWAR.ORG/INTERNATIONAL-SECURITY-ASSISTANCE-FORCE-ISAF](http://www.understandingwar.org/international-security-assistance-force-isaf)

ISAF(2010). NATO's Role In Afeghanistan In *NATO Forum*. Acedido a 22 de Fevereiro de 2015 em <mhtml:file://X:\expodg\sede\dv\2010\SEDE25012010\SEDE250110NATOrroleAfgha...>

Maloney S. (2003). The International Security Assistance Force: The Origins of a Stabilization Force. In *Canadian Military Journal*. Acedido a 21 de fevereiro de 2018 em <http://www.journal.forces.gc.ca/vo4/no2/operatio-eng.asp>

Palma, E. (2003). Portugal e a intervenção militar no Afeganistão. In *Janus*. Acedido a 21 de fevereiro de 2018 em www.janusonline.pt

Rodrigues, D. (2011). As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão. *Nação e Defesa*. (Nº130), pp. 131-155.

Salvado, S. (2014). Ashraf Ghani é o novo Presidente do Afeganistão. *RTP*. Acedido a 20 de fevereiro de 2018 em http://www.rtp.pt/noticias/mundo/ashraf-ghani-e-o-novo-presidente-do-afeganistao_n770312

The Henry L. Stimson Center [HSLSC] (2002). *Security in Afghanistan: The International Security Assistance Force (ISAF)*. Washington D.C.: HSLSC

Yang, A. & Liao, M. (1999). PLA Rapid Reaction Forces: Concept, Training, and Preliminary Assessment. Acedido a 25 de fevereiro de 2018 em https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/conf_proceedings/CF145/CF145.chap4.pdf

Apresentações

TRISA (2010). *Taliban Top 5 Most Deadly Tactics Techniques and Procedures*. EUA. Acedido a 25 de fevereiro de 2018 em <https://publicintelligence.net/ufouo-taliban-top-5-most-deadly-tactics-techniques-and-procedures/>

TIA's

Meneses, P. (2011). *A Participação dos Comandos na ISAF*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria, Academia Militar, Lisboa.

Documentos Institucionais

CEME (13 de julho de 2007). Directiva N° 170/CEME/07. *Aprontamento de uma UEC de Atiradores para Quick Reaction Force (QRF) do COMISAF(1º Semestre 2008)*. Oeiras, Lisboa, Portugal.

CEME (13 de novembro de 2009). Directiva N° 195/CEME/09. *Aprontamento da Quick Reaction Force/International Security Assistance Force (QRF/ISAF) (KABUL Region)*. Oeiras, Lisboa, Portugal.

CFT (13 de novembro de 2009). Directiva N° 58/CFT/09. *Aprontamento da Quick Reaction Force/ International Security Assistance Force (QRF/ISAF) (KABUL Region) (1º Semestre 2010)*. Oeiras, Lisboa, Portugal.

Estado-Maior do Exército [EME] (2007). Tropas Especiais: Âmbito de actuação, missões e tarefas das unidades de tropas especiais: Despacho de S. Ex.ª o Gen CEME de 28Out07. Lisboa

Estado-Maior do Exército [EME] (2017). *12 Anos de Afeganistão- O que se aprendeu* (N°3 – Vol.6). Divisão de Doutrina Normalização e Lições Aprendidas.

MDN (13 de novembro de 2009). Directiva N.º 58/CFT/09. *Aprontamento da Quick Reaction Force / International Security Assistance Force (QRF/ISAF) (KABUL Region)*. Oeiras, Lisboa, Portugal.

Ministério da Defesa Nacional[MDN] (2012). *PDE 3-00 Operações*. Ministério da Defesa Nacional.

Security Council (2001). *Resolution 1386*. United Nations. Acedido a 10 de março de 2018 em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/708/55/PDF/N0170855.pdf?OpenElement>

Security Council (2001). *Resolution 1510*. United Nations. Acedido a 10 de março de 2018 em https://www.nato.int/isaf/topics/mandate/unscr/resolution_1510.pdf

NATO (2007). *Nato Placemats Archive*. ISAF. Acedido a 11 de março de 2018 em https://www.nato.int/isaf/placemats_archive/2007-01-29-ISAF-Placemat.pdf

APÊNDICES

**APÊNDICE A – ESTRUTURA DE *REGIONAL COMMAND* (RC) NO
AFEGANISTÃO – ATUALIZADO EM 22 DE OUTUBRO DE 2009**

Tabela n.º 5: Estrutura de Regional Command (RC) no Afeganistão – Atualizado em 22 de outubro de 2009

	Lead Nation	C2 HQ	FSB	Commander
RC North	Germany	Mazar-e-Sharif	Mazar-e-Sharif	Brig. Gen. J. Vollmer
RC West	Italy	Herat	Herat	Brig. Gen R. Castellano
RC Capital	France	Kabul	Kabul International Airport (KAIA)	Brig. Gen. M. Druart
RC East	USA	Bagram	Bagram	Maj. Gen. J. Schloesser
RC South	The Netherlands	Kandahar	Kandahar	Maj. Gen. Mart de Kruif

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DE TAREFAS QRF – FONTE BIBLIOGRÁFICA

Tabela n.º 6: Levantamento de Tarefas QRF

Tarefas de uma <i>Quick Reaction Force</i>	
Fontes	Sobreposição de Tarefas
<p>- CEME (13 de julho de 2007). Directiva N.º 170/CEME/07. <i>Aprontamento de uma UEC de Atiradores para Quick Reaction Force (QRF) do COMISAF(1.º Semestre 2008)</i>. Oeiras, Lisboa, Portugal;</p> <p>- CEME (13 de novembro de 2009). Directiva N.º 195/CEME/09. <i>Aprontamento da Quick Reaction Force/International Security Assistance Force (QRF/ISAF) (KABUL Region)</i>. Oeiras, Lisboa, Portugal;</p> <p>- CFT (13 de novembro de 2009). Directiva N.º 58/CFT/09. <i>Aprontamento da Quick Reaction Force/International Security Assistance Force (QRF/ISAF) (KABUL Region) (1.º Semestre 2010)</i>. Oeiras, Lisboa, Portugal;</p> <p>- [JFLCC] (2003). <i>Quick Reaction Force/Ready Reaction Force</i> In Department of the Army. Acedido a 23 de fevereiro de 2018 em https://fas.org/irp/doddir/army/pam380-1.pdf</p>	Patrulhas montadas e apeadas
	Apoio de Eventos Governamentais, Ois e ONGs
	Operações JCIR
	Crowd Riot Control (CRC)
	C2 Descentralizado
	Mobilidade Terrestre através de meios orgânicos
	Proteção RCIED e NBQR
	Auto-sustentação por 72 horas
	Condução de operações em todo o espectro de operações militares
	Execução de Operações CRO
	Operações no âmbito de Apoio à Paz
	Fornecer apoio logístico-administrativo
	<i>Force Protection</i>
	Operações Ofensivas e Reação In
SATCOM orgânico até nível Pel	
Apoio de Combate ACar, Morteiros, TACP e CAS	
ROLE I	
Relato de Informação Tática	
Segurança a Infraestruturas Críticas (HTV)	

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE C – TAREFAS GENÉRICAS DE QRF

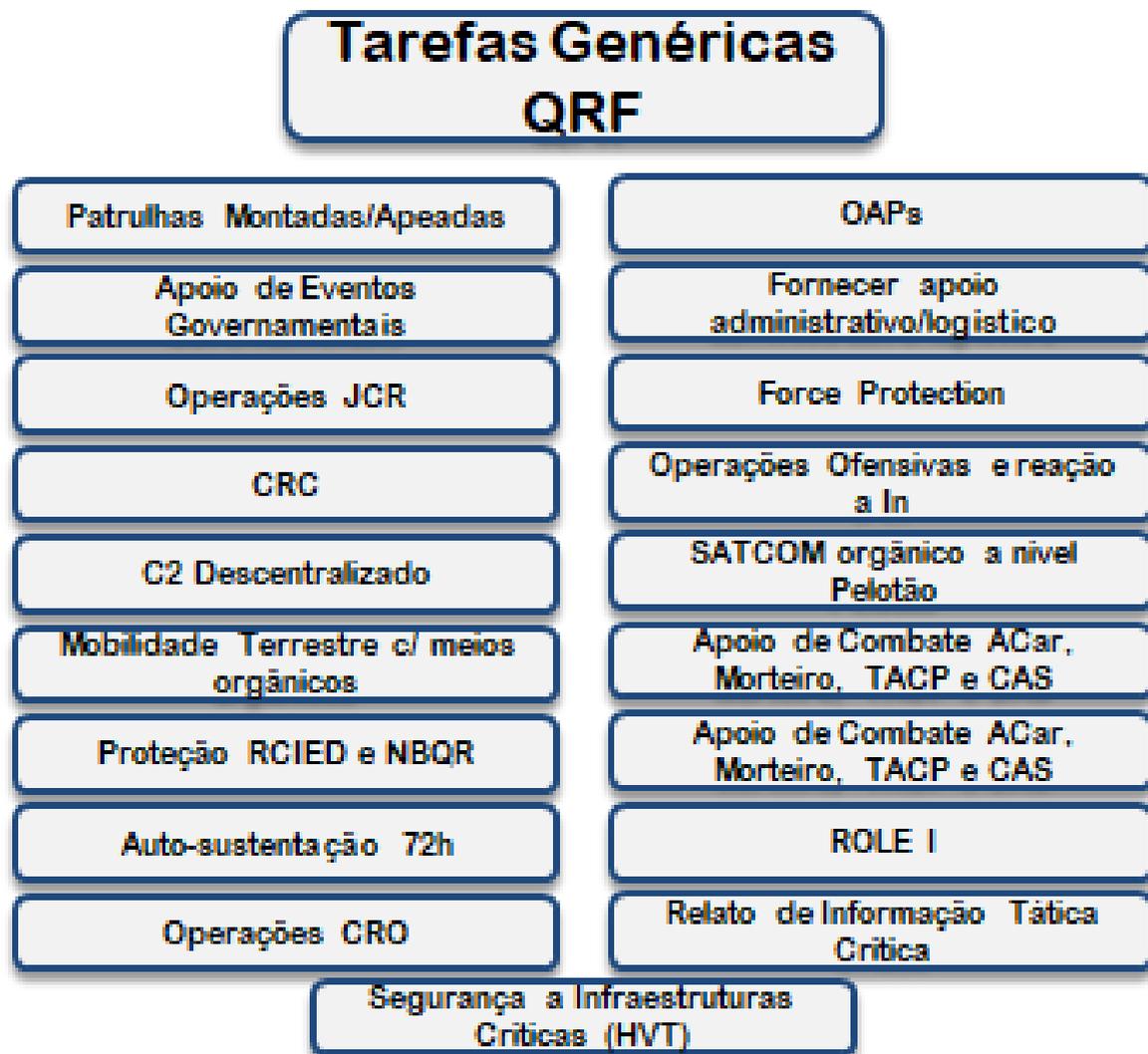


Figura n.º 1: Tarefas genéricas de uma força QRF

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE D – CAPACIDADES/TAREFAS ESPECÍFICAS DA QRF/FND/ISAF NO TO DO AFEGANISTÃO



Figura n.º 2: Capacidades/Tarefas exigidas da QRF/FND/ISAF no TO do Afeganistão

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE E – SOBREPOSIÇÃO DA ATIVIDADE OPERACIONAL/ATIVIDADE DA QRF/FND/ISAF

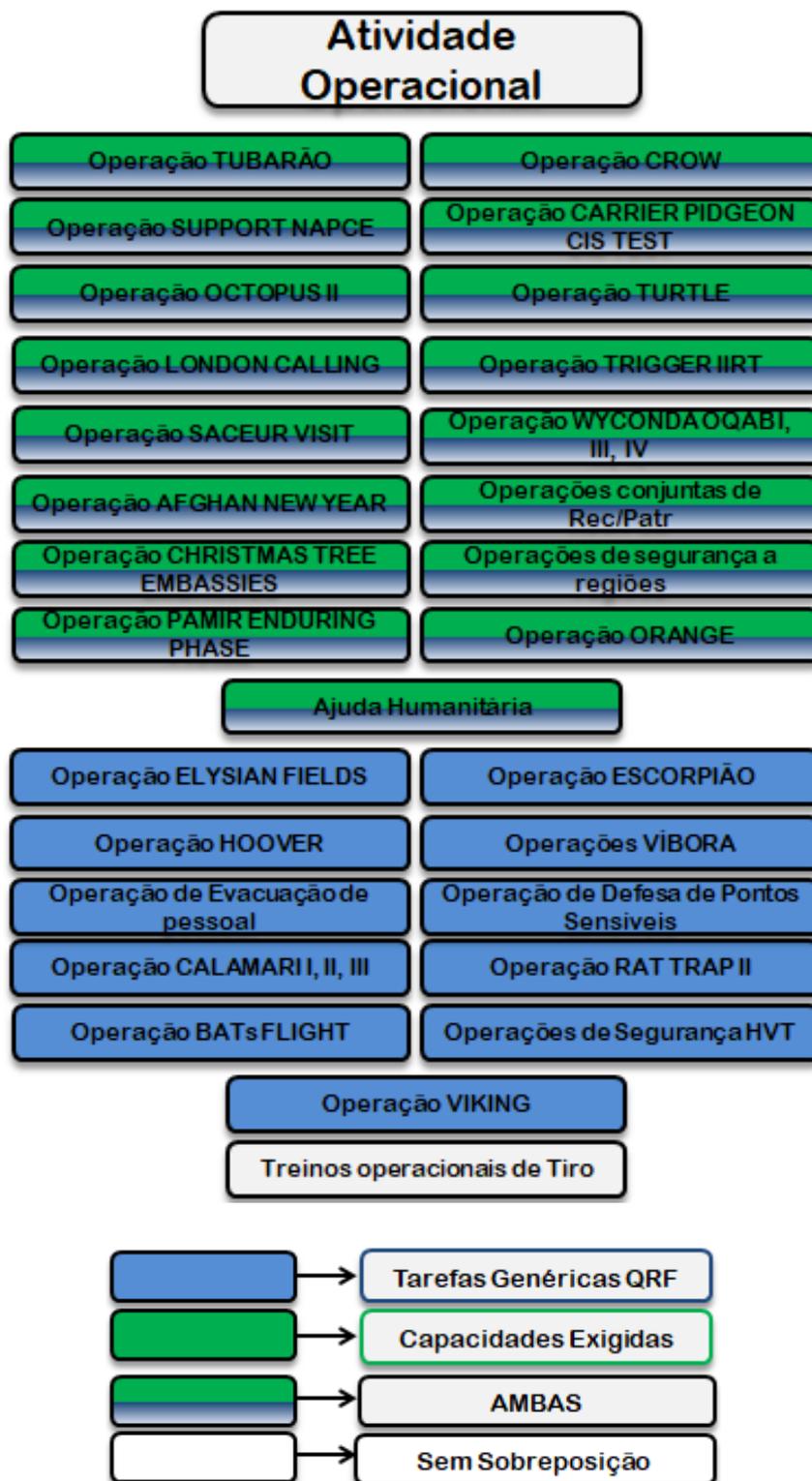


Figura n.º 3: Sobreposição da atividade operacional/atividade da QRF/FND/ISAF

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE F – MODELO DE APRONTAMENTO DO EXÉRCITO ESPECÍFICO PARA QRF

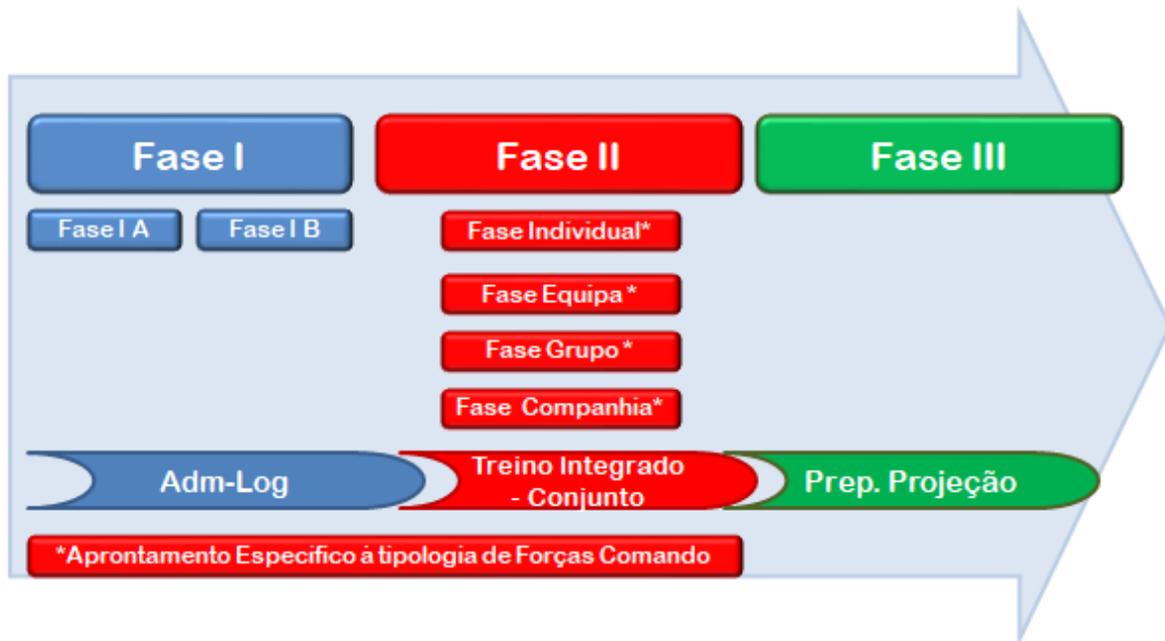


Figura n.º 4: Modelo de Aprontamento do Exército específico para QRF

Fonte: Elaboração Própria

**APÊNDICE G – GUIÃO DE ENTREVISTA – FUNÇÃO DE
COMANDO OPERACIONAL**



ACADEMIA MILITAR

Guião de Entrevista

**Capacidade do emprego de *Quick Reaction Force* em Ambiente
Multinacional -**

Estudo de Caso: Teatro de Operações do Afeganistão

Autor: Aspirante de Infantaria João Lisboa

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria ‘CMD’ António Cancelinha

Co-Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria ‘CMD’ Alexandre Varino

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2018

1. INFORMAÇÃO FORNECIDA AO ENTREVISTADO

- a. Pedido de autorização para gravar em áudio a entrevista.
- b. Apresentação do entrevistador ao entrevistado, de modo a estabelecer os objetivos, critérios e ferramentas da entrevista.

Antes demais, gostaria de agradecer, não só a sua presença, mas também a disponibilidade célere que teve para a realização desta entrevista. Eu sou o Aspirante de Infantaria Lisboa e encontro-me a realizar uma investigação, no âmbito do TIA, subordinado ao tema “Capacidade do emprego de Quick Reaction Force em Ambiente Multinacional - Estudo de Caso: Teatro de Operações do Afeganistão”.

Os objetivos desta investigação são os seguintes:

- Analisar as capacidades de uma FND/QRF, identificando qual a melhor organização, formação e treino de acordo com a tipologia de força que mais se adequa, e subsequentes potencialidades e limitações;

- Analisar o TO do Afeganistão, com primazia às suas ameaças, de forma a criar um padrão de atuação para o qual a força QRF terá de ter capacidades para enfrentar;

- Complementar o quadro conceptual português no âmbito das forças QRF, identificando as diferentes características que a compõe;

- Descrever a atuação de uma FND/QRF, no período delimitado, identificando principais alterações sofridas, de modo a garantir a eficiência do seu emprego;

- Criar uma estrutura doutrinária para a força QRF, tendo em conta os meios, formação, e treino de um determinado tipologia de força, de forma a utilizar transversalmente, e num espectro mais abrangente do ambiente operacional, as exigências atribuídas às nossas FND.

- c. Aspetos Deontológicos

A entrevista terá uma duração de acordo com a disponibilidade do entrevistado, primariamente, mas sempre com o intuito de obter as informações necessárias para a concretização dos objetivos propostos. Será gravada em áudio, sendo que, apenas o entrevistado e o entrevistador terão acesso ao ficheiro, podendo o primeiro responder ou não às perguntas que achar adequadas.

2. RECEBER O CONSENTIMENTO INFORMADO

Neste momento peço-lhe que leia o seguinte consentimento e assine caso não encontre nenhum impedimento.

3. INTRODUÇÃO

Como referido anteriormente, esta entrevista tem o objetivo de recolher informações de forma a complementar e desenvolver o Trabalho de Investigação Aplicada, subordinada ao tema indicado. É de extrema importância a realização desta entrevista visto que a mesma irá garantir a conclusão da investigação e posterior concretização dos objetivos propostos.

4. CORPO DE QUESTÕES

Segue-se o corpo de questões a realizar.

Questão n.º 1

-Quais as principais dificuldades de atuação com que a força se deparou no TO do Afeganistão, tendo em conta a população, o terreno e as condições meteorológicas?

Questão n.º 2

-Na atuação da força no TO, com que tipo de ameaças se deparou, e de que forma eram mitigadas/anuladas as mesmas?

Questão n.º 3

-As TTP da Força estavam ajustadas às ameaças no TO, bem como às suas diferentes formas de atuação. De que forma afetaram o desempenho da QRF?

Questão n.º 4

-Tendo em conta a tipologia de forças nacionais que atuavam como QRF, que tipo de tarefas lhe eram incumbidas? A força em questão era mais adequada? Porquê?

Questão n.º 5

- De que forma o treino operacional da força, nomeadamente o seu aprontamento, se adequou ao seu emprego no TO? Quais as principais diferenças/dificuldades?

Questão n.º 6

- Atendendo ao conceito de emprego da QRF, vertido nas Diretivas Nacionais e da NATO/ISAF, bem como as SOP do TO ou RC, de que forma era limitada a atuação operacional da QRF?

Questão n.º 7

-A atuação da força estava dependente dos recursos (matérias e humanos) disponíveis, do nível de treino e do ambiente operacional. Tendo em conta esses fatores, quais foram as principais limitações encontradas no seu emprego?

Questão n.º 8

-Dentro dessas limitações, ao nível logístico houve algum meio/equipamento que o Exército não teve a possibilidade de disponibilizar para ser empregue nas operações realizadas? Porquê?

Questão n.º 9

-A QRF deveria estar preparada para cumprir determinadas tarefas (conforme Diretivas de aprontamento). Em TO foi empregue em tarefas não treinadas no aprontamento? Quais as outras capacidades que a força tinha possibilidade de desenvolver?

Questão n.º 10

- A organização da força era a mais adequada ao cumprimento das tarefas em que foi empenhada no TO? Quais eram as vantagens e limitações dessa organização, ao nível do comando e controle do seu emprego operacional?

APÊNDICE H – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Declaração de Consentimento

Tomei conhecimento que se encontra a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada, enquadrado no Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Infantaria, subordinado ao tema “*Capacidade do emprego de Quick Reaction Force em Ambiente Multinacional - Estudo de Caso: Teatro de Operações do Afeganistão*”. Este trabalho tem como autor o Aspirante de Infantaria João Paulo Gonçalves Lisboa, com a orientação do Tenente-Coronel de Infantaria ‘CMD’ António Cancelinha e coorientação do Tenente-Coronel de Infantaria ‘CMD’ Alexandre Varino.

Serei entrevistado individualmente pelo Aspirante Lisboa, onde será realizada uma entrevista com guião, previamente apresentado, e com a intenção de obter informações de acordo com os objetivos propostos anteriormente. Compreendendo que não usufruirei de qualquer compensação por participar nesta investigação, ainda que a minha participação reflita numa utilidade extrema à realização deste trabalho. No final do estudo poderei obter os resultados no mesmo, encontrando-se disponível no Repositório Comum da biblioteca da Academia Militar, ou pela solicitação ao investigador.

Aceito participar neste estudo realizando a seguinte entrevista

Assinatura: _____

Data: ___/___/_____

Em nome da equipa de investigação agradeço a sua colaboração

João Paulo Gonçalves Lisboa
Aspirante de Infantaria

Em caso de qualquer dúvida contactar: lisboa.jpg@mail.exercito.pt / 914340898

APÊNDICE I – CORPO DE QUESTÕES – COMPLEMENTO DE INVESTIGAÇÃO

Questão n.º 1

- A atuação de uma força estava dependente dos recursos (materiais e humanos) disponíveis, do nível de treino e do ambiente operacional. Tendo em conta esses fatores, quais as principais condicionantes na projeção e sustentação deste tipo de força?

Questão n.º 2

- Enquadrado no seu conceito de atuação, que tipo de vantagens traria para o Comandante da ISAF a sua ativação e emprego operacional?

Questão n.º 3

- Atualmente, no quadro conceptual de forças, o conceito de QRF reflete diretamente o seu emprego operacional nos TO? De que forma se diferencia do conceito de emprego de outras forças de reserva?

Questão n.º 4

-Tendo em conta a definição de capacidade de força (Doutrina, Organização, Treino, Meios, Liderança, Pessoal, Instalações e Interoperabilidade), quais são os principais fatores a ter em conta para indetificar o grau e o nível de emprego operacional de uma força de QRF? De que forma uma FND está apta para cumprir esses critérios operacionais?

APÊNDICE J – RESPOSTAS AO CORPO DE QUESTÕES DO GUIÃO DE ENTREVISTA – FUNÇÕES DE COMANDO OPERACIONAL

Quadro n.º 1: Resposta à questão n.º1 da Entrevista – Função de Comando Operacional

N.º	Questão n.º 1 Quais as principais dificuldades de atuação com que a força se deparou no TO do Afeganistão, tendo em conta a população, o terreno e as condições meteorológicas?
3	“a população, na sua generalidade, era amistosa e receptiva à presença da NATO (...) a principal dificuldade prendia-se, naturalmente, com a língua(...) dificuldades com a incompatibilidade dos meios de VHF e o terreno montanhoso”
4	“traficabilidade, dimensões dos itinerários estreitos e a densidade populacional (...) dificuldade em entender exatamente as ações de um indivíduo”
5	“as estradas eram más, no verão havia muito calor, no inverno neve em muitos sítios e dificultava as progressões (...) do meu ponto de vista a população não interferiu negativamente nas operações”
6	“a população não é simpático, é hostil (...) os talibãs moram no meio da população, e ela ser nossa amiga não era bem vista, a família podia sofrer represálias dos talibãs (...) pode haver alguém que nos dê informações a nós(...) as amplitudes térmicas são nítidas(...) a nível de terreno tens umas grandes altitudes para o Norte, nas cordilheiras, mas a sul é mais planícies”
7	“a grande dificuldade, ou receio, era cometermos alguma ação que fosse julgada ofensiva, em termos sociais ou religiosos em termos da população (...) dificuldades ali tinham basicamente haver com os campos de observação, que o terreno permitiria ser extensos e dificultava a ocultação da força (...) o terreno arenoso dificultava a manutenção das viaturas...”
8	“havia uma preocupação para não nos envolvermos com a população...”
9	“nunca sentimos hostilidade por parte da população, e nunca houve uma ameaça direta à nossa força (...) no deserto, não temos as melhores viaturas (...) as condições meteorológicas não eram limitadoras mas por vezes eram constrangedoras nas nossas operações...”
10	“...uma conflitualidade assimétrica (...) dificuldade latente em diferenciar o que é a força opositora do que é a população civil...(...) não tem facilidades naquilo que é a sua traficabilidade...(...) o clima desgasta o pessoal e material de uma maneira intensa...”
11	“...a maior dificuldade é o ambiente urbano e a adaptação a esse ambiente (...) variação significativa, do que é o frio e o calor, condições extremamente áridas e extremamente gélidas (...) capacidade de nos adaptarmos à ameaça, e perceber o nível de atuação da mesma...”
12	“acerca da população a dificuldade para nós, força, é compreender, a compreensão cultural desse problema conflitual (...) sendo o tecido cultural e étnico diverso (...) a principal dificuldade é explicar isto nos vários escalões (...) dificuldade é na alta montanha, há poucos caminhos, muitas vezes o indivíduo tem de se deslocar nos leitos dos rios, são mais secos, a água deixa a pedra lisa, e permite à viatura deslocar-se (...) no deserto ocorres muitas vezes faziam patrulhas e tinham furos (...) para não falar do campo de minas, é um dos países mais minados do mundo (...) a amplitude térmica é maior, invernos muito frios e verões muito quentes”
13	“...eram elementos que podiam a qualquer momento fazer qualquer tipo de tentativa(...)não houve grande dificuldade...”
14	“Relativamente ao terreno e às condições meteorológicas estes fatores são considerados no processo de planeamento, assim como os próprios materiais e equipamentos são adotados aos mesmos, minimizando o seu impacto negativo nas operações(...) o fator cultural (...) o treino específico que as FND realizam durante a sua preparação para este tipo de TO (...) fases de adaptação e aculturação dos militares (...) o nível e tipologia de ameaça existente no TO (...) dificulta o próprio processo de adaptação e aculturação junto da população”
15	“em termos físicos foi a altitude, o Afeganistão é um país que está todo elevado, todo ele é um planalto elevado (...) a percentagem de humidade é muito baixa por isso o frio não se fez sentir (...) difícil de diferenciar na população, um possível insurgente”
16	“Relativamente à população, a grande dificuldade foi sempre diferenciar os que apoiavam/concordavam com a presença das forças internacionais (...)as áreas montanhosas provocam grandes constrangimentos à transitabilidade e traficabilidade nos itinerários, criando naturalmente locais propícios para serem utilizados como zonas de morte (...)As condições meteorológicas, atendendo à época do ano, condicionavam a liberdade de movimentos e a capacidade operacional dos

	insurgentes e das nossas forças.”
17	“uns dos principais factores foi a aculturação e a diferença em termos de mentalidade e aquilo que fomos encontrar no Afeganistão (...) In se misturar com a população, e nós de facto queremos atuar e não conseguimos identificar amigo de inimigo (...) a sul a zona era mais árida e o terreno era mais inóspito, muito pó, muita areia e muito seco (...) no calor as patrulhas apeadas, essas teriam de ser feitas em tempo limitado”
18	“a nível das condições meteorológicas, devido ao calor, há um certo período de adaptação fisiológico que o corpo passa(...) terreno é assim desértico, tendo visibilidade às curtas, médias e longas distâncias excepto nas áreas urbanas (...) a população não nos vê com bons olhos lá”
19	“...não mostravam atitude hostil direta, mas também não mostravam animosidade (...) dificuldade com a população e ameaça que se misturavam (...) a nível de terreno e clima foi a adaptação.”
20	“uma dificuldade, em termos de terreno, que teve algumas implicações foi as comunicações (...) relativamente à população passa principalmente pelas diferenças culturais, poderá haver, por exemplo um sinal mal interpretado (...) como operámos no RC-C, as temperaturas não eram superiores a 30°C”
21	“ao início é uma questão de adaptação mas nada que nos limitasse (...) nunca senti dificuldades, ou que me dificultassem a tarefa...”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 2: Resposta à questão n.º 2 da Entrevista – Função de Comando Operacional

Nº	Questão n.º 2 Na atuação da força no TO, com que tipo de ameaças se deparou, e de que forma eram mitigadas/anuladas as mesmas?
3	“...IED, VBIED, RCIED, bombistas suicidas, Rockets algumas flagelações de armas ligeiras a grande distância (...) adoção de medidas de proteção (...) empasteladores de sinal (...) ações de patrulhamento sobre áreas mais prováveis de constituir pontos de lançamento”
4	“grande preocupação era a ameaça insurgente e a utilização de IED (...) mitigadas através do ajustamento das TTP com cross training entre forças, e através de meios jammers (...)”
5	“eram os IED, os suicidas, os veículos suicidas (...) eram mitigadas com procedimentos, desembarque e fazia-se reconhecimentos para dissuadir o inimigo...”
6	“alguns grupos insurgentes, que por vezes realizavam algumas flagelações, respondíamos, mas a nossa missão não era aquela, por isso continuávamos (...) havia o risco dos IEDs, na altura, tínhamos cuidado nos itinerários a utilizar e alertávamos o pessoal”
7	“insurgentes, que tinham forma de atuação significativamente diferentes, a maior era os IED (...) a forma como mitigávamos era evitar rotinas (...) deslocar em horas irregulares...”
8	“a ação subversiva que eles utilizavam, essencialmente o engenho explosivo (...) flagelações e ataques IED(...) com as TTP e com treinos em procedimentos (...) uso de Jammers...”
9	“ataques diretos (...) ameaça IED e os ataques IED complexos (...) tínhamos os Jammers (...) não duplicar itinerários (...) colocar as TTP em prática...”
10	“...estamos a falar de uma ameaça complexa, talibãs, Al Qaeda, insurgentes (...) ações de emboscadas mais ações de engenhos explosivos, e ações de emboscadas (...) as TTP foram sempre adaptadas, analisadas e passadas de força para força...”
11	“...os grupos insurgentes, crime organizado (...) IED, minas, fogos diretos, fogos indiretos com recurso a engenho explosivo (...) com o treino que te vai moldando e vai-te preparando para te adaptares a essa situação...”
12	“A ameaça foi evoluindo (...) há também outros movimentos, não há apenas talibãs, há vários grupos (...) há a Al'Qaeda(...) depois há aquele criminoso local, os traficantes de armas, os traficantes de droga, os Warlords, os senhores da guerra locais, com uma agenda política local, do seu “feudo”, que fazem alianças consoante os seus interesses (...) outros grupos como o HQN e os HiG ainda com objetivos diferentes também eram ameaças (...) por causa do uso dos IED aumentou-se o nº de viaturas a sair (...) nós usamos os empasteladores (...) ataques suicidas às autoridades locais, um PBIED ou uma viatura SBVIED(...) ameaça direta, ataque com armas ligeiras, armas pesadas, emboscadas, flagelações (...) green on blue e green on green”
13	“...IED, o homem que a qualquer momento se podia destruir...(...) contornar e sinalizar qualquer tipo de indício...(...) saber o que estava acontecer e o que tinha acontecido, para adotarmos o melhor itinerário para contornar...”
14	“ataques diretos, ataques com IED, quer nas suas variantes mais conhecidas (R-CIED, SBIED,

	VBIED), quer ao nível de colocação de minas no itinerários principais, neste caso mais no sul do TO(...) a mitigação deste tipo de ameaças assentava fundamentalmente no estudo pormenorizado das informações existentes (...) alerta constante dos militares (...) planeamento detalhado em função dos fatores do processo de decisão foi fundamental à anulação e mitigação das ameaças”
15	“um sentimento de incerteza e inquietude, se eles não teriam um IED ou uma mina, ou ser emboscados no itinerário, com uma flagelação (...) evitar a rotina, não passar no mesmo itinerário duas vezes, nem fazer patrulhas à mesma hora”
16	“A nossa força durante a permanência do TO, foi sujeita aos seguintes incidentes (...) ameaça de colocação de IED, num caminho próximo da FOB (...) os procedimentos adotados foram recolher todo o pessoal que se encontrava a operar fora da FOB (...) manter a vigilância sobre local referenciado (...) ameaça de ataque à FOB (...) para a resolução deste incidente foi, estabelecer as contingências a efetuar caso materialização de ataque (...) aumentado o nível de segurança da FOB(...) ameaças de emboscada (...) a solução encontrada para a resolução deste incidente foi, aumentar o nível e medidas de segurança(...) durante o movimento de Kandahar para Kabul (...) parar a viatura, desligar luzes, desembarcar, responder ao fogo, informar a coluna, solicitar apoio aéreo, analisar a forma de resolver o problema (m/a) (...) solicitar apoio QRF RC-C”
17	“ As ameaças foram mitigadas desde o início, desde a preparação para a missão (...) estávamos treinados para a ameaça IED e flagelações, o combinar das duas, o uso do SBVIED, RCIED, portanto todo esse tipo de ameaças associadas a esses grupos insurgentes”
18	“IEDs, as suas várias modalidades (...) flagelado por armas ligeiras, ou até mesmo os chamados ataques complexos (...) para mitigar mantinhamos o planeamento realizado, sem tentar criar um padrão de forma a não sermos surpreendidos por eles”
19	“...não havia uma referência em termos de ameaça, estava dissimulada na população (...) predominante era os IED(...) tudo o que estava em TTP na altura desde os Jammers, preocupações dos apontadores e condutores para situações que podiam ser indícios de IED...”
20	“a grande preocupação foi sempre a ameaça insurgente (...) principalmente os IEDs e os ataques suicidas(...) no planeamento quando íamos fazer qualquer tipo de missão, tínhamos sempre em consideração tudo o que havia com os dados das ameaças”
21	“nunca tive uma situação de ameaça propriamente dita (...) uma situação de IED, de emboscada, nunca tive (...) mas tomas sempre os procedimentos todos como se pudesse acontecer a qualquer momento”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 3: Resposta à questão n.º3 da Entrevista – Função de Comando Operacional

Nº	Questão n.º 3 As TTP da Força estavam ajustadas às ameaças no TO, bem como às suas diferentes formas de atuação. De que forma afetaram o desempenho da QRF?
3	“Atendendo a que esta foi a 1ª FND, as primeiras TTP para este TO foram desenvolvidas com a Força em Teatro (...) e, sistematicamente comunicada à 2ª FND...”
4	“Tivemos de realizar muitos ajustes à medida que entrámos em contacto com o terreno e através dos incidentes(...) afetou apenas no ajustamento das TTP”
5	“não estavam mas foram ajustadas à medida que nos adaptamos ao TO(...) aumentou o desempenho com a introdução de TTP diferentes”
6	“vimos aquelas NEPs e adaptamos para nós, contudo lá mudámos as NEPs todas e fizemos as nossa, que tivemos tempo e as mais importantes, porque o resto é conduta(...) a nossa tropa não estava inferior, em técnica, a relação a nenhuma outras, aliás os nossos homens sempre com uma postura mais pronta do que os outros...”
7	“elas de facto começaram por não estar ajustadas (...) continuámos a treinar em treinos, procedimentos (...) um ajustamento à atuação da ameaça...”
8	O Entrevistado não se pronunciou nesta questão.
9	“...treino estava adquirido mas foi algo que teve de ser aprendido no local (...) conceito de On Job Training...”
10	“...els são inventivos, e tem a capacidade em termos de alterar, e criar situações distintas, em termos naquilo que são os seus procedimentos, levando-nos a alternar as nossas TTP (...) as TTP que a força tinha eram adequadas aquele tipo de conflitualidade”
11	“... vão sendo construídas ao longo dos empenhamentos do TO do Afeganistão (...) não afetaram o desempenho...”

12	“foi sempre uma aprendizagem(...) portanto as TTP vão evoluindo, vão evoluindo de acordo com a ameaça, vão evoluindo com o que a malta vai aprendendo (...) muita desta postura, das TTPs mais estáticas, mais defensiva, mais amigável, menos convencional também advém do contacto com a população(...) a questão é saber quando temos de combater e estar a fazer operações de estabilização”
13	“...sim, estavam ajustadas e não afetaram o desempenho no Teatro...”
14	“A atualização e adaptação de boas práticas era constante e foram alteradas/melhoradas algumas TTP da força em função das informações recebidas e da alteração da forma de atuação da ameaça(...) face à elevada flexibilidade e capacidade de adaptação das Forças Páraquedistas (...) este tipo de alterações de TTP eram assimilados pelos militares com normalidade e facilidade.”
15	“eles passavam as TTP e depois nós íamos ajustando o nosso treino (...) o treino era constantemente orientado de acordo com as operações que eles faziam lá (...) tudo o que nós treinamos aqui acabámos por fazer lá, o desempenho não foi afetado”
16	“A nossa força tinha como princípios de atuação, garantir sempre a máxima segurança e cumprir as missões sem baixas, dispor sempre da necessária flexibilidade para ajustar as TTP à forma de atuação da ameaça, procurando dessa forma ganhar vantagem.”
17	“quando chegámos ao terreno fizemos treinos de preparação para isso (...) preparamo-nos da melhor forma, com aquela informação que tínhamos, e preparámo-nos para fazer face à ameaça com uma série de TTP”
18	“a força estava bem treinada, e as suas TTP, teve de haver ação de comando por parte dos Cmdts de grupo e equipa, mas o treino foi o que nos valeu ali e foi termos tido a oportunidade de treinar várias vezes para isso”
19	“...tens TTP que são a base para a reação a este tipo de ameaça (...) estávamos bem treinados...”
20	“desde 2005, já havia um conjunto de TTP bem consolidada, independentemente de missão para missão elas sofreram algumas alterações (...) a ameaça insurgente ia alterando as suas TTP, por isso também tínhamos de ajustar as nossas”
21	“estavam, já tinham havido muitas QRF antes (...) foram feitos updates sempre às TTP (...) estava perfeitamente ajustado...”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 4: Resposta à questão nº4 da Entrevista – Função de Comando Operacional

Nº	Questão n.º 4 Tendo em conta a tipologia de forças nacionais que atuavam como QRF, que tipo de tarefas lhe eram incumbidas? A força em questão era mais adequada? Porquê?
3	“A tipologia de tarefas eram perfeitamente enquadráveis com as competências de uma Unidade de Comandos : Operações em todo o espectro de operações militares, Vigilância, Escoltas, Checkpoint, demonstração de Força, CRC,...”
4	“reconhecimento de itinerários, patrulhamentos, escoltas (...) era, porque de facto tendo a haver com o tipo de missões e organização, dáva-nos muita flexibilidade e poder de dissuasão adequado”
5	“responder a incidentes, escoltar elementos(...) algumas limpezas em Farah (...) achei adequada por ser a 1ª, a versatilidade e a velocidade que acontecia os incidentes, obrigava a que tivéssemos muita flexibilidade e capacidade (...) tem mais flexibilidade porque trabalha com equipa de 5, comandadas por sargentos, reduz o comando”
6	“Grande parte era Show the Flag, fizemos demonstrações de força em Farah, e em Cabul (...) montámos emboscadas reais, à volta da aldeia, e na parte sul em alguns cruzamentos, mas nunca realizámos mesmo uma (...) a nível da força, o grupo de combate é 30 homens, 6 equipas de 5, dá para dividir em 2 grupos ou até 3 (...) tem flexibilidade, e a nível da cadeia de comando, tens um sargento em cada equipa, é muito bom (...) a organização do grupo estava bem feita, é bem dinâmico e dá para formares como bem quiseres”
7	“...reconhecimento aos diversos setores onde poderíamos ser projetados (...) 90% patrulhamentos de presença e o outros 10% era garantir dispositivos de segurança/isolamento (...) estávamos organizados em equipas de 5 que se ajustavam à viatura”
8	“segurança a perímetro interno (...) operações de cerco e busca e patrulhamento (...) segurança a itinerários, patrulhamentos de vigilância (...) a organização que fizemos foi de acordo com as viaturas que tínhamos lá”
9	“montar vigilâncias nas torres, fazer patrulhas na zona de Farah (...) em Cabul que fizemos de força de quadrícula (...) em termos de organização estávamos bem constituídos...”

10	“eram distintas consoante a área geográfica (...) operações de segurança, patrulhamento, vigilância ...(...) ...operações de combate... (...)...as unidades de comandos tem uma capacidade e uma grande flexibilidade, em termos de predisposição para este tipo de conflitualidade, o facto de termos uma estrutura base equipas relativamente pequenas, de 5 homens, e em cada uma um graduado, permite uma flexibilidade muito grande”
11	“essencialmente tarefas ofensivas, tarefas de estabilização e de controlo de tumultos (...)sim, se formos ao que é os antecedentes das tropas especiais (...) a lógica de QRF é uma força de intervenção (...) na genética das Forças Comando foi fácil de realizar esta adaptabilidade...”
12	“esta QRF era uma força de reserva do COMISAF pronta para atuar em qualquer parte do TO, tinha conceito de emprego, um tempo de emprego (...) essencialmente patrulhas de presença, de reconhecimento para conhecer os itinerários, a orografia do terreno (...) rendição de forças de quadrícula(...) olhando para a nossa tipologia de forças, forças comando ou aerotransportadas(...) era sem dúvida o mais adequado(...) a organização do combate não é decisivo, isso é conduta do comandante”
13	“...missões de combate, patrulhas, reconhecimento, recolha de informação...(...) proteção de altas entidades (...)é uma tropa que está preparada para entrar na parte letal, e estas missões são para uma tropa perfeitamente que tenha este treino e características muito próprias (...) quer pára-quedistas quer os comandos...”
14	“Reserva do Comandante da ISAF, i.e. força de intervenção que possuía um elevado grau de prontidão e que, à ordem do COMISAF, executava operações em todo o TO (...) falamos de missões de combate, reconhecimentos em força, patrulhas de segurança, escoltas (...) a QRF era dada de reforço a outra força ou era-lhe atribuída uma AoR(...) estava de uma forma geral adequada ao tipo de tarefas atribuídas, no entanto, salvo melhor opinião a estrutura da Un de Combate devia de ser maior dimensão, podendo desta forma ter maior apoio de combate e conseqüente maior potencial de fogo”
15	“Como QRF eramos a reserva do COMISAF(...) fizemos patrulhas conjuntas, que servia de ambientação ao terreno (...)recebemos algumas missões de patrulhamento, show of force, e fizemos algumas buscas a alguns locais assim como responder a incidentes”
16	“As forças Comandos, desde a sua criação foram utilizados como forças de reserva dos Comandantes das Zonas Militares Ultramarinas, e atuavam como forças de intervenção(...) que se assemelha a atuação como QRF (...) também durante a Guerra de África os Paraquedistas foram empregues como força de intervenção”
17	“...encontrávamo-nos como QRF do COMISAF, e aí enquadrava-se a sua capacidade para conduzir, operações de reserva, operações de apoio a forças amigas, reconhecimento da AO, efetuar escoltas, vigilância e CRC(...)a companhia estava ajustada e os subgrupos também”
18	“inicialmente fizemos muitas patrulhas de reconhecimento aos vários setores (...) efetivo de pelotão com NTM de 15min e o de companhia de 120min, e as tarefas inerente a uma QRF (...) eu acho que é mais flexível uma força consituída por comandos (...)”
19	“inicialmente reconhecimento em Cabul (...) patrulhamento mais robusto em demonstração de força (...) orgânica de um grupo de comandos para este tipo de situação se adequa perfeitamente, quer a nível de flexibilidade e a nível de comando e controlo está mais descentralizado...”
20	“patrulhas, numa 1ª fase de reconhecimento nossas, e depois um sistema de patrulhas combinadas (...) escoltas a altas entidades (...) a grande vantagem da força comando tem haver com a sua organização, permite de acordo com a missão que vais desempenhar, poderes-te organizar como melhor se adequar (...) vocacionada para operações ofensivas, elevada capacidade técnica, elevado estado de prontidão (...) uma força que à partida eram as capacidades exigidas a esta força QRF”
21	“...houve o período dos reconhecimentos normais, reconhecimento aéreo e reconhecimento terrestre (...) maioritariamente patrulhas de presença (...) ficámos de QRF helitransportada, para aquela ação que ia acontecer (...) escoltas...”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 5: Resposta à questão nº5 da Entrevista – Função de Comando Operacional

Nº	Questão n.º 5
	De que forma o treino operacional da força, nomeadamente o seu aprontamento, se adequou ao seu emprego no TO? Quais as principais diferenças/dificuldades?
3	“as orientações inicialmente pelo COFT (...) atribuíam a missão de Force Protection do KAIA (...) em Abr 2005 é que ficou definida a missão de QRF, obrigando à re-orientação das tarefas em treino

	(...) o equipamento que foi necessário adquirir (...) foi equipamento de baixa qualidade e resistência (... muitas das tarefas de adaptação aos equipamentos e sistemas teve de ser feita já no TO, até à declaração de Full Operational Capability (FOC).”
4	“o aprontamento adequou-se, porque não houve que fazer grandes modificações ao que é o treino operacional de uma companhia de comandos”
5	“na 1ª força não sabíamos o que íamos fazer lá (...) treinámos as nossas tarefas básicas (...) não tínhamos as viaturas e a maioria do equipamento que íamos utilizar no TO”
6	“Ninguém fez o reconhecimento ao TO, mas quando lá chegamos tivemos 2 semanas para no adaptarmos(...) custa sempre mais a preparação que a execução (...) o português gosta de ir para outros países, o português adapta-se”
7	“treinámos checkpoints e escoltas que lá acabámos por não fazer (...) dificuldades, muito com o equipamento e com o que se passava no teatro (...) não tínhamos viaturas nem rádios”
8	“foi, termos feito parte da NRF fez com que ficasse mais bem preparada...”
9	“nunca tivemos Hummvee cá para treinar (...) havia falta de treino específico (...) mais por falta de meios e desconhecimento do teatro, do que por falta do tempo e restrições de ordem financeira...”
10	“...o aprontamento adequou-se...”
11	“...desenvolver uma lógica de treino para o que é o teu possível emprego lá, e ele aconteceu (...) formar indivíduos com determinadas capacidades adicionais, que inicialmente não as tinham (...) sempre em prejuízo do que é a companhia como um todo...”
12	“A unidade aprontadora deveria ser enquadrada pela força que já esteve no teatro(...) os lotes para o aprontamento são sempre escasso, nunca conseguimos ter um lote que deveria ser igual no TO(...) pelo meio coloca-se os fogos, as cerimónias, as férias, o aprontamento é altamente reduzido”
13	“...a parte de tratamentos com os IED foi ministrada no TO, e não cá...(...)tudo isto era ajustado de acordo também com as indicações que tínhamos no TO...(...) o que treinámos em Portugal, não sentimos grande dificuldade (...) podia haver muito mais de disponibilidade deste tipo de força para que houvesse mais tiro...”
14	“O treino da Força foi específico e orientado para a missão (...) as TTP treinadas e utilizadas adequavam-se ao emprego da mesma no TO (...) as diferenças/dificuldades ao nível da cultura, assim como a atualização das TTP face às ameaças...”
15	“o treino sim, os equipamentos não, aquilo que eram as tarefas e as TTP a baixos escalões não tenho nada a apontar”
16	“Apesar do aprontamento ter sido baseado na experiência e conhecimento da força que tinha terminado (provocava um desfazamento/atraso de 6 meses em relação à ameaça (...))mas através das informações recebidas do TO, procurava-se sempre ajustar a atuação da força durante o treino (...) os incidentes com que a força se deparou, foram resolvidos de acordo com o treino efetuado durante o aprontamento”
17	“principais dificuldades é que tínhamos alguma dificuldade que os SITREPS chegassem para que a gente pudesse preparar e ajustar às situações do TO(...) reconhecimento ao TO já tardio(...) ações de formações deveriam ser feitas o mais cedo possível (...) desconhecimento das TTP atualizadas da ameaça o que dificultou o treino operacional(...) treinámos com equipamento que não encontrámos no TO”
18	“andei a treinar permanentemente com IVECOS e outras viaturas, mas desejavelmente deves treinar com aquilo mais parecido que vais realizar (...) os coletes eram diferentes e isso afeta a memória muscular (...) em termos de aprontamento foi ajustado para aquilo que fomos cumprir, poderia ter sido mais dirigido se soubéssemos que íamos para o sul”
19	“...o treino em si, dos grupos sim, TTP etc. (...) agora na vertente de material não se adequou porque se encontrava lá (...) assim como os condicionantes do terreno, que não conseguimos replicar cá...”
20	“aquilo que fazes no aprontamento, é ao fim ao cabo, orientado para a missão, treinando especificamente aquilo que te será exigido (...) as TTPs já estavam bem amaturadas, e adequadas ao TO(...) devido ao factor tempo, que foi restringido, o treino foi mais orientado”
21	“o aprontamento devia ser seis meses para treinar, mas aprontamento propriamente dito (...) treinámos 3 meses (...) não tínhamos os aparelhos de visão noturna disponíveis no aprontamento (...) no aprontamento devíamos ter arranjado uma melhor maneira de empregar os snipers (...) meios aéreos também não tivemos em aprontamento...(...)devia haver um reconhecimento prévio ao TO..”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 6: Resposta à questão n.º 6 da Entrevista – Função de Comando Operacional

N.º	Questão n.º 6 Atendendo ao conceito de emprego da QRF, vertido nas Diretivas Nacionais e da NATO/ISAF, bem como as SOP do TO ou RC, de que forma era limitada a atuação operacional da QRF?
3	“A atuação de uma força em teatro está definida nos planos enquadrantes e delimitada pelo constante nas Regras de Empenhamento (ROE) aprovadas para a missão ou para tarefas específicas.”
4	“atuar em média e alta montanha tinha haver com a ausência do material (...) numa missão internacional tinha de ser solicitado ao país autorização a nível de coordenação”
5	“Só tínhamos os CAVEATS, mas fazíamos o que nos era pedido (...) havia apenas limitações de equipamento...”
6	O Entrevistado não se pronunciou nesta questão.
7	“só tínhamos um CAVEAT e tinha haver com a atuação em média e alta montanha...”
8	“...nós na altura não tínhamos CAVEATS, eramos uma das poucas forças que não tinham...”
9	“... quando estávamos sobre a dependência logística de outra força notávamos mas as limitações (...) prendiam-se principalmente à falta de apoio logístico quando saíamos de Cabul...”
10	“... não havia qualquer limitação, dentro daquilo que era prévia coordenação com as autoridades portuguesas, o CAVEAT...”
11	“... tínhamos uns condicionamentos de emprego relativamente ao processo de decisão militar (...) avaliar a adequabilidade da força àquele emprego...”
12	“Nós tínhamos 2 CAVEATS (...) coordenação nacional ao sermos deslocados para fora da província de Cabul (...) atuar, ou tínhamos restrições a atuar em altitudes acima dos 3000, 4000m (...) todas as restrições do material relacionadas com o seu conceito de emprego”
13	“...os CAVEATS eram reduzidíssimos...”
14	“Especificamente, para o TO do Afeganistão, a FRR portuguesa foi desenhada em função das capacidades financeiras do país e não em função da própria missão de uma QRF (...) a dimensão e consequente capacidade de combate constituía-se como limitação ou restrição ao planeamento do CMD da ISAF com vista à atribuição das missões “
15	“não podíamos fazer operações acima dos 4000m, isto por questões de equipamentos, e nas operações de desminagem, que não se enquadrava naquilo que eram as tarefas que nos tinham de dar”
16	“... limitação eram os CAVEATS da força.”
17	“operar em altas montanhas, não tínhamos essas valências (...) necessidade de solicitar a Portugal autorização para a projeção da força dentro do TO”
18	“a partir de determinada altura não podíamos atuar, e tínhamos de ter autorização nacional para nos deslocarmos para outra zona”
19	“... tínhamos as CAVEATS, e não tínhamos mais nenhuma limitação...”
20	“o uso da força, e isso tinha haver com as ROE...”
21	“... não ser empregue em média e alta montanha... (...) apoio aéreo nunca tivemos quando queríamos...”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 7: Resposta à questão n.º 7 da Entrevista – Função de Comando Operacional

N.º	Questão n.º 7 A atuação da força estava dependente dos recursos (matérias e humanos) disponíveis, do nível de treino e do ambiente operacional. Tendo em conta esses fatores, quais foram as principais limitações encontradas no seu emprego?
3	“a nível do treino operacional/aprontamento (...) no que respeita ao ambiente operacional (...) já foi referido (...) foi projetada com apenas um sistema óptico, o da câmara térmica MIRA que equipa o sistema TOW (...) condicionante para a grande maioria das tarefas atribuídas à FND (patrulhamentos, vigilância, segurança...) ausência de empasteladores aumentou o risco e diminui a capacidade de sobrevivência (...) inexistência de viaturas ‘de apoio’ blindadas foi outro aspeto condicionante de emprego das capacidades da FND”
4	“aparelhos de visão noturna e binóculos que não havia para toda a gente, os jammers já falados, os rádios individuais para comunicar dentro da viatura e vice-versa (...) viaturas espanholas começaram a dar problemas a nível de suspensões (...) atirador especial ou os snipers (...) não constituíam impedimento à atuação da força, mas obrigava a muitas adaptações

5	“...os aparelhos de visão noturna na altura não eram muitos, não conseguíamos ver de noite como víamos de dia, e isso limitava a nossa ação, 70% das nossas operações eram noturnas...”
6	“Não tínhamos visão noturna, era muito limitada, acho que tínhamos o ANPVS-7, que em relação aos outros iam muito atrasados, iam com viaturas de alugues que não tinham torres (...) limitação grande era que não tínhamos pistolas (...) Browning não era adequada, a MG na torre tem um desempenho melhor (...) não tínhamos água fresca (...) não havia ar condicionado ...”
7	“no Teatro estavam a utilizar as URO, e depois foram utilizados os Hummvees, e cá não tínhamos esse equipamento (...) os Jammers empastelavam a comunicação mas não empastelava o sinal (...) havia 2 famílias de viaturas por isso era facilmente identificada a viatura do Cmdt (...) havia problemas com a compatibilidade das munições com o lança granadas Santa Bárbara...(...) os próprios reparos das armas eram obsoletos, não eram práticos...(...) miras telescópicas que a nível das ROE nos facilitava o empenhamento”
8	“a falta de meios aéreos (...) só considero que temos uma QRF quando temos meios aéreos no que toca ao estado de prontidão, e à velocidade que me desloco (...) também para evacuar pessoas (...) as equipas Sniper...”
9	“...o facto de nós não estarmos dependentes apenas de nós são constrangimentos, mas não limitações...”
10	“... a nível de recursos humanos que existia, era a inexistência de médicos (...)...capacidade de visão térmica ao nível individual, e num TO com aquelas características o uso é preponderante...”
11	“algumas aéreas em que deveria haver reforço de pessoal e não existia (...) foram resolvidos como memorandos de entendimento entre forças...”
12	O Entrevistado não se pronunciou nesta questão.
13	“...os Humvees que tínhamos cá em Portugal era reduzidíssimo...(...) houve pessoal que tivesse a preocupação de adquirir algum material, fardamento para que se adequasse ao local...(...) os inibidores de frequência que não estavam de acordo com os normativos que a ISAF determinava...(...) uma das lacunas encontradas era na parte das comunicações...”
14	“...ao nível do material e equipamento, as restrições financeiras impostas pelo país refletiu-se, não só na projeção de uma força de maior dimensão mas também na quantidade e tipologia de equipamento atribuído à força (...) existiam apenas 5 jammers para 20 viaturas da Companhia, (e normalmente apenas 3 estavam 100% operacionais), o que constituía um fator de risco para a proteção da força face à ameaça de ataques de R-CIED(...) equipamentos de comunicações (...) apenas tinha um TACSAT (...) os meios VHF e HF tinham bastantes limitações (...) recorria-se das comunicações TACSAT existentes no TACP (...) encontrava-se limitada, ao ponto de que pode colocar em causa o apoio e reforço da força, em caso de necessidade, quer ao nível do apoio de combate (aéreo e terrestre), quer ao nível do apoio em evacuação médica”
15	“era preciso de estar constantemente de volta das viaturas nas oficinas, os apontadores constantemente de volta do armamento(...) temos de combater com o que temos”
16	“A limitação da força estava relacionada com a falta de equipamentos de visão noturna, que não permitia operar 24/24(...) falta de viaturas para garantir o transporte da totalidade da força de forma autónoma (...) falta de viaturas blindadas para o Módulo Sanitário e para o Módulo de Manutenção, e falta de equipa EOD para integrar o IRT (Immediate Response Team) (...) falta de capacidade de transmissão de dados via satélite (...) falta de equipamentos de comunicações satélite até ao nível Grupo (UEP)”
17	“na altura foi apontado a falta do elemento EOD, algo que já acontece na RCA (...) o destacamento não era ajustada às necessidades da força, a dimensão não foi suficiente(...) módulo sanitário não era suficiente (...) meios de comunicações eram adequados para comunicarmos dentro da força mas não para outras forças (...) só tivemos um voo de sustentação, e de facto acabou por limitar alguns pedidos que foram efetuados”
18	“uma limitação era que todas as viaturas tinham de ser iguais, eu tinha ao meu dispor 6 Hummvee e 1 Panhard, facilmente identificada para ser abatida(...) a determinada altura tivemos condicionados a nível de combustível (...) tive sempre os meios mínimos para operar, agora se temos os meios desejáveis...”
19	“...em termos de manutenção, pelas forças americanas temos esse apoio (...) do resto tudo funcionou em boas condições...”
20	“houve pequenos ajustamentos para o cumprimento da missão, mas genericamente tínhamos o material que nos permitia cumprir a missão”
21	“...em termos de sobresselentes para viaturas, tivemos de ir algumas vezes aos americanos para apoio...”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 8: Resposta à questão n.º8 da Entrevista – Função de Comando Operacional

Nº	Questão n.º 8
	Dentro dessas limitações, ao nível logístico houve algum meio/equipamento que o Exército não teve a possibilidade de disponibilizar para ser empregue nas operações realizadas? Porquê?
3	“ausência de binóculos e de visores nocturnos (...) a FND foi projetada sem mísseis TOW(...) ausência de empasteladores de sinal(...) só foram fornecidos em Jan 2006, desconhecendo-se o motivo da demora(...) ausência de comunicações individuais (PRR – Personal Role Radio) (...) inexistência de viaturas ‘de apoio’ blindadas (ambulâncias, pronto-socorro, auto-tanque, auto-TG)”
4	“referido anteriormente, mais por limitações financeiras”
5	“os aparelhos de visão noturna na altura não eram muitos e não havia comunicações para todos (...) não havia visão térmica, só nos TOW...”
6	“Não houve nenhum, apenas as viaturas que não eram nossas”
7	“não havia comunicações para todo o pessoal (...) ambulâncias blindadas e viaturas de transporte logístico blindadas (...) miras telescópicas “
8	O Entrevistado não se pronunciou nesta questão.
9	O Entrevistado não se pronunciou nesta questão.
10	O Entrevistado não se pronunciou nesta questão.
11	“...houve equipamentos que chegaram demasiado tarde ao teatro (...) a sustentação aconteceu de forma muito esporádica...”
12	“...tivemos sorte de receber muito material que o Exército tinha nas Unidades, e algum foi comprado por canal novo(...) muito material que veio do pessoal das operações especiais”
13	“Não, especificamente não, só mesmo aquilo que salientei...”
14	“Referido na questão anterior, principalmente JAMMERS e TACSAT”
15	“faltava aparelhos de visão noturna para toda a gente, metrelhadoras com número suficiente para os pelotões(...) mas nunca deixámos de executar as nossas tarefas”
16	“Ambulância Blindada, viatura de recuperação blindada, equipamento de comunicações táticas via satélite, aparelhos de visão noturna para todos os militares, rádios individuais para todos os militares. Equipamentos essenciais para operar como IRT, no apoio a outras forças da ISAF, nomeadamente do RC-C. Uma força desta natureza tem de dispor de capacidade para operar 24/24”
17	O Entrevistado não se pronunciou nesta questão.
18	“genericamente o pessoal teve sempre as condições mínimas para operar”
19	O Entrevistado não se pronunciou nesta questão.
20	“o que chegou mais tarde foi uma munição especificamente para os snipers, mas tínhamos o necessário”
21	“...não tínhamos aparelhos de visão noturna para cada homem...”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 9: Resposta à questão n.º9 da Entrevista – Função de Comando Operacional

Nº	Questão n.º 9
	A QRF deveria estar preparada para cumprir determinadas tarefas (conforme Diretivas de aprontamento). Em TO foi empregue em tarefas não treinadas no aprontamento? Quais as outras capacidades que a força tinha possibilidade de desenvolver?
3	“O treino das tarefas e dos sistemas de armas foi desenvolvido principalmente no TO, até à declaração de FOC(...) poderia desenvolver, a este nível, todas as tarefas de combate constantes na missão e possibilidades do Batalhão de Comandos.”
4	“tudo o que foi treinado executámos no terreno”
5	“... no final o aprontamento já foi mais orientado o que iria ser feito no TO, isto teve relacionado com o reconhecimento ao TO (...) em termos de conceito de emprego e liderança de equipa foi feito”
6	“Nunca fizemos CRC, mas estávamos preparados e tínhamos treino para isso (...) montámos emboscadas que nunca se materializaram”
7	“seguramente houve tarefas que não foram treinadas que foram empregues em teatro”
8	“...houve algumas que não foram tão bem treinadas, mas que em teatro fomos capazes de as realizar...”
9	“...o que treinámos foi aquilo que depois nos foi solicitado ...”
10	“Não foram.”

11	“...surgiram tarefas novas (...) mas com certeza que todas foram (...) sim seguramente, particularmente a minha QRF fez as operações mais ousadas (...) operações ofensivas...”
12	“Não foi previsto o treino de ações apeadas, quando depois se viu que as fomos executar(...)tínhamos capacidade para CRC (...) podíamos ter feito operações em média montanha (...) qualquer outro tipo de operação convencional (...) capacidade NBQ”
13	“Não, tudo aquilo que treinámos aqui foi o que aconteceu lá...(…) das missões que nos preparámos pouco mais havia”
14	“Sendo uma QRF, a força estava constituída e treinada para cumprir todas as tarefas inerentes a uma QRF (...) ao nível de outras capacidades, uma força deste tipo pode sempre cumprir tarefas de uma força de quadrícula, ou até missões de segurança de instalações, tal como já o fazia periodicamente na segurança ao paiol e ao RC-C”
15	“Nunca me foi atribuída uma missão que não tivesse sido treinada em TN(..) tínhamos capacidades de fazer várias missões, mas não fizemos, umas porque não recebemos, outras porque não estavam reunidas as condições mínimas”
16	“O treino foi vocacionado para atuação como força de intervenção, mas no TO teve de garantir segurança à FOB onde esteve instalada, atuar como força de quadrícula (...) necessidade de operar em coordenação com o PRT, em ações CIMIC, projetos de reconstrução e desenvolvimento (...) passou a realizar grande parte das tarefas de forma apeada”
17	“Estávamos preparados para fazer outras operações como extração de civis, evacuação de civis(...) reforçar as PRT (...) ocupar uma FOB foi uma grande tarefa apesar de parecer muito simples, demorámos cerca de um mês”
18	“treinamos com as NEPs que íamos atualizando do TO(...)fomos reforçados pela equipa EOD, por comunicações e ainda pelos canadianos na parte do CIMIC (...) esse reforço deu-nos mais algumas capacidades que não tínhamos”
19	“...que me lembre assim de repente, não...”
20	“Genericamente, e no caso específico da minha missão, não tínhamos de cumprir tarefas que não foram treinadas”
21	“...patrulhas combinadas...”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 10: Resposta à questão nº10 da Entrevista – Função de Comando Operacional

Nº	Questão n.º 10 A organização da força era a mais adequada ao cumprimento das tarefas em que foi empenhada no TO? Quais eram as vantagens e limitações dessa organização, ao nível do comando e controlo do seu emprego operacional?
3	“o principal inconveniente estava no facto do Grau de Autoridade atribuído ao Cmdt da FND sobre o TACP, era de Autoridade para Coordenação (...) veio a ser corrigido em FND posteriores (...) o EM da FND foi desenhado no enquadramento de racionamento tradicional do Exército, o que provocou uma acentuada acumulação de funções...”
4	“era adequada (...) a nível de C2 as relações de comando foram sempre fáceis (...) o destacamento de apoio e TACP trazia uma mais valia, definitivamente”
5	“o TACP estava em coordenação, e isso era uma limitação, agora está em controlo, agora está adequado...”
6	“Era suficiente, a organização era a melhor sim (...) Podias ter snipers que depois mais tarde foram implementados”
7	“não foi adequada relativamente à seção anti-carro (...) vantagens era fácil a adaptação da força e no seu comando”
8	“devia ter meios aéreos, ou então meio aéreo dado à minha força (...) a nível de comando e controlo senti-me à vontade, a nível de companhia”
9	“...em termos de organização estava bem concecionada (...) o fluxo de operações estava bem organizado (...) ter uma célula que faça ligação com o escalão superior é vantajoso (...) a nível de C2 trazia muitas vantagens, estava perfeitamente organizado...”
10	“Havia algumas limitações pontuais, mas estas QRF era algo que estava talhado para a missão...(…)...a nível de comando e controlo era fácil, tinha uma estrutura robusta a esse nível...(…)...às vezes tínhamos necessidade de comunicações disparas em locais dísparos...”
11	“...sim (...) comando e controlo eficaz...”

12	“o TACP pela experiência que têm dava jeito (...) era sem dúvida importante para o apoio de fogos (...) e um EM (...) a organização era adequada”
13	“...a organização para este tipo de força, com esta volumetria era o mais adequado...(…)...não trazia limitação...”
14	“...deveria ser de maior efetivo e conseqüente aumento do apoio de fogos e de combate, assim como a parte proporcional do apoio dos serviços(...) ao nível do C2 do seu emprego operacional, julgo que é o grau de comando e controlo a que a força estava atribuída era o adequado.”
15	“podíamos ter tido uma equipa de especialista EOD, principalmente a sul onde se encontravam muitos UXO’s(...) o modulo de manutenção era adequado, e a equipa sanitária também (...) a nível de comando e controlo, é como a nossa organização aqui, por isso correu bem”
16	“A organização da força para atuar como força de intervenção, na execução de search and attack, cordon search, estava adequada(...) para atuar como IRT necessitava de ser dotada de uma equipa EOD (...) era conveniente dispor de uma Equipa Cinotécnica para auxiliar na revista a pessoas e viaturas (...) era conveniente dispor de elementos na força, com formação na área do CIMIC, PSYOPS e INFOPS.”
17	“em termos de organização, a companhia estava ajustada e os subgrupos também (...) o TACP mostrou-se uma mais valia (...) o facto de os subgrupos terem equipas, estamos a falar de 5H, e um desses 5H é um sargento traz uma grande facilidade e incremento de C2”
18	“tínhamos um reforço da equipa de snipers que era uma mais valia, tínhamos o TACP, a determinada altura por necessidade fomos reforçados com uma equipa EOD dos americanos (...) a única desvantagem que identifiquei é o treino, a barreira linguística poderia causar alguma limitação(...) a nível de C2 é sempre mais fácil se fizer tudo da mesma componente”
19	“...em termos de orgânica em si, estava adequada(...) trabalhava bem, e não havia nenhuma dificuldade nesse aspeto...”
20	“a nível de organização da força havia um COT, depois a companhia de manobra, um destacamento de apoio e um TACP(...) aquela organização era bastante funcional, e estava definido, por isso não havia grandes dúvidas a nível de C2, aquela constituição era bem clara”
21	“tínhamos tradutores connosco afegãos que foi uma ajuda (...) achei vantajoso a nível de organização (...) acho mais vantajoso o TACP estar integrado nas equipas (...) porque eles tinha uma viatura só deles (...) não havia dúvidas na cadeia de comando...”

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE K – RESPOSTAS AO CORPO DE QUESTÕES DO GUIÃO DE ENTREVISTA – COMPLEMENTO DE INVESTIGAÇÃO

Quadro n.º 11: Resposta à questão n.º1 da Entrevista – Complemento de Investigação

Nº	Questão n.º1 A atuação de uma força estava dependente dos recursos (materiais e humanos) disponíveis, do nível de treino e do ambiente operacional. Tendo em conta esses fatores, quais as principais condicionantes na projeção e sustentação deste tipo de força?
1	“os meios de projeção, de uma força desta natureza, que tem meios blindados ligeiros, ou é feita por avião, e para isso é preciso o apoio de transporte tático, dentro do teatro para projetar a força, ou teria de ir por meios terrestres para as operações, que foi o que de modo geral aconteceu, houve algum apoio aéreo para viaturas de comando (...) as condicionantes logísticas de facto eram relativamente grandes essencialmente porque as viaturas, enfim, já não eram novas, por isso tinham questões de manutenção associadas, que tinham de ser equacionadas para o ritmo de deslocamento (...) o apoio logístico era garantido por nós, algumas operações de manutenção e de fornecimento de sobresselentes, os americanos apoiavam-nos”
2	“o aprontamento tem depois, a construção da estrutura da força e o treino que essa força tem de ter para esta determinada missão (...) somos responsáveis por projetá-la, somos responsáveis por sustentá-la, e somos responsáveis por retrai-la (...) esses são os factores fundamentais que o CFT controla tendo para este âmbito a ajuda do CmdLog na parte da Projeção e Sustentação, e tendo a ajuda do CmdPess na construção das forças (...) os problemas que estão ligados à projeção tem fundamentalmente haver com a contratação ou não contratação da capacidade de projeção estratégica que eu tiver de ter nessa altura (...) a projeção é uma capacidade que assenta sobre as capacidades do Estado, sejam elas adquiridas ou requisitadas (...) não temos de fazer requisições, basta ter a capacidade financeira para alugar os meios disponíveis para projetar a força (...) é algo que dá trabalho e exige sincronização, mas que não é problema (...) a questão da sustentação assenta em três patamares fundamentais :1º sendo uma manobra logística, tem de estar sujeito aquilo que é a manobra tática (...) mas a manobra tática também não pode, de qualquer forma, sair daquilo que são os parâmetros esperados para a atuação daquela força porque senão também não tenho capacidade logística para a apoiar (...)2º ponto fundamental da questão de sustentação é o planeamento (...) a sustentação não é planeada na altura que começa a força, a sustentação é planeada logo no momento em que começo o aprontamento da força (...) 3º aspeto da sustentação, as aliaturiedades (...) há coisas, que por muito que nós planeamos, não estão ao alcance de nenhum exército, relativamente àquilo que são as situações inopinadas que surgem no campo de batalha (...) ter uma cadeia logística suficientemente oleada e disponível, recorrendo às metodologias expeditas ou não, por forma a que eu consiga meter no teatro, rapidamente, material que, ou não foi contabilizado no planeamento ou que se estragou a mais (...) contacto a força aérea, contacto o CmdLog dentro daquilo que é os processo normais para utilizar os meios normais, ou vou contratar serviços civis (...) a sustentação dá trabalho no planeamento (...)”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 12: Resposta à questão nº2 da Entrevista – Complemento de Investigação

Nº	Questão n.º2 Enquadrado no seu conceito de atuação, que tipo de vantagens traria para o Comandante da ISAF a sua ativação e emprego operacional?
1	“tinha a vantagem de ser uma força (QRF/FND) a ser empregue à ordem dele sem grandes restrições nacionais em termos de emprego (...) era uma força que tinha disponível e que empregava para determinado tipo de operações dos RC (...) quando tinham situações mais complicadas, do ponto de vista tático, ou até apoiar de algum modo, ou garantir segurança quando havia rotação de forças noutros RC, a QRF ia normalmente fazer para lá operações (...) mais do que obter ações decisivas táticas, mas o exemplo que era a força portuguesa, não só do ponto de vista da eficácia...”
2	“a QRF seja de que país for, é um trunfo fundamental para as missões, e para o Cmdt da força (...) a QRF serve para resolver problemas que estão relacionadas fundamentalmente com definição e aplicação do potencial de combate numa determinada zona para esclarecimento da situação ou mais importante ainda para desempenhar forças da minha unidade que estão em combate e não conseguem desempenhar”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 13: Resposta à questão nº3 da Entrevista – Complemento de Investigação

Nº	Questão n.º3 Atualmente, no quadro conceptual de forças, o conceito de QRF reflete diretamente o seu emprego operacional nos TO? De que forma se diferencia do conceito de emprego de outras forças de reserva?
1	“...nem todas as operações que conduziu foram operações típicas de QRF (...) eram operações programadas em apoio de determinadas áreas, ou em participação em operações de outra dimensão (...) evidente que uma QRF não é bem uma força de reserva, aliás é uma força de reserva com estatuto especial (...) as QRF são normalmente reservas táticas, ou reservas operacionais, que são forças que são empregues em situações de emergência ou para fazer face a contingências imediatas, compostas com um grau de prontidão, e com forças treinadas (...) é uma reserva específica para atuação em determinado tipo de situações”
2	“confunde-se QRF com reserva, QRF não é reserva (...) a reserva é uma força que é utilizada para eu continuar a cumprir com a missão, para qual estou definido a cumprir, quando algo me foge do planeamento(...) portanto, a QRF é difícil hoje em dia perceber que a QRF tenha apenas uma conduta discriminada naquilo que são os FM americanos ou os manuais que venham da NATO porque ainda se anda a perceber bem qual é o verdadeiro papel de uma QRF, não é a reserva tática no conceito de reserva que nós temos (...) ai a própria doutrina não tem muito esclarecido o que é uma missão da QRF (...) são verdadeiramente forças de intervenção, porque elas intervêm para desequilibrar o potencial de combate numa determinada zona com fogo e manobra (...) a QRF é um nome que dá jeito ser utilizado por muitas razões (...) é um força bem preparada, com potencial de fogo e equipada e treinada para uma determinada missão que sai do normal desempenho de missões de tropa de quadrícula”

Fonte: Elaboração Própria

Quadro n.º 14: Resposta à questão n.º4 da Entrevista – Complemento de Investigação

N.º	<p style="text-align: center;">Questão n.º4</p> <p style="text-align: center;">Tendo em conta a definição de capacidade de força (Doutrina, Organização, Treino, Meios, Liderança, Pessoal, Instalações e Interoperabilidade), quais são os principais fatores a ter em conta para indetificar o grau e o nível de emprego operacional de uma força de QRF? De que forma uma FND está apta para cumprir esses critérios operacionais?</p>
1	<p>“A QRF é uma força de manobra, tem de ter os pilares que lhe dêem a força para ser uma unidade de manobra, a dimensão e os vetores que estão associados à capacidade variam, mas todos eles se aplicam (...) a doutrina em termos aplicação torna-se relevante, se o conceito de emprego associada à QRF não for uniformemente percebido por toda a gente poderá condicionar o seu emprego, sobre a organização, está muito ligada à doutrina de emprego, porque a capacidade que a QRF terá para cumprir um conjunto de tarefas terá de estar organizado para o efeito (...) não há dúvida que tem de ser uma força treinada, e ter treino adicional em determinadas áreas (...) um treino específico, e mais exigente que não se aplica a outras forças que se aplica à QRF (...) a Interoperabilidade tem de ser garantida com o treino, e ter um grau de disponibilidade para participar nas ações de treino e exercícios com outras forças com quem pode vir a trabalhar, que é fundamental para atingir a Interoperabilidade (...) é desta forma que se identificam os problemas antecipadamente (...) se isso não acontecer isso é uma quebra grande na capacidade de comando e controlo de uma determinada força”</p>
2	<p>“a primeira é a Interoperabilidade, para mim nem passa pela ideia que as outras não estejam asseguradas (...) na fase de aprontamento tenho de garantir um conjunto de características quer táticas quer técnicas quer logísticas, quer administrativas para preparar a força, para que ela possa cumprir essas missões (...) há 2 questões fundamentais que são as Instalações que estão adestradas para a força (...) o fator fundamental para o emprego da QRF, neste caso em ambiente multinacional é a Interoperabilidade (...) 2º fator fundamental para uma QRF que está a trabalhar em ambiente multinacional, treino (...) a Interoperabilidade, não é só técnica, não é só rádios falarem uns com os outros, a Interoperabilidade atravessa um setor que tem haver com comunicações, tem haver com tática, tem haver com procedimentos tem haver com segurança, tem haver com disciplina de fogo, tem haver com armamento, tem haver com mobilidade, tem haver com um conjunto variado e isso é que define a Interoperabilidade (...) a NATO define a Interoperabilidade como o factor nº1 para a integração de forças internacionais (...) vai definir ou não se essa força tem a capacidade de trabalhar em ambiente multinacional (...)as nossas forças têm estado ao nível do que são a Interoperabilidade e o conjunto da aplicação de capacidades em ambiente multinacional no âmbito da NATO e noutros âmbitos também (...)”</p>

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE L – MODELO CONCEPTUAL DE EMPREGO DE QRF

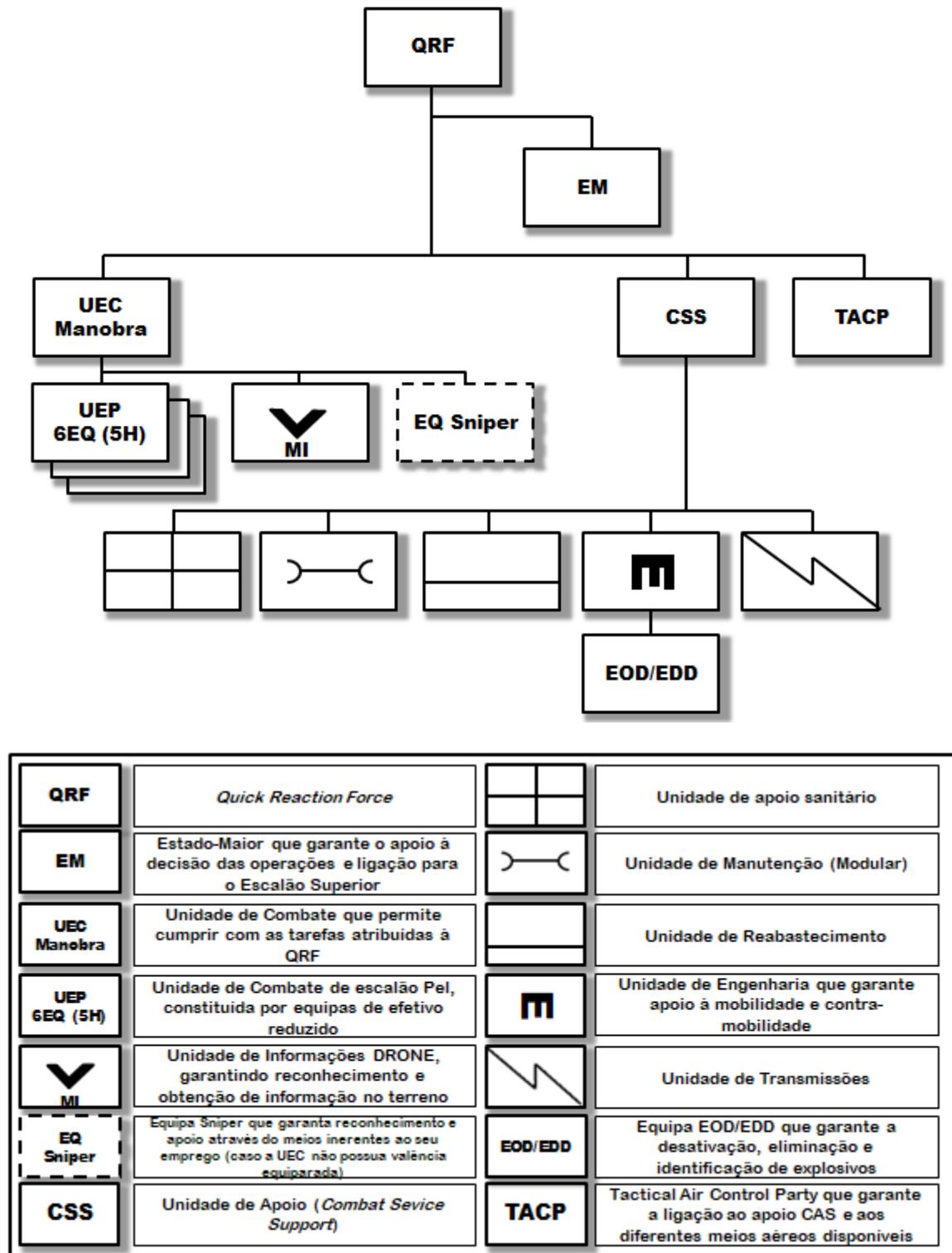


Figura n.º 5: Modelo Conceptual de Emprego da força QRF

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE M – ORGANIZAÇÃO DE UMA COMPANHIA DE COMANDOS PARA QRF

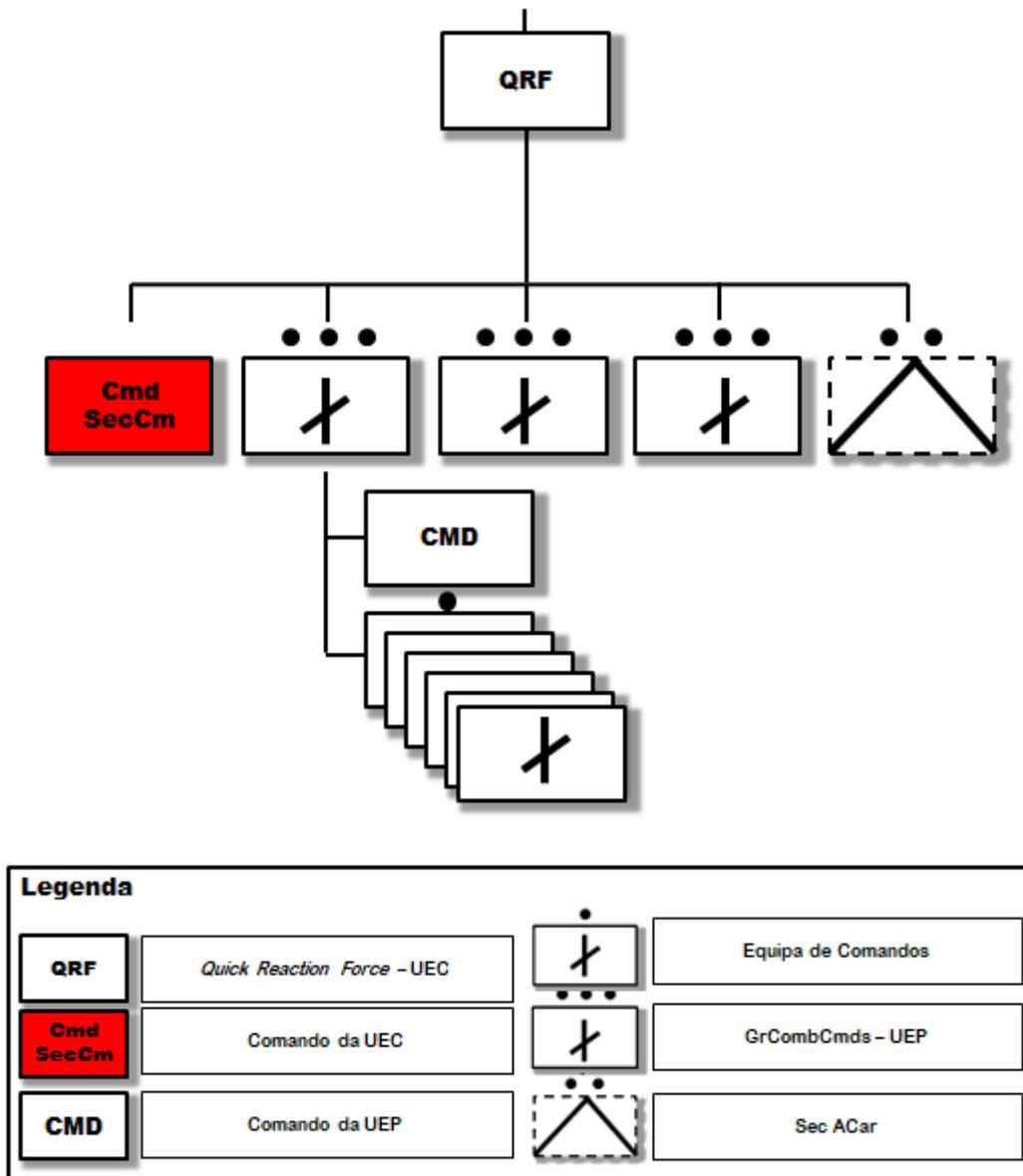


Figura n.º 6: Organização de uma Companhia de Comandos para força QRF

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE N- ORGANIZAÇÃO DE QRF PARA FORÇAS PÁRA- QUEDISTAS

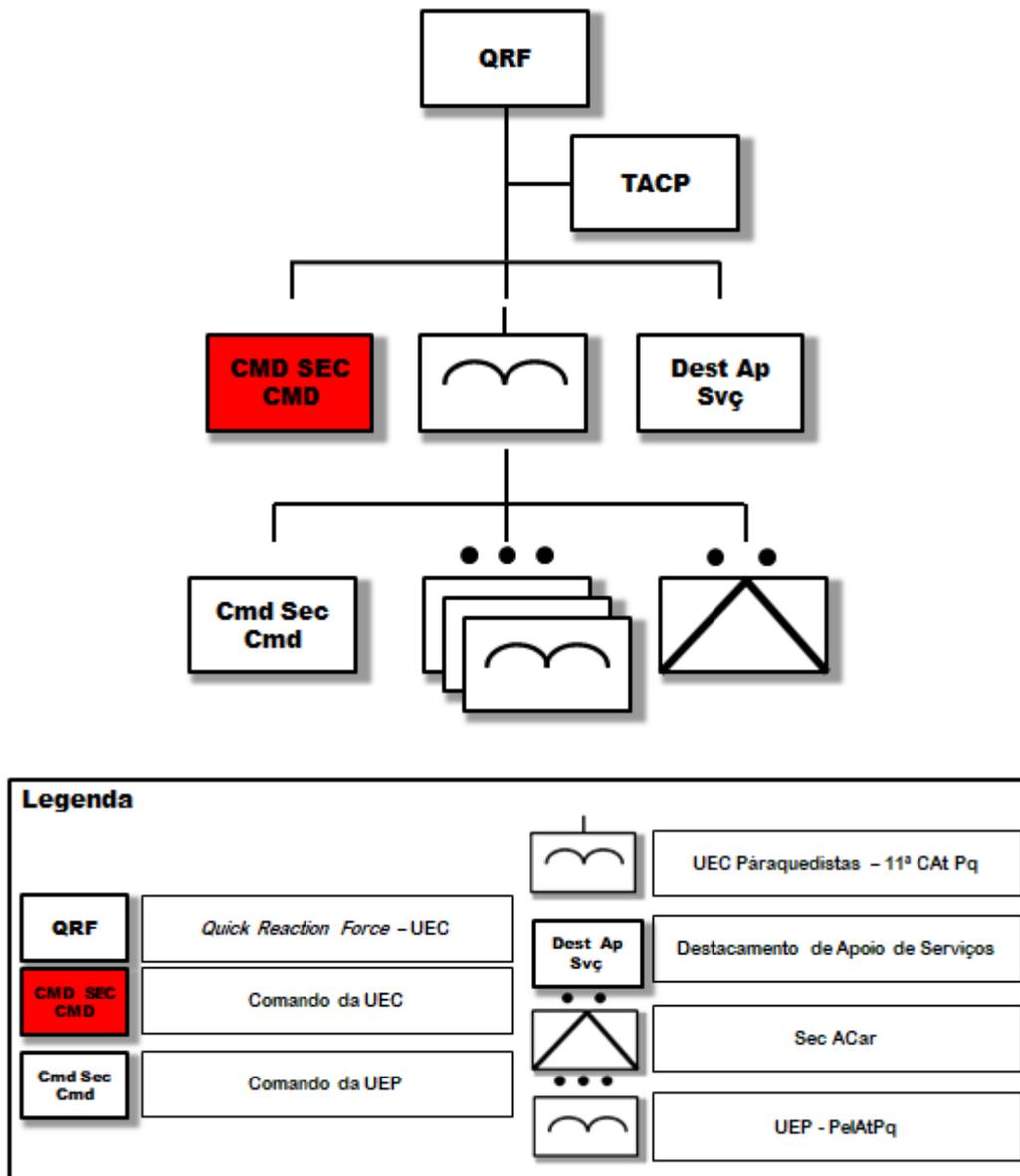


Figura n.º 7: Organização de QRF para Forças Pára-quedistas

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE P – CAPACIDADE DE EMPREGO DE UMA QRF/FND

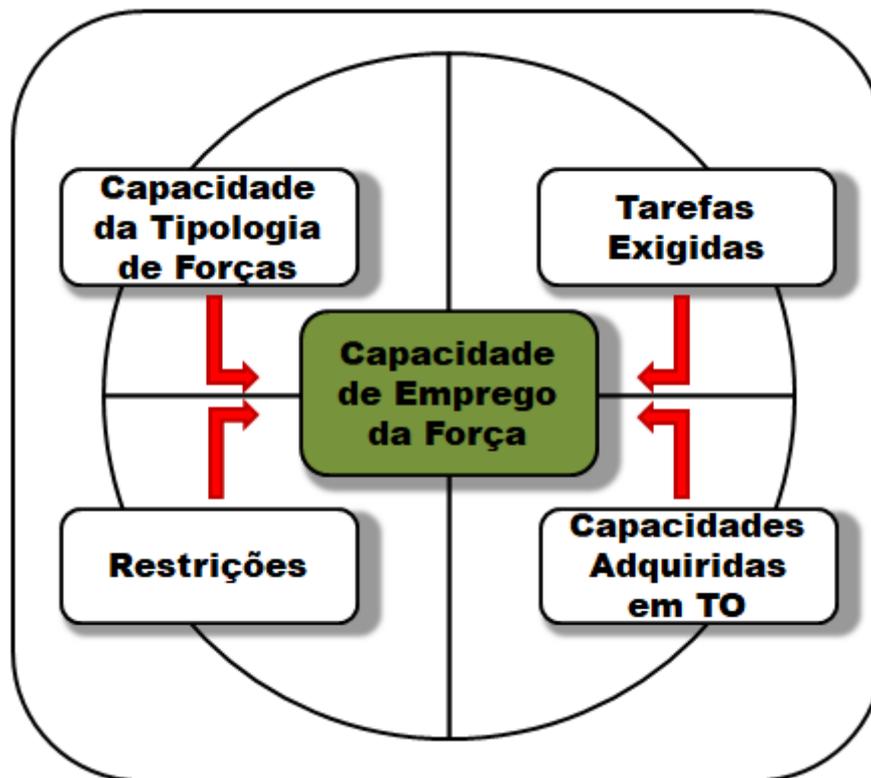


Figura n.º 8: Capacidade de emprego de uma força QRF/FND

Fonte: Elaboração Própria

**APÊNDICE Q – ENTREVISTA: USMC MAJOR BARRET
BRADSTREET**



Military Academy

Interview Script

Employment Capability of a Quick Reaction Force in a Multinational Environment– Case Study: Operational Environment of Afghanistan

Author: Infantry Officer Student João Lisboa

**Mentor: 'Commando' Infantry Officer Lieutenant Colonel António
Cancelinha**

**Co-Mentor: 'Commando' Infantry Officer Lieutenant Colonel Alexandre
Varino**

Applied Investigation Work's Scientific Report

Lisbon, May 2018



1. INFORMATION FOR THE INTERVIEWD OFFICER

- a. Presentation of the Interviewer to the Officer in order to establish the objectives, criteria and the focus of the interview.

First of all, I would like to thank, not only your presence, but also the willingness that you had for this interview. My name is Infantry Officer Student João Lisboa, and I'm doing an investigation, as part of my final Scientific Report, in order to graduate from the Portuguese Military Academy. The importance of this interview is related to search of military knowledge about the employment of a Quick Reaction Force in a Multinational Environment.

The main objectives of this investigation are as follows:

- Analyze the capabilities of a QRF, identifying the best organization, training and development according to a certain type of forces that most fit this employment, identifying its potential and limitations;

- Analyze the operational environment of Afghanistan, regarding its threats, in order to create a pattern on which this type of force, the QRF, is able to act and mitigate/eliminate;

- Complete the portuguese conceptual framework in the QRF forces' sphere, identifying its main characteristics;

- Describe how a QRF acts, in a certain period of time, and how its efficiency can be maintained;

- Create a structural framework for a QRF, according to its resources, formation, training, according to a certain type of force, in order to use in future multinational environments, or use as a starting point to creat one.

- b. Ethic Aspects

The interview will have duration according to the officer's availability, with the main purpose of fulfilling the objectives of the questions presented to him. It will be recorded with the officer's authorization, in case it's a face-to-face interview. Otherwise, the officer will be able to answer by writing in the presented script.



2. INTRODUCTION

As previously mentioned, this interview is of the utmost importance, in order to complete this investigation's objectives and to complete this Applied Investigation's Work. It will give a view of comparison between the Portuguese conceptual framework of a QRF's employment and an international one. Your information is important, and will be regarded as such by the people involved in this investigation. Once again, thank you for your contribution.

CORPUS OF QUESTIONS

The questions are as follows:

Name: Barret Bradstreet

Rank: USMC Major

Info: *"To whom it may concern. I am happy to offer a personal perspective on my experience commanding a platoon-sized motorized force which operated as a battalion level QRF in 2004 in Al Anbar, Iraq. Since my experience relates to that particular experience, I will relate my answers to that unique circumstance and not to U.S. or NATO doctrine per se."*

Question nr. 1

- How does a QRF fit in the reserve concept of employment?

"The QRF was not a reserve but instead a tool to provide a commander a rapid response to get troops and firepower to a trouble-spot or to get some other valuable unit out of a trouble-spot."

Question nr. 2

- What's the main difference between the other reserve forces?

"I think that a reserve is designed to be decisive—even essential—like a magic bullet but a QRF ought to be more like a utility knife. As QRF, my unit often engaged in routine escort, IED investigation, and other functions. Such activities enhanced "quick reaction" in time of emergency by getting the QRF pre-deployed."

Question nr. 3

- For an acting Commander, what are the advantages of having a QRF in the battlefield?

“The QRF provides a commander time to generate a complex plan by delivering immediate aid or gathering more information.”

Question nr. 4

- How can a QRF organization, in terms of typology of force used, organization, structure and resources, be defined?

“This is my personal definition: A quick reaction force is a mobile unit prepared to assist friendly forces rapidly and certainly within one hour of notification.”

Question nr. 5

- According to NATO’s definition of capability (DOTMLPFI), which are the ones that a QRF must possess? Which is the most important one?

“This is my personal list of essential capabilities, organized in order of priority:

- 1. Mobility*
- 2. Firepower*
- 3. Communications*
- 4. Medical Aid & Evacuation*

In specific cases, you may need additional capabilities to observe, detect, or deliver specific things. For example, you may need to detect chemical contaminants or deliver EOD.”

Thank you for your cooperation!

ANEXOS

ANEXO A – ESTRUTURA DE RC DA ISAF NO AFGANISTÃO DESDE 2010

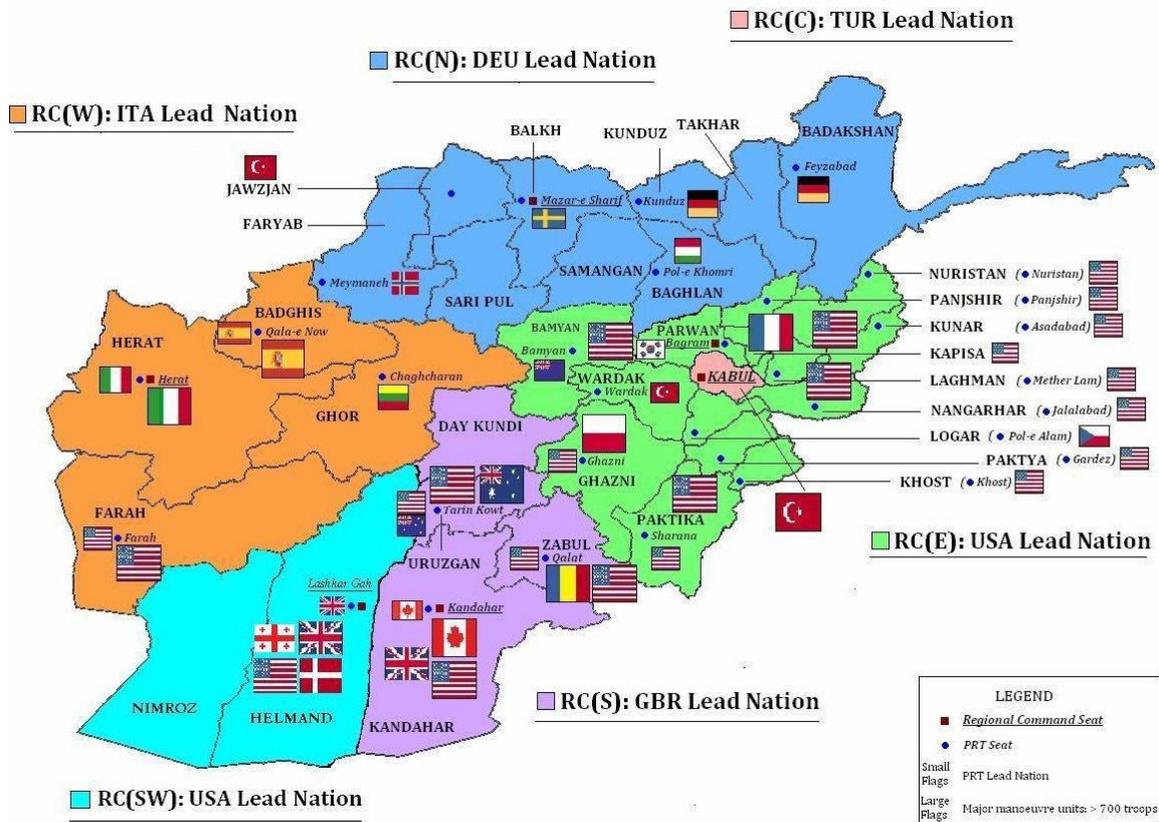


Figura n.º 9: Estrutura de RC da ISAF no Afeganistão desde 2010

Fonte: www.globalsecurity.or

ANEXO B – MATRIZ DE CONTIGÊNCIAS DE EMPREGO DE FORÇAS DE RESERVA

Tabela n.º 7: Matriz de Contigências de emprego de Forças de Reserva

TYPE FORCE	COMMITTED	UNCOMMITTED	SIZE	OBJ - ENEMY MANEUVER FORCES	OBJ - LVL 1-3 FORCES	OFFENSE/ DEFENSE	COIN/ STABILITY OPERATIONS	PRIORITY OF FIRES SUPPORT
RESERVE		X ²	Depends on Risk and ECOA	X		X / X	X	X
TCF	X		Depends on Risk and ECOA		X Lvl III	X / X		
QRF		X	Depends on Risk				X	
STRIKING FORCE	X		Bulk of Def Maneuver Force	X		O / X		X
REACTION FORCE		X	Depends on Risk and ECOA		X Lvl I and II	X / X Lvl I and II		
RESPONSE FORCE		X	Depends on Risk and ECOA		X Lvl II	X / X Lvl II		

Fonte: Chychota, M. & Kennedy, E., 2014

ANEXO C – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DAS CAPACIDADES DE PORTUGAL NA ISAF

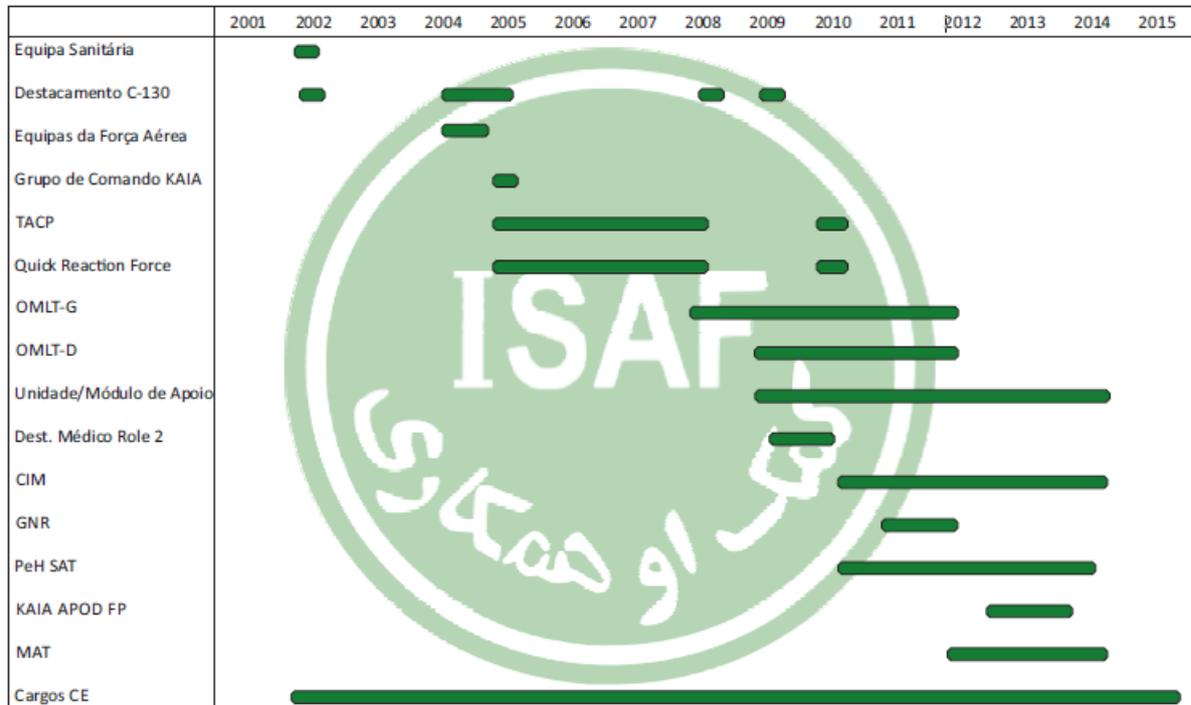


Figura n.º 10: Distribuição Temporal das Capacidades – Portugal na ISAF

Fonte: Cardoso, N. et al., 2014

ANEXO D – ESTRUTURA DE COMANDO DA ISAF

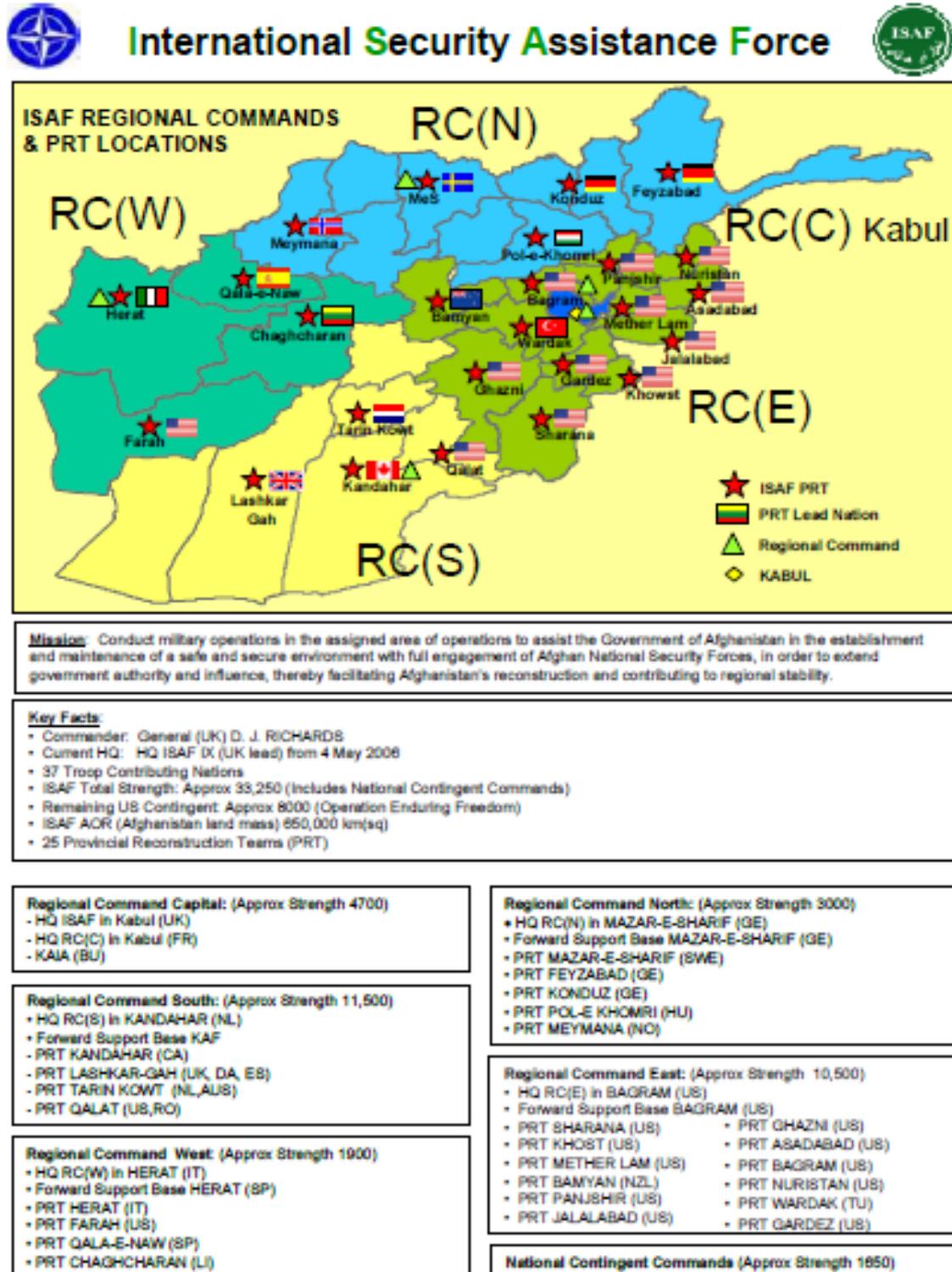


Figura n.º 11: Estrutura de Comando na ISAF

Fonte: NATO, 2007

ANEXO E – ESTRUTURA DE COMANDO DA ISAF - AGOSTO DE 2009

ISAF Upper Command Structure



⁽¹⁾ Operational Mentoring and Liaison Teams (OMLTs) and Police Operational Mentoring and Liaison Teams (POMLTs)
⁽²⁾ The civilian component of a Provincial Reconstruction Team (PRTs) is run by the ISAF nation leading the PRT

Figura n.º 12: Estrutura de Comando da ISAF Agosto 2009 – Atualizada

Fonte: Meneses, 2011

ANEXO F – DISTRIBUIÇÃO DAS CAUSAS DE FERIDOS (EUA) NO AFEGANISTÃO

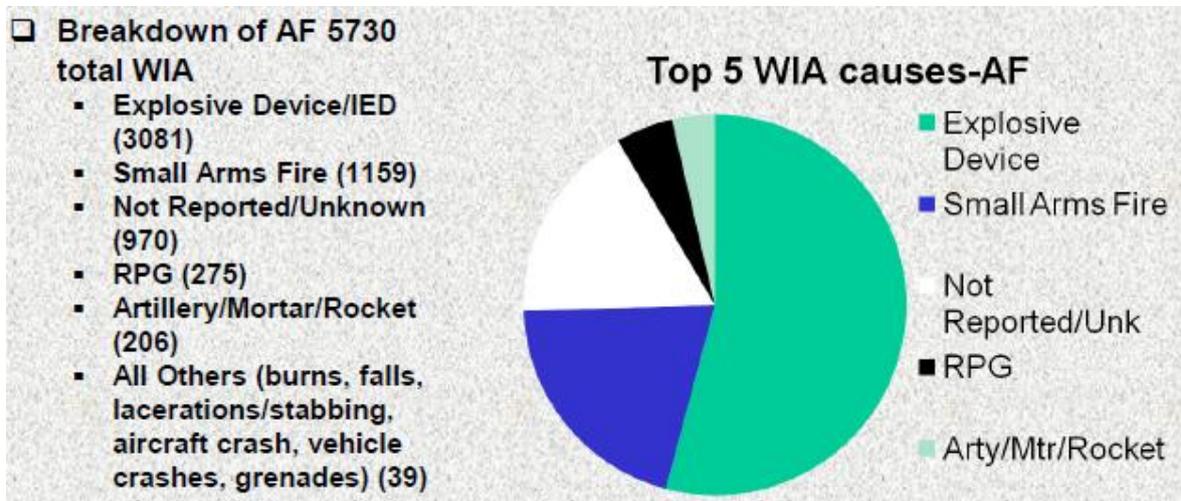


Figura n.º 13: Distribuição das Causas de Feridos (EUA) no Afeganistão

Fonte: TRISA, 2010

ANEXO G – DISTRIBUIÇÃO DAS CAUSAS DE MORTES (EUA) NO AFEGANISTÃO

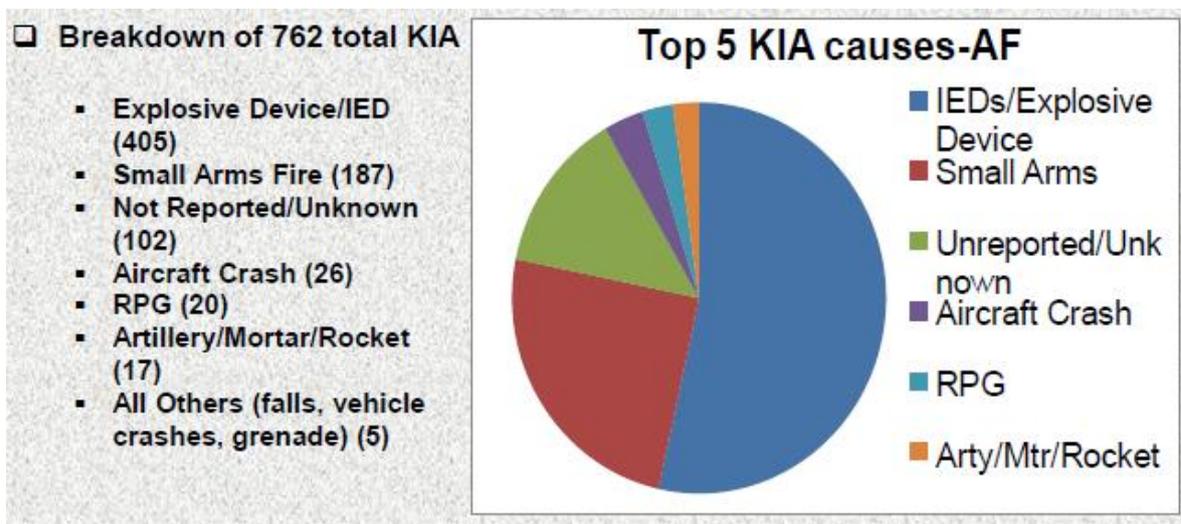


Figura n.º 14: Distribuição das causas de Mortes (EUA) no Afeganistão

Fonte: TRISA, 2010

ANEXO H – ÁREAS DE OPERAÇÕES DOS GRUPOS DE AMEAÇA

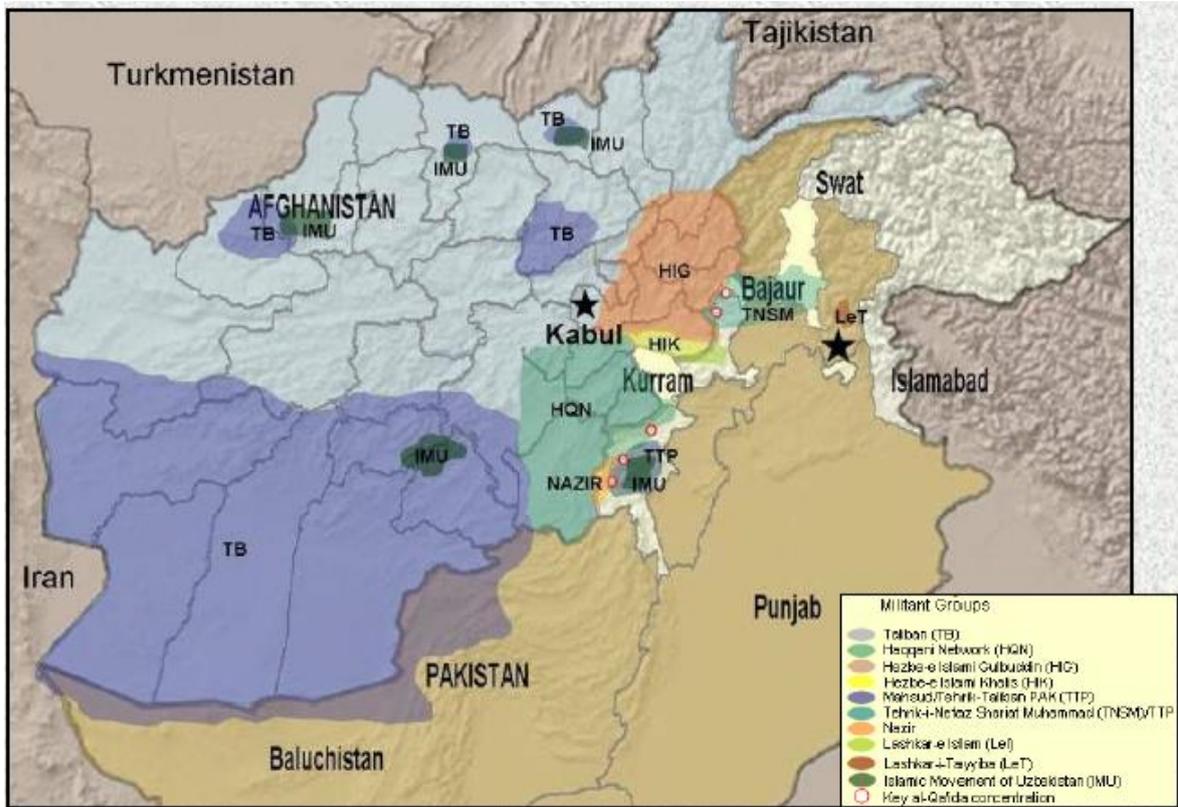


Figura n.º 15: Áreas de Operações dos Grupos de Ameaça

Fonte: TRISA, 2010

ANEXO I – ESTRUTURA DE COMANDO E CONTROLO (C2) DA QRF/ISAF

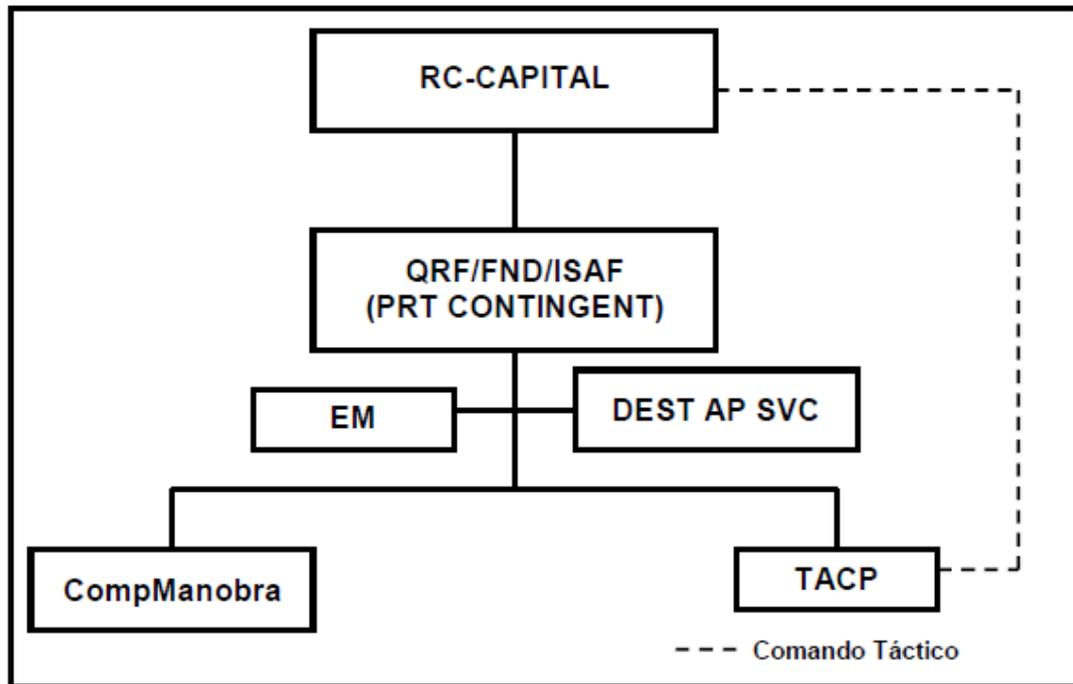


Figura n.º 16: Estrutura de Comando e Controlo (C2) da QRF/ISAF

Fonte: MDN, 13 de novembro de 2009